View metadata, citation and similar papers at core.ac.uk
brought to you by CORE
provided by Universidade do Minho: RepositoriUM

Campus de Gualtar
4710-057 Braga – P

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Ciências da Comunicação

SEMIÓTICA

Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Ciências da Comunicação

2004

INDICE

INTRODUÇÃO
I. Programa da disciplina de Semiótica 1
II. A inserção da disciplina de Semiótica no curso de Comunicação Social 2

PRIMEIRA PARTE
AS REGRAS DO NOSSO PROCEDIMENTO
I. O processo pedagógico como atopia 7
II. Modos de avaliação dos conhecimentos 16

SEGUNDA PARTE
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DA DISCIPLINA DE SEMIÓTICA
I. Introdução 18
1. Da linguística à semiologia 23
2. Semiologia e semiótica 26
3. Sintaxe, semântica e pragmática 27

II. O signo e a significação 29
1. Introdução 29
2. A tradição bipolar da semiótica 35
2.1. O signo nos estóicos 35
2.2. O signo em Saussure 36
2.2.1. Critérios de distinção dos signos 37
2.2.2. Críticas de André Joly à teoria do signo de Saussure 37
2.2.3. Críticas de Francis Jacques à absolutização do pensamento da diferença, de inspiração saussuriana 37
2.2.4. A aproximação entre a teoria do signo de Saussure e a gramática gerativa transformacional de Chomsky 38
2.2.5. Críticas de André Joly à teoria do signo de Chomsky 39

3. A tradição triádica da semiótica 40
4. O percurso gerativo da semiótica 42
4.1. As formas lógico-semânticas 44

4.2. As estruturas sintácticas 45
4.3. O nível modal 45
4. 4. O nível narrativo 45
4. 5. O nível discursivo 45
5. A estrutura originária da significância - a diferença, a referência e a comunicabilidade 47
6. A teoria geral da significância - ver, conceber, comunicar 48

III. O discurso e a produção do sentido 54
1. Introdução 54
2. O texto como discurso fixado pela escrita 60
3. O discurso como estrutura figurativa 62
4. A nova teoria do texto 64
5. O policiamento interno e externo do discurso 65
6. A génese social do sentido 67
6.1. O discurso é uma estrutura estruturada 67
6.2. O discurso é uma estrutura estruturante 70
6.3. O campo linguístico e o poder simbólico 70

IV. A enunciação e a racionalidade da linguagem humana 77
1. Introdução (a discursificação e a enunciação) 77
2. Austin e Searle e os actos de fala 81
3. A teoria argumentativa do discurso 85
3.1. Da antiga à nova retórica 85
3.2. A argumentação na língua 88
3.2.1. Os *topoi* 89
3.2.2. Da noção de *topos* às obrigações decorrentes do facto de se "seguir uma regra" 91
3.3. A pragmática universal e a semiótica transcendental 94
3.4. A retórica problematológica 96

TERCEIRA PARTE
BIBLIOGRAFIA
I. Bibliografia geral 99
1. Livros e artigos 99

2. Revistas 103

II.Sobre a enunciação e a racionalidade da linguagem humana 104
1. Bibliografia geral 104
2. Retórica e argumentação 105

III. Sobre filosofia da linguagem 108

IV. Sobre semiótica e hermenêutica 110

V. Sobre sociologia da linguagem 112
1. Livros e artigos 112
2. Revistas 115

ANEXOS
I. Plano de estudos do Curso de Comunicação Social 117
II. Enunciados de exercícios escritos 118

INTRODUÇÃO

I. Programa da disciplina de Semiótica

I. Introdução.

1. Da linguística à semiologia.
2. Semiologia e semiótica.
3. Sintaxe, semântica e pragmática.

II. O signo e a significação.

1. Introdução.
2. A tradição bipolar da semiótica.
3. A tradição triádica da semiótica.
4. O percurso gerativo da semiótica.
5. A estrutura originária da significância - diferença, referência, comunicabilidade.
6. A teoria geral da significância - ver, conceber, comunicar.

III. O discurso e a produção do sentido.

1. Introdução.
2. O texto como discurso fixado pela escrita.
3. O discurso como estrutura figurativa.
4. A nova teoria do texto.
5. O policiamento interno e externo do discurso.
6. A génese social do sentido.

    6. 1. O discurso é uma estrutura estruturada.
    6. 2. O discurso é uma estrutura estruturante.
    6. 3. O campo linguístico e o poder simbólico.

IV. A enunciação e a racionalidade da linguagem humana.

1. Introdução (a discursificação e a enunciação).
2. Austin e Searle e os actos de fala.
3. A teoria argumentativa do discurso.
4. A pragmática universal e a semiótica transcendental.
5. A retórica problematológica.

II. A inserção da disciplina de Semiótica no curso de Comunicação Social

Inserida no 1º ano do curso de licenciatura de Comunicação Social da Universidade do Minho, a disciplina de Semiótica tem, no entanto, um carácter marcadamente crítico, ou seja, um carácter reflexivo-epistemológico. É não apenas uma disciplina crítica da actividade e dos processos comunicativos[1], como também uma disciplina que se constitui como uma epistemologia do saber, ao indagar as condições de possibilidade da significação[2]. Tendo esta feição estruturante, é indirectamente, mas sem dúvida mais fundamente, que a podemos associar às actividades profissionais para que os alunos se preparam: jornalismo, produção e realização em rádio e televisão, relações públicas e publicidade[3].

Se perspectivássemos a semiótica como a ciência dos sistemas de signos, o que é um entendimento de larga tradição[4], sem dúvida que teríamos uma ciência muito mais facilmente funcionalizável. Tratar-se-ia, com efeito, de analisar regimes de signos, suportados pelos seus sistemas, os códigos, e de trabalhar, entre outros, os conceitos de linguagem e significação, classificação e estruturação, codificação e decodificação[5]. Sucumbindo, por sua vez, à "ideologia do operativismo" (Azevedo, 1995: 43), a linguagem seria informativa, dado o código contemplar *todas* as suas possibilidades combinatórias e ser possível a estrita decodificação de qualquer mensagem.

---

[1] Veja-se, neste sentido, A. Greimas (1976: 59): "A teoria da comunicação social generalizada deve colocar-se sob a égide da significação, e não da informação". Veja-se ainda J. Geninasca (1991: 12) e G. Deleuze e F. Guattari (1980: 95-139).

[2] Cf. Greimas e Courtès (1979): "A teoria semiótica deve tomar-se, antes de mais, por aquilo que é, a saber, uma teoria da significação. Deve pois curar de explicitar primeiramente, na forma de uma construção conceptual, as condições da percepção e da produção do sentido".

[3] Sobre as áreas de especialização do Curso de Comunicação Social da Universidade do Minho, veja-se o Despacho RT - 66/91, publicado no DR, IIª Série, de 8 de Outubro de 1991.

[4] Veja-se, por exemplo, R. Barthes (1989: 7): "a semiologia tem por objecto qualquer sistema de signos, sejam quais forem a sua substância ou os seus limites: as imagens, os gestos, os sons melódicos [...] ".

[5] Em "La rhétorique de l'image", Roland Barthes (1964) faz uma demonstração exemplar desta visão semiótica. A imagem publicitária escolhida, um cartaz das massas *Panzani*, é encarada como um regime de signos e a análise procura tornar manifestos os códigos que o suportam.
Fiel ao ponto de vista proposto por este pioneiro da semiótica, Pierre Guiraud (1993) traça, por sua vez, um plano para esta disciplina que se esgota aí, num ensaio sobre códigos.
É ainda este sentido de semiótica que preside à construção do 3.º capítulo ("Análise semiótica") das *Técnicas de análise textual* de Carlos Reis (1981).

Mas não é o caso, não circunscrevemos a semiótica ao regime do signo[6]. Pensamo-la antes na confluência de dois níveis semânticos não sígnicos: o da textualidade/discursividade e o da enunciação. E enquanto num caso acentuamos o domínio da escrita, o domínio do objecto textual, e suspendemos a relação com o contexto, no outro, colocamos a ênfase nas dimensões da prática discursiva, interacção, intersubjectividade, reflexividade, intencionalidade e comunicação. Quer isto dizer que pensamos a semiótica como a disciplina da significação

No entanto, quem quer que tente uma descrição mínima da possibilidade de significar, tem que o fazer "a partir das suas fundações simultaneamente filosóficas e empíricas", servindo tanto a exigência de *radicalidade*, como a exigência *empírica* (Jacques, 1987: 181-182). É que, por um lado, a situação primária de significação não é aquilo que é imediatamente dado na atitude natural. Ela é recoberta por toda a espécie de distorções, truncagens, construções, que são o efeito da vida pulsional ou a trama da vida social. O acesso à significação passará assim pela remoção da evidência espessa do senso comum, "através de uma reflexão de natureza transcendental" (*Ibid.*: 182)[7]. Por outro lado, há que considerar a integralidade do processo de significação, apesar de estarmos conscientes da impossibilidade em que nos encontramos de esgotar a situação empírica. E considerar a integralidade do processo de significação consiste em fazer jus às três condições necessárias da sua estrutura original:

1) a presença de marcas, sons, grafemas, etc., que constituem o material significante de um determinado sistema de significação (condição da *diferença*);

2) a realidade extra-linguística à qual se referem os enunciados discursivos (condição da *referência*);

---

[6] A ideia de que a semiótica pode dispensar a noção de signo é também partilhada por Deleuze e Guattari (1980: 141), embora as razões apresentadas sejam diferentes das nossas. Escrevem estes autores: "O regime significante do signo (o signo significante) tem uma fórmula geral simples: o signo reenvia ao signo, e a nada mais que ao signo, até ao infinito. Essa a razão pela qual podemos mesmo dispensar a noção de signo. Fundamentalmente, não retemos a sua relação a um estado de coisas por si designado, nem a uma entidade por si significada, mas apenas à relação formal do signo com o signo, na medida em que ele define uma cadeia dita significante. O ilimitado da significância substituiu o signo".

[7] Gostaríamos desde já, entretanto, de circunscrever o alcance da invocação que aqui é feita do ponto de vista transcendental de Jacques. A exigência de *radicalidade*, de que também fazemos profissão de fé, não se confunde com um entendimento transcendental da significação (aquilo que Jacques chama de "significância"). O primado da relação, que é pedra angular na teoria da significação, não é, em nosso entender, a relação transcendental da tradição idealista (em que se inscreve Jacques e, como veremos, também Apel e Habermas), mas a relação concreta de agentes que interagem.

3) os utilizadores da linguagem, pelos quais, entre os quais e para os quais os discursos significam alguma coisa (condição da *interlocução* ou da *comunicabilidade*)[8].

Com efeito, a interrogação sobre a significação obriga a considerar a linguagem na sua dupla articulação complementar, proposicional e performativa, ou seja, lógico-semântica e pragmática. Mas não é tudo. O primado da relação na produção do sentido, vincado pelos conceitos de "interlocução" e de "comunicabilidade", não se esgota no interior do *a priori* transcendental, para onde o remete Jacques, e também Habermas e Apel, como veremos. Compreende-se sim na base das interacções concretas dos sujeitos sociais. A performatividade e a pragmática acentuam uma teoria da significação onde o "dialogismo" e a argumentação são conceitos fundamentais. Acontece, porém, que a linguagem é também "palavra de ordem"; signo de autoridade, ela cumpre uma função institucional. Quer isto dizer que os agentes que interagem não o fazem à vontade; fazem-no como *podem*, no interior de um campo de posições sociais assimétricas.

Este programa científico, presente no projecto de ensino da disciplina de Semiótica, tem no 3º ano do curso, na disciplina de Teoria e Análise do Discurso, o seu prolongamento e aprofundamento necessários. Mas é um programa que intersecta em vários pontos projectos de ensino de disciplinas tão diversas como o são Técnicas de Expressão, inserida no 1º ano do curso, Teorias da Comunicação, do 2º ano, e Sociologia da Comunicação, do 3º ano. A tomarmos como boa a ideia de Greimas de que "a teoria da comunicação generalizada deve colocar-se sob a égide da significação, e não da informação", ideia essa que é aliás repisada por Geninasca, apesar dos seus diferentes pressupostos metodológicos[9], a disciplina de Semiótica disputa a Teorias da Comunicação o privilégio de "disciplina centrada na definição rigorosa e compreensiva dos fundamentos e componentes da área de saber designada pelos termos de Comunicação Social"[10].

---

[8] Estamos a seguir o ponto de vista de Francis Jacques, mas deslocamos a sua linguística do signo (e da frase) no sentido de uma linguística do discurso.

[9] Diz Geninasca (1991: 12): "A ideia de comunicação não remete já para o modelo jakobsoniano das funções linguísticas, um modelo demasiado tributário de uma teoria da informação ao serviço das companhias telefónicas. A análise conversacional, seja feita por sociólogos, seja feita por linguistas, procura hoje definir as condições de interacção, e de modo nenhum neutralizar ou compensar os 'ruídos' que perturbam a circulação das mensagens".

[10] Em 1986, Aníbal Alves defendia este projecto para a disciplina de Teorias da Comunicação e da Informação, do curso de Relações Internacionais Culturais e Políticas, numa altura em que ainda não existia na Universidade do Minho a licenciatura de Comunicação Social, e em que o grupo disciplinar de Ciências da

Não insistindo na polémica, sobressai todavia um claro ponto de confluência entre Semiótica e Teorias da Comunicação, a saber, a comum problematização da significação.

Quanto à intersecção da Semiótica com a disciplina de Técnicas de Expressão, basta lembrar o comum terreno das estratégias enunciativas por ambas investido, especificamente a retórica e a argumentação. Mas os pontos de contacto podem também ser avaliados a partir do comum objecto que as convoca, isto é, a partir da linguagem e das suas funções, representacionista e pragmática (especificamente, a função expressiva e a função apelativa).

Claro que poderíamos encontrar ainda pontos de conexão entre Semiótica e Sociologia da Comunicação, e também entre Semiótica e História e Semiótica das Artes Visuais, respectivamente disciplinas do 3.º e do 4.º anos do Curso. A intersecção com a Sociologia da Comunicação podemos vislumbrá-la do lado da sócio-semiótica, que corresponde não só a uma linguística da enunciação[11], como mais particularmente à ideia de que a estrutura dos "campos de significação" de uma língua vernácula não representa "a unidade ideal" (Husserl) das significações possíveis do mundo, mas uma via contingente e perspectivista do mundo, quer dizer, o resultado da redução da complexidade de um sistema social pela língua específica de uma comunidade. A intersecção com História e Semiótica das Artes Visuais, essa, deve ainda ser procurada do lado de uma teoria geral da significação, que identifica ambas as disciplinas. E sobretudo, deve ser procurada do lado da linguagem e da representação. Com efeito, História e Semiótica das Artes Visuais, como aliás Técnicas de Expressão, são disciplinas que permitem, por um lado, interrogar o domínio não-verbal da representação, e por outro lado, encarar a linguagem na diversidade das suas expressões, verbais e não verbais, naturais e formais.

Uma última nota, aqui colocada como proposta para uma futura reestruturação do curso. Dada a perspectiva eminentemente epistemológica com que encaramos a disciplina de Semiótica, talvez fosse de a inserir no segundo ano do plano de estudos do curso, por troca com Teorias da Comunicação, que passaria assim para o primeiro ano. Essa medida parece-nos tanto mais acertada, quanto é um facto que o programa desta disciplina evidencia o carácter de uma propedêutica ao estudo dos fenómenos da comunicação[12].

Comunicação, então denominado de Comunicação Social, não incluía a disciplina de Semiótica. Veja-se Aníbal Alves (1986: 15).

[11] Com efeito, também nós insistimos, na esteira de Bakhtine e Labov, no carácter social da enunciação. Contrariando o subjectivismo e o estruturalismo, também nós remetemos o sistema da língua para a compreensão de um indivíduo de direito, e os factores sociais para os indivíduos de facto enquanto falantes. Sobre este assunto, veja-se Deleuze e Guatari (1980: 101, nota 9).

[12] Veja-se o Relatório teórico-prático da disciplina de Teorias da Comunicação, apresentado por Aníbal Alves, em Março de 1995, a Provas de Agregação na Universidade do Minho.

Bibliografia

ALVES, Aníbal, 1986, *Teorias da Comunicação e da Informação. Relatório do programa, conteúdo e métodos de ensino teórico e prático*, Universidade do Minho, Braga, (Relatório apresentado a concurso para Professor Associado).

ALVES, Aníbal, 1995, *Teorias da Comunicação. Relatório do programa, conteúdo e métodos de ensino teórico e prático*, Universidade do Minho, Braga (Relatório apresentado a Provas de Agregação).

AZEVEDO, José F. de, 1995, *A teoria da cooperação interpretativa de Umberto Eco. Entre a ordem e a (a)ventura*, Porto, Porto Ed.

BARTHES, Roland, 1964, "Rhétorique de l'image", *Communications*, n. 4, pp. 40-51.

BARTHES, Roland, 1989, *Elementos de semiologia*, Lisboa, Ed. 70.

DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Félix, 1980, "Postulats de la linguistique", *Mille Plateaux*, Paris, Minuit, pp. 95-139.

DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Félix, 1980, "Sur quelques régimes de signes", *Mille Plateaux*, Paris, Minuit, pp. 140-184.

GENINASCA, Jacques, 1991, "Du texte au discours littéraire et à son sujet", *Nouveaux Actes Sémiotiques*, Université de Limoges, janvier, pp. 9-34.

GREIMAS, Algirdas, 1976, *Sémiotique et sciences sociales*, Paris, Seuil.

GREIMAS, Algirdas, e COURTES, Jacques, 1979, *Sémiotique - Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, I, Paris, Hachette.

GUIRAUD, Pierre, 1993 [1983], *A semiologia*, Lisboa, Presença.

JACQUES, Francis, 1987, "De la signifiance", *Revue de Métaphysique et de Morale*, n. 2, pp. 179-217.

REIS, Carlos, 1981, *Técnicas de análise textual*, Coimbra, Almedina.

Despacho RT - 66/91, publicado no DR, IIª Série, de 8 de Outubro.

"O uso da linguagem 'orientado para o entendimento' não é distinto do uso da linguagem 'orientado para o sucesso'. Há mesmo uma dependência parasitária deste relativamente àquele. Por exemplo, podemos imaginar um uso da linguagem *secretamente estratégico*, e também um uso *abertamente estratégico* (não apenas os imperativos do tipo 'mãos ao ar!', mas sobretudo os rogos e as ameaças trocados no decurso de duras negociações, que impõem uma atitude receptiva") (Apel, 1990: 45).

"Deformando as palavras de Proust, poder-se-ia dizer que as pernas e os braços estão cheios de imperativos adormecidos. E não têm fim os valores feitos corpo, graças à trans-substanciação que decorre da persuasão clandestina de uma pedagogia implícita, apta a inculcar uma cosmologia, uma ética, uma metafísica, uma política, através de injunções tão insignificantes como 'Põe-te direito!' ou 'Não pegues na faca com a mão esquerda!', e a inscrever nos detalhes aparentemente insignificantes da *postura*, da *presença* ou das *maneiras* corporais e verbais os princípios fundamentais do arbítrio cultural, deste modo colocados fora do alcance da consciência e da explicitação" (Bourdieu, 1980, 117).

I. O processo pedagógico como atopia

Nesta disciplina consagrada à reflexão teórico-prática sobre os domínios com que nos pode confrontar uma teoria geral da significação, não será de esperar, certamente, a proposta de uma voz magistral, que reine monocordicamente, única e absoluta, na sala de aula. Tratar-se-á, na disciplina de Semiótica, de averiguar as condições de possibilidade da instauração do sentido. E dado que a atenção se centra na ordem do sentido, é legítimo esperar que o sujeito não seja encarado como a sede exclusiva do processo de significação, nem como a fonte única da iniciativa semântica.

Admitindo que o acto semântico completo supõe enunciadores em relação interactiva, isto é, em situação de comunicabilidade, os princípios de ordem a estabelecer na sala de aula só poderão ser as regras, os protocolos, do bom funcionamento desta disciplina, e nunca as leis ou os regulamentos que um contramestre/professor possa formular.

Com efeito, a introdução recente do conceito de enunciação na pesquisa sobre a linguagem[13] não pode levar-nos a estabelecer o sujeito da enunciação como uma entidade livre e senhora de si mesma. Tanto é verdade que o sentido é produzido pelos sujeitos das suas práticas sociais, como os próprios sujeitos são produzidos pelas suas práticas sociais de comunicação. Não podemos esquecer, sem dúvida, que o sujeito usa a língua e é por ela usado[14]. Como refere algures O. Ducrot (1984: 394), pelo facto de utilizarmos a língua são introduzidos no discurso, através do léxico e mesmo da sintaxe, toda a espécie de crenças e de conhecimentos.

---

[13] Sobre este assunto, veja-se a obra de síntese de Jean Cervoni, *L'énonciation* (1987).
[14] Veja-se, a propósito, M. Arrivé, F. Gadet, M. Galmiche (1986: 259).

Como a realidade do discurso e a actividade crítica constituem por si o material e a dinâmica da disciplina de Semiótica, a orientação seguida depende fundamentalmente da maneira como ambas são entendidas, enquanto meios de produção, transmissão e recepção do conhecimento. A nossa proposta pedagógica vai, pois, combinar a intervenção expositiva magistral com a reflexão colectiva[15].

Estando nós perante uma disciplina anual, a que foram atribuídas duas sessões semanais, o horizonte a ter em conta é o de um total de cerca de 56 sessões de trabalho, de duas horas cada uma. Cada sessão andará à volta de uma temática específica. Caber-nos-á aí velar pelo rigor teórico-metodológico do tratamento de cada assunto, ajudando os alunos a construir cientificamente as suas interrogações, isto é, esclarecendo-os sobre as implicações de uma qualquer questão.

Cada sessão de trabalho será arquitectada como uma unidade, que conjuga as dimensões teórica e prática do processo de ensino e aprendizagem. O ensino teórico tem como objecto a apresentação e a explicação dos temas constantes do programa. Definir-se-ão conceitos e dar-se-lhes-á o respectivo enquadramento teórico. O ensino prático, por sua vez, prolonga o alcance e aprofunda o conhecimento dos temas em estudo. Nos termos atrás referidos, esclarecendo dúvidas e corrigindo erradas aprendizagens, é função do professor ajudar os alunos a construir cientificamente as suas próprias interrogações.

Cruzando os vários horizontes teóricos, que esperamos fecundem sempre a nossa reflexão, propomos, em termos programáticos, um roteiro da disciplina, onde registaremos os pontos de ancoragem da semiótica. Distribuí-lo-emos pelos alunos, no princípio do ano.

Dada a articulação entre os dois tipos de ensino, o teórico e o prático, a bibliografia apresentada é também concebida como uma unidade. A **bibliografia geral** reúne um conjunto heterogéneo de obras, procura cobrir um universo global de autores e tem uma função preponderantemente consultiva. É também a bibliografia de referência para os dois primeiros capítulos do programa. Pela sua natureza estruturante, pode e deve servir, ainda, de ponto de partida para estudos de aprofundamento temático.

Quanto à **bibliografia específica**, assinalamos apenas que ela acompanha a sequência do programa, a partir do terceiro capítulo, e que está organizada de modo a aproximar a

[15] Com o *numerus clausus* do curso de Comunicação Social a crescer (no ano lectivo de 1996/1997 passou de 50 para 60), e com os alunos extranumerários e os alunos repetentes a duplicarem o número dos alunos inscritos (no ano lectivo de 1995/1996 foram 104 os alunos inscritos em Semiótica), o campo da reflexão colectiva vai no entanto sofrer retracção, enquanto o campo da exposição magistral vai dilatar-se cada vez mais.

semiótica de outras disciplinas que interrogam também a significação, como é o caso da linguística, da filosofia, da hermenêutica e da sociologia.

É longa e variada a lista bibliográfica apresentada, uma vez que é nosso propósito que ela possa ajudar os alunos a traçar um percurso pessoal e a realizar pequenas incursões temáticas neste domínio disciplinar, em complemento das matérias por nós expostas e desenvolvidas nas aulas. Esclarecemos, no entanto, que estão assinaladas com um e com dois asteriscos, respectivamente, as obras, partes de obra e artigos, de mera consulta, ou então de estudo obrigatório.

Temos uma utopia a propor para o trabalho que conjuntamente com os alunos gostaríamos de realizar. Melhor dizendo, uma atopia. É que a atopia é superior à utopia. Enquanto que "a utopia é reactiva, táctica, literária, procede do sentido e põe-no a funcionar", como diz algures Roland Barthes (1975: 53), a atopia é o habitáculo à deriva. Enquanto que a utopia se situa ainda numa oposição, "a atopia *coloca-se ao lado*, e, deste modo, quebra o sentido da oposição" (Coelho, 1984: 295).

Gostaríamos de traçar o espaço desta atopia. É o que faremos de seguida, glosando um texto de *O rumor da língua*, que Barthes (1987: 281-288) escreveu, em 1974, para a abertura do seu seminário no *Collège de France*.

Interrogando-se sobre o lugar onde inscreve a sua prática pedagógica, Barthes distingue o lugar real, o lugar fictício e o lugar atópico[16]. Opõe o real, que é o concreto, a empiria, o determinismo das coisas, à ficção, que é mera construção mental, sem suporte real ou empírico. E projecta um lugar suspenso, lugar do sonho, do desejo, da fruição. A criação, a instauração de alguma coisa, é sempre assim, o lugar de um devaneio, o lugar de "um (ligeiro) delírio" (*Ibid.*: 281).

"Traçamos um espaço", dizemos, projectando as nossas aulas de semiótica. Nesta criação, que é para nós um acto lúdico e gozoso, damos connosco a sonhar, a fantasmar.

Sonhar não é, no entanto, um acto que dispense a organização. O prazer organiza-se, a festa não se deixa ao acaso - prepara-se. E quando não resulta, dizemo-nos decepcionados. "Aquelas aulas são um fiasco!" - talvez seja esta a expressão que melhor diz o desprazer, que melhor diz a frustrada tentativa de fruir o sonho. Nada de parecido, portanto, entre uma aula bem conseguida e a surpresa de uma anedota bem contada. Ligeiro delírio. Paixão. É disso que se trata em Barthes. E é esse o horizonte para que apontamos.

[16] Embora a palavra empregue seja "utopia", o sentido é o de "atopia", nos termos que precisámos atrás.

Não se confunde, no entanto, esta aposta com a estética neo-tribalista de Maffesoli, que se consome numa emoção prazenteira partilhada em conjunto. A nossa proposta pedagógica não nos aproxima, com efeito, da pragmática hedonista e estetizante de Maffesoli (1979, 1990, 1992), que, sendo autopoiética, remete para um relativismo diletante e descomprometido, e com manifesto deleite se consome no pluralismo dos jogos e dos simulacros.

É nosso objectivo que não nos fiquemos só pelo saber, por aquilo que Barthes (*Ibid*.: 281) chama de "*pré-texto*", isto é, pelos objectos, pelos métodos e pelo horizonte teórico que são conformes às regras do discurso semiótico. Interessar-nos-á o *texto*, na expressão de Barthes, ou então o discurso dialógico - o lugar da circulação do prazer, da circulação do desejo, da circulação das crenças de cada um, enfim, da circulação do sentido.

Sendo da ordem do gozo e da decepção, o desejo (desejo de sentido e de comunicação) combina mal com o saber, que é cumulativo, hierárquico, e remete para diferentes níveis de conhecimento. Tendendo para a instauração de uma relação falansteriana na sala de aula, dando lugar cada vez mais à relação dos alunos entre si, faremos acto da suspeição com que o desafio actual de uma "crítica da razão" encara hoje todo o saber[17]. A procura da verdade integral, como referia Nietzsche e é hoje um bordão recorrente em Rorty, é uma actividade segundo parece doentia e própria da adolescência[18]. Tanto como o saber, importar-nos-ão assim, por um lado, os sonhos e as crenças, que são sempre, como é sabido, uma promessa de acção[19], e por outro lado, importar-nos-á "a confiança posta na persuasão, e não na força", para utilizar ainda as palavras com que Rorty (1990: 49) define a nova racionalidade.

---

[17] Escrevemos estas linhas como reacção utópica às novas regras de avaliação de professores e alunos na Universidade do Minho, fixadas pela Circular RT-21/93, no tocante à avaliação dos alunos, e pelo Despacho RT-4/93, no que concerne "às condições mínimas de referência para apresentação a concurso para professor associado e professor catedrático". O privilégio que de novo se dá à repetição, num exame final, do saber transmitido nas aulas, conjugado com o privilégio que, por outro lado, se dá à elaboração de textos pedagógicos na avaliação do desempenho de funções, "devendo uma boa monografia pedagógica ser valorizada de forma pelo menos igual à de um artigo científico de qualidade", respondem mais a propósitos de massificação do ensino superior que à lógica da descoberta, da leitura, da crítica e da reflexão pessoais, essas sim, a verdadeira natureza da vocação e da tarefa universitárias.
O nosso ponto de vista tem em António Fidalgo (1993/1994) argumentos que o reforçam e aprofundam.

[18] Quanto a Nietzsche, veja-se, por exemplo, *A gaia ciência* (1987: 14). Mas também Rorty, que ao contrapor o conceito de "racionalidade fraca", que adopta, ao conceito de "racionalidade forte", associa razão e saúde, razão e sanidade. "Racional significa qualquer coisa de são", diz em *Science et solidarité* (1990: 49).

[19] Vilfredo Pareto (1966: 122) dizia que "apenas a fé motiva fortemente a acção dos homens". E já Pierre Janet insistia neste aspecto: "a crença mais não é que uma promessa de acção: crer é agir; dizer que acreditamos em alguma coisa é dizer: faremos alguma coisa" (Janet, *apud* Michel de Certeau, 1981: 8).

O nosso objectivo é assim, cada vez mais, interrogar a sede da produção do sentido e especificar o lugar do sujeito da comunicação na sua experiência relacional. É que a iniciativa semântica é partilhada, procede de uma dupla fonte, embora seja parte de um único discurso (Jacques, 1987: 199). Não nos limitaremos, deste modo, a dar a conhecer as correntes, os modelos, as teorias e os nomes que nos vários países têm concorrido para o avanço e a consolidação da semiótica. O nosso objectivo é também construir, no interior desta área, um objecto (o lugar do sentido e do discurso comunicativo, apesar da sua "improbabilidade"), a partir do aprofundamento de uns tantos pressupostos teóricos de base e da convocação de metodologias de análise discursiva, que não se confinam à semiótica em sentido restrito. Com efeito, a nossa proposta, como precisaremos adiante, conjuga a semiótica com a linguística, a filosofia da linguagem, a hermenêutica e a sociologia. É de todas estas bandas que interrogaremos a significação. E é também com o contributo de todas estas disciplinas que procuraremos responder a esta busca de sentido.

Sem dúvida que este desejo de sentido tem um outro espaço/tempo semanal onde pode ser aguçado, e em parte realizado. Referimo-nos ao espaço/tempo de atendimento dos alunos. É aí que muitas vezes, em grupo ou individualmente, se abrem novos horizontes de análise e se percebe melhor quais os campos de trabalho mais fecundos do ponto de vista semiótico. Neste espaço, pode a semiótica encontrar o texto literário, quantas vezes proposto pelos próprios estudantes, seja a narrativa popular, seja um *corpus* mais extenso no domínio da literatura. Assim como, também, as narrativas do *fait-divers* e outros textos da imprensa (slogans políticos, textos publicitários, crónicas, reportagens), a *doxa*, formas textuais anónimas (provérbios, adivinhas e anedotas).

Esta opção coloca-nos algumas dificuldades. E talvez a maior tenha mesmo a ver com a natureza e a função da linguagem. Dizem Deleuze e Guattari (1980: 95) que "a unidade elementar da linguagem - o enunciado - é a palavra de ordem". Com efeito, um professor não se informa quando interroga um aluno, nem informa quando ensina uma regra de gramática ou de cálculo. O professor "ensigna", dá ordens, comanda (*Ibidem*). Sendo assim, "a linguagem não é a vida, dá sim ordens à vida; a vida não fala, ela escuta e espera" (*Ibid.*: 96). E depois, a sala de aula é um espaço institucional, e a instituição tem implicações pouco gozosas. Ela vigia e controla o espaço pedagógico, ritualizando-o. E a palavra autorizada (legítima), que neste espaço reina sobre o prazer de todos, não o "apura" como um qualquer condimento culinário[20]. As ordens do professor não só não são exteriores àquilo que ensina

[20] Curiosa é, no entanto, a reflexão que a propósito das trocas simbólicas na sala de aula é feita por Maria Augusta Babo (1993: 20-21). Ao apontar como critério de avaliação da competência individual o "nível de autonomização maior ou menor relativamente ao discurso da aula", entende esta semióloga que tal exigência

como também não se lhe acrescentam. Elas não decorrem de significações primeiras, não são a consequência de informações: a ordem incide sempre e já sobre ordens (as ordens do sistema de ensino, as regras de um campo disciplinar, enfim, as normas de uma língua vernácula).

Bem gostaríamos de ser apenas um sonhador. Não o sujeito sagrado/consagrado, que efectivamente somos. O conhecimento da lógica própria do social, e neste caso do sistema escolar, "instância de socialização especialmente eficaz, pois que se apoia em meios de acção pedagógica reiteráveis, graduados e controláveis nos seus resultados" (Pinto, s/d: 267), obriga-nos a reconhecer o transmissor de "palavras de ordem" (Deleuze e Guattari) e o examinador que o professor em boa verdade é.

Longe de nós, por isso, a ideia de querer produzir, na sala de aula, um espaço autónomo arrancado às leis daquilo que Pierre Bourdieu chama de *mercado*, que compreende não apenas o universo curricular explícito e verbalizado da escola, mas ainda a vasta série de componentes da vida escolar (emprego do tempo, rituais de cortesia, organização do espaço), assim como o efeito de socialização informal e difuso, subjacente a estas práticas formais e informais. Tais leis têm um papel decisivo em termos de reprodução das propriedades estruturais do sistema social.

É verdade, como professor/examinador, também teremos que dar notas e corrigir os nossos alunos, uma vez que a nossa atopia não pode dissociar-se das condições sociais da sua produção e generalização, e estas não autorizam ilusões desmedidas. Quando é o próprio espaço de uma sala de aula que é solidário de toda a instituição escolar, é toda a estrutura social que está presente em cada interacção. Madureira Pinto (s/d: 267) sintetiza bem este ponto de vista ao afirmar que o sistema escolar impõe "o arbitrário cultural, definido, em última análise, pelas relações de força entre as classes sociais", em vez de reproduzir funcionalmente o sub-sistema cultural[21].

---

mede, entre outras coisas, o grau de banalização, de redução à *doxa* que a massa opera na *episteme*, e salienta a importância de, "em cada ano, verificar o quê e como o saber foi 'laicizado'".
Importaria talvez acrescentar, como nota temperadora desta visão um tanto iluminista, que a *episteme* em circunstância alguma é isolável da *doxa*. Como diria Gadamer (1976: 139), ao sublinhar a natureza histórica do nosso conhecimento, há um vínculo indelével entre compreensão e situação, interpretação e preconceito, conhecimento e crença, teoria e prática.

[21] Contrariando este tipo de epistemologia, que desvaloriza, rotulando-a em bloco de althusseriana, Paulo Monteiro entende que tudo é aqui remetido para o social sem o explicarmos, e que fazemos valer de cima a baixo na sociedade um esquema grosseiro de dominadores e dominados, que nada analisa hoje, como em boa verdade nunca nada analisou. Veja-se o comentário feito ao nosso artigo "A epistemologia do saber quotidiano" (Martins, 1993). Apesar da cativante argumentação apresentada, não nos parece que Paulo Monteiro (1993: 101-103) proponha qualquer modelo de análise das relações de poder. Numa linha rortyana, a sua proposta aponta, se bem a entendemos, para um conceito de verdade sem o poder.

Talvez haja, no entanto, que matizar esta conclusão, e em certo sentido, alterá-la mesmo. É hoje, com efeito, problemática a redução do sistema escolar à visão do mundo e aos interesses de uma classe social. Daí que o conceito de "sistema" deva ser esclarecido e especificado pelo conceito de "campo", nos termos em que é proposto por Bourdieu. Este conceito permite centrar a atenção na lógica interna dos objectos culturais, ou seja, na sua estrutura enquanto linguagem, e permite igualmente não descurar os grupos que os produzem (intelectuais, artistas e cientistas) (Bourdieu, 1994: 67-68)[22]. Afinal de contas, trata-se de contemplar uma ideia cara também a Anthony Giddens (1990: 386), que consiste em reconhecer nas propriedades estruturais das colectividades (regras e recursos), instrumentos de reprodução social e, ao mesmo tempo, em resultado desse processo, efeitos de reprodução social. Mais, dado o primado da agência sobre a consciência na realização das actividades sociais (o que quer dizer, o *primado da relação* na produção do sentido), os agentes podem modificar um estado de coisas, assim contribuindo para a reprodução da estrutura, sem estarem sequer tacitamente conscientes daquilo que fazem (Cohen, 1990: 388). Com efeito, sempre que se reproduz uma prática generalizada e durável (e é esse o caso da relação pedagógica), a estrutura social é *reconstituída* (*Ibid*.: 386).

Em conclusão, podemos dizer que não é impossível virem a ser alteradas todas as regulações instaladas no sistema escolar. Tal subversão supõe todavia um trabalho explícito sobre a evolução das mentalidades, e este não pode reduzir-se à promulgação de uma lei, nem à exclusão de uma classe dirigente ou de uma dominação política. E também Habermas (1987: 434) não dirá coisa diferente. Tem no entanto este investigador a vantagem de ser muito mais explícito. Diz assim: "O domínio das situações apresenta-se como um processo circular em que o actor é, simultaneamente, o *iniciador* de acções de que é responsável, e o *produto* das tradições em que se inscreve, dos grupos solidários de que faz parte, e dos processos de socialização e de aprendizagem a que está sujeito". Com efeito, precisa Habermas (*Ibid*.: 435): "Aceitando a situação que vivem, os participantes de uma interacção são tributários de uma tradição cultural de que tiram partido, ao mesmo tempo que a *renovam*; coordenado as suas acções pelo reconhecimento intersubjectivo de pretensões a

[22] Um campo "só pode funcionar com indivíduos socialmente predispostos a comportarem-se como agentes responsáveis, a arriscarem dinheiro, tempo, e mesmo a honra e a vida, para levarem por diante os seus intentos e atingirem os benefícios que ele possibilita" (Bourdieu, 1982: 47).
Neste contexto haverá que assinalar que a teoria da dominação simbólica de Bourdieu repousa na ideia de que a legitimação ideológica da desigualdade das classes (que é um efeito da "naturalização" da realidade social) opera através de uma correspondência que apenas se cumpre entre sistemas. A teoria bourdieusiana não impõe que os produtores culturais se entreguem a mascarar ou a servir deliberadamente os interesses dos dominantes. É unicamente pela prossecução efectiva dos seus interesses específicos que os interlocutores legitimam *também* uma posição de classe (Bourdieu, 1977: 405-411).

validade susceptíveis de serem criticadas, os participantes de uma interacção *apoiam-se* na sua pertença a grupos sociais, ao mesmo tempo que aí reforçam a sua integração; participando em interacções com pessoas de referência que agem de maneira competente, os adolescentes *interiorizam* as orientações axiológicas dos seus grupos sociais e adquirem capacidades práticas generalizadas".

Bibliografia

APEL, Karl-Otto, 1990, *Penser Habermas contre Habermas*, Cahors, L'Éclat.

ARRIVE, M., GADET, F., GALMICHE, M., 1986, *La grammaire d'aujourd'hui*, Paris, Flammarion.

BABO, M. Augusta, 1993, *Relatório da cadeira de Semiótica Textual*, Universidade Nova de Lisboa (Relatório apresentado a concurso para Professor Associado).

BARTHES, Roland, 1975, *Roland Barthes par Roland Barthes*, Paris, Seuil.

BARTHES, Roland, 1987 [1984], "Ao/no seminário", *O rumor da língua*, Lisboa, Ed. 70, pp. 281-288.

BOURDIEU, Pierre, 1977, "Sur le pouvoir symbolique", *Annales*, n. 3, pp. 405-411.

BOURDIEU, Pierre, 1980, *Le sens pratique*, Paris, Ed. de Minuit.

BOURDIEU, Pierre, 1982, *Leçon sur la leçon*, Paris, Minuit.

BOURDIEU, Pierre, 1994, *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*, Paris, Seuil.

CERTEAU, Michel de, 1981, "Croire: Une pratique de la différence", *Documents de travail et prépublications*, Urbino, Universitá di Urbino, n 106, pp. 1-21.

CERVONI, Jean, 1987, *L' énonciation*, Paris, PUF (Tradução portuguesa: 1989, *A enunciação*, S. Paulo, Ática).

COELHO, E. Prado, 1984, *A mecânica dos fluidos. Literatura, ciência, teoria*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

COHEN, Ira J., 1990, "Teoría de la estructuración social y praxis social", *La teoria social hoy*, Madrid, Alianza Universidad, pp. 351-397.

DUCROT, Oswald, 1984, "Pressuposição e alusão", *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 2, Lisboa, INCM, pp. 394-417.

FIDALGO, António, 1993/1994, "A Universidade como profissão", *Anais Universitários*, n. 4/5, Universidade da Breira Interior, Covilhã, pp. 147-161

GADAMER, Hans-Georg, 1976, *Vérité et méthode*, Paris, Seuil.

GIDDENS, Anthony, 1990, "El estructuralismo, el post-estructuralismo y la producción de la cultura", *La teoria social hoy*, Madrid, Alianza Universidad, pp. 254-289.

HABERMAS, Jürgen, 1987, *Logique des sciences sociales et autres essais*, Paris, PUF.

JACQUES, Francis, 1987, "De la signifiance", *Revue de Métaphysique et de Morale*, n. 2, pp. 179-217.

MAFFESOLI, Michel, 1979, *La conquête du présent*, Paris, PUF.

MAFFESOLI, s/d, *O conhecimento do quotidiano*, Lisboa, Vega.

MAFFESOLI, 1990, *Au creux des apparences*, Paris, Plon.

MAFFESOLI, 1992, *La transfiguration du politique*, Paris, Grasset.

MARTINS, Moisés, 1993, "A epistemologia do saber quotidiano", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 37, pp. 79-100.

MONTEIRO, Paulo, 1993, "Bourdieu e as críticas que caíram ao chão", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 37, pp. 101-103.

NIETZSCHE, F., 1987 [1882], *A gaia ciência*, Lisboa, Guimarães Ed.

PINTO, J. Madureira, s/d, "Para um encontro entre a sociologia e a semiótica", AA. VV., *Da semiótica*, Lisboa, Vega, pp. 261-268.

PARETO, Vilfredo, 1966, *Manuel d' économie politique*, t. I, Genève, Droz.

RORTY, Richard, 1990, *Science et solidarité*, Cahors, Éd. de l' Éclat.

Circular RT-21/93 da Universidade do Minho.

Despacho RT-4/93 da Universidade do Minho.

II. Modos de avaliação dos conhecimentos

Dada a massificação cada vez mais acentuada do ensino superior, e a habitual heterogeneidade das turmas, com boa parte dos alunos inscritos a conjugar a condição de estudante com a de trabalhador, não é possível cingirmo-nos com rigor exclusivo ao modelo da avaliação contínua. Mantê-la-emos, no entanto, sempre que possível. E nesses casos, pontuaremos, numa escala de 0 a 20, o trabalho desenvolvido ao longo do ano pelo aluno. Quer isto dizer que avaliaremos a frequência e a qualidade da sua intervenção nas aulas.

Não podemos, todavia, furtar-nos a combinar o modelo da avaliação contínua com o modelo da avaliação periódica, e mesmo com o modelo da avaliação numa única prova. Nos casos em que forem estas últimas as opções tomadas, a avaliação terá em conta o que está determinado no RIAPA e efectuar-se-á da seguinte forma:

1. Os alunos podem escolher uma avaliação periódica, ou então, uma avaliação final.

1.1. Avaliação periódica.

a) Haverá duas provas escritas de avaliação, uma por semestre. Ambas incidem sobre o conteúdo das exposições teóricas, e ocorrerão no período do ano reservado para esse efeito: em Janeiro/Fevereiro, a primeira; em Junho/Julho, a segunda.

***** Os alunos que obtiverem classificação positiva (10 ou mais valores) na prova do primeiro semestre serão dispensados na segunda dessa parte da matéria.

b) Cada prova de avaliação representa cerca de 45% da classificação final da disciplina, sendo no entanto condição obrigatória para a passagem de ano, caso o aluno tenha optado pela avaliação periódica, que as duas provas escritas, classificadas numa escala de 0 a 20, perfaçam um total de 19 pontos, dos quais pelo menos 10 tenham sido obtidos na primeira prova. Por outro lado, em nenhuma dessas provas, o aluno pode ter uma classificação inferior a 7 valores.

1.2. Exame final

a) O exame final numa única prova é, em princípio, um tipo de avaliação reservado para os alunos que não tenham satisfeito as exigências da avaliação periódica. Compreende toda a matéria.

b) O aluno pode optar, no entanto, por fazer apenas um exame final, sem sequer ter tentado outro tipo de avaliação. Nesse caso, a prova compreenderá também toda a matéria.

c) O exame final é, em princípio, uma prova escrita e a aprovação obriga à obtenção da nota mínima de 10 valores, numa escala de 10 a 20.

d) A prova oral constitui um último recurso para os alunos que, não atingindo os valores mínimos de aprovação, obtenham pelo menos 8 valores.

2. Observação última

O docente valorizará sempre, em 10% da nota final a assiduidade e a participação do aluno nas aulas.

I. Introdução

A disciplina de Semiótica começou por ser com Saussure, e foi-o ainda com Barthes, uma ciência que se ocupou dos sistemas de signos (semiologia). Nos anos sessenta, rompeu com a linguística do signo e afirmou-se como a ciência da significação (semiótica)[23]. Tem uma dupla tradição. Uma tradição europeia, de inspiração linguística, o que quer dizer estrutural e formalista. E uma tradição americana, que remonta a Peirce, de inspiração lógica e matemática.

O programa tem em conta esta dupla tradição. Por um lado, analisar-se-á a dependência inicial da teoria semiológica relativamente ao modelo da linguística. Por outro lado, insistir-se-á nos factores específicos que permitiram à semiótica constituir-se como uma ciência relativamente autónoma.

Barthes, por exemplo, entende que a semiótica se autonomizou da linguística pelo facto de se ocupar do texto, e não já da frase, e que é no cruzamento do marxismo, da psicanálise e do estruturalismo, que o texto surge como uma realidade estruturalmente diferente da frase[24]. Devemos, no entanto, acrescentar que depois do marxismo, da psicanálise e do estruturalismo, uma quarta vaga possibilitou a emancipação definitiva da semiótica. Referimo-nos à filosofia analítica da linguagem, sobretudo através das suas duas principais correntes, a corrente lógica e formalista, que intenta dar conta das condições de significação e de verdade, e a corrente pragmática, que descreve a linguagem comum, investigando o uso das frases e a performance dos *speech acts*.

Respeitando esta dupla tradição, traçámos um percurso que privilegiou as seguintes problemáticas: 1.º a distinção entre signo e significação; 2.º o significado da passagem do regime do signo ao regime do discurso; 3.º a textualidade; 4.º a enunciação, e também, o

---

[23] Veja-se o que escrevem, a propósito, J.-Cl. Giroud e L. Panier (1991: 52): "A semiótica interessa-se pela significação e não pelo signo. Ela não considera em primeiro lugar a relação do significante com o significado [...]. Ela considera que o plano da expressão (significante) e o plano do conteúdo (significado) são articulados cada um por uma organização específica: há uma 'forma de expressão' (no caso do texto, a organização gramatical e estilística) e há uma 'forma de conteúdo', e a semiótica interessa-se mais particularmente por descrever esta última".

[24] Repare-se entretanto que a esta sistematização barthesiana não é alheio o forte contributo da semanálise de Kristeva, que à "teoria do texto" de Barthes fornece o léxico e os conceitos principais: prática significante, significação e significância, fenotexto e genotexto, produto e produtividade, estrutura e estruturação, intertexto, etc. Cf. Barthes (1976).

processo da discursificação; 5.º a abertura da semiótica ao debate com a hermenêutica, a filosofia analítica e a sociologia.

Este delineamento permite-nos, por um lado, interrogar o modo como se instaura a inteligibilidade contemporânea do processo de significação em geral, e por outro lado, lançar as bases de uma teoria geral da significação. Quanto à interrogação sobre o modo como se instaura a inteligibilidade contemporânea do processo de significação em geral, mantemos que esta reflexão apenas poderá ser feita no domínio da língua natural como língua de comunicação e como última *metalíngua*, e não, como quer Frege, por exemplo, num uso circunstancial da linguagem, como é o caso da formalização matemática. Quanto às bases de uma teoria geral da significação, desenvolvê-las-emos em quatro pontos.

1- Com André Joly e Francis Jacques, debateremos duas teses contrárias sobre a significação. Com Joly, colocá-la-emos à ordem da representação. Com Jacques, perspectivá-la-emos como processo inobjectivável e irrepresentável.

2- Debateremos os limites de uma teoria que encerre a significação no signo e no seu sentido.

3- Mostraremos a fragilidade de uma teorização que coloque a significação à ordem da frase e da proposição.

4- Enfim, procuraremos demonstrar que uma teoria geral da significação é inseparável de uma teoria do discurso. Mas como o discurso não é um conceito unívoco, remeteremos para Greimas e Courtès, por exemplo, que o encaram como enunciado, isto é, como texto. Remeteremos também para Coquet e Geninasca, que por sua vez o perspectivam como enunciação, ou como processo enunciativo[25]. E para Ducrot e Anscombre, que o vêem como argumentação. Remeteremos ainda para o segundo Wittgenstein , para Austin e para Searle, que ao privilegiarem a linguagem comum e o discurso oral associam inextricavelmente a significação aos processos de interacção e fazem prevalecer as funções propriamente comunicativas

[25] É de salientar, no entanto, que a semiologia de tradição francesa não associa o discurso, seja ele texto ou enunciação, à tradição retórica, para que remete a pragmática. Também não o encara como simples "acto de fala", mera execução das performances da língua, como quer Martinet. A semiótica discursiva reclama-se de Benveniste e de Saussure, por ambos consideraram o discurso como "linguagem em acção". (Cf. A. Martinet, 1960: 30; também E. Benveniste, 1966: 128. A posição de Saussure é analisada por R. Godel, 1957: 171).

da linguagem (as funções performativas da expressão e do apelo) sobre as funções logocêntricas, fundacionistas e representacionistas, que se apoiam na proposição.

Pode julgar-se que colocar a semiótica à ordem da significação, em vez de a colocar unicamente à ordem dos signos e aqui num sentido linguístico restrito), é desembaraçarmo-nos do *linguistic turn*, que desde Saussure não mais parou de desafiar as ciências sociais, que o século XIX chamava do espírito, ou da cultura[26]. Não é o caso. Fazemos, sim, acto da deslocação operada na semiótica, ao longo das últimas décadas. Esta disciplina deixou, com efeito, de se ocupar dos signos, cuja crise, talvez com algum exagero, é dada por definitiva[27], para se centrar na significação, e na realização que esta tem em textos (e em discursos). Aliás, passar do signo ao texto é dispensar o signo, "é trabalhar com uma outra realidade que não combina apenas, mas ajuíza, avalia, opera transformações", uma realidade que é uma prática, independentemente da modalidade de escrita nela inscrita (Babo, 1993: 3). Quer dizer, passar do signo ao texto é trabalhar com uma prática significante multifacetada, que abrange a constituição das narrativas e a sua diluição, o texto anónimo da *doxa*, enfim, a citação como objecto de transacção intertextual (*Ibid*.: 4)[28].

Significar, instaurar o sentido, é assim, sem dúvida, um problema de linguagem. E a semiótica discursiva interroga-a de duas maneiras: por analogia com a língua, e a linguagem é textualidade, e como processo de enunciação, sendo a linguagem pragmática. Mas

---

[26] Esclarecemos desde já que o "linguistic turn" é para nós um movimento mais vasto que aquele que Giddens lhe atribui. Giddens (1990: 259) reflecte no interior da proposta rortyana de que o "linguistic turn" não é uma extensão das ideias tomadas do estudo da linguagem a outros aspectos da actividade humana. Explora sim a intersecção da linguagem com a constituição das práticas sociais. O que nós entendemos, todavia, por "linguistic turn" é a generalização do modelo linguístico às ciências sociais (primeiro, com a adopção dos princípios de solidariedade das partes de uma estrutura e de imanência do sentido; depois, abrindo-se à ideia de interacção simbólica e de prática discursiva em contextos diferenciados no espaço e no tempo).

[27] Veja-se R. Barthes (1976: 1014). E veja-se, sobretudo, U. Eco (1981), que estende a crise do signo ao momento da própria criação do conceito. Também Hjelmslev (*apud* Eco, 1975: 74) já advertira para o facto de, em rigor, não dever falar-se de signo, mas de funções sígnicas, que se realizam "quando dois functores (expressão e conteúdo) entram em mútua correlação". Isso mesmo é também assinalado por J. Fontanille (1990: 3): "A semiótica de inspiração hjelmsleviana dispensa geralmente, e cada vez mais radicalmente, qualquer referência a uma teoria do signo".

Deleuze e Guattari (1980: 141), por sua vez, sintetizam bem este entendimento, ao fixarem para a linguagem um ponto de partida linguístico que dispensa o signo: "no limite, podemos dispensar a noção de signo, uma vez que o que há a reter não é principalmente a sua relação a um estado de coisas designado, nem a uma entidade significada, mas apenas a relação formal do signo com o signo, na medida em que define uma cadeia significante. O ilimitado da significância substituiu o signo".

[28] Passando do signo ao texto, a semiótica deu-se como objecto, como seria de esperar, o texto literário (Barthes, 1976: 1014). Mas não é deste que nos vamos sobremaneira ocupar. O texto que nos importa é, tendencialmente, o texto mediático, que cada vez mais é o texto identificador da sociedade contemporânea, uma sociedade da comunicação generalizada (Vattimo, 1991: 12).

significar é também um problema epistemológico, um problema sobre a possibilidade de um saber e sobre a possibilidade da sua construção. É, além disso, um problema hermenêutico, que coloca as questões da verdade, validade e legitimidade das representações feitas. E é ainda uma construção social, dado serem sociais mesmo os nossos esquemas mentais[29].

O percurso que propomos não se confina pois à semiótica, entendida em sentido restrito. Correndo o risco de nos tornarmos destinatários das críticas com que Adriano Rodrigues (1991: 12), citando Umberto Eco, denuncia uma atitude *pansemiótica*, que malserviria esta disciplina ao confundir o seu objecto de estudo com uma epistemologia geral das ciências, a nossa aposta conjuga a semiótica com a linguística, a epistemologia, a hermenêutica, e também com a sociologia, disciplina de onde originariamente nos reclamamos[30]. Fazemo-lo todavia com a consciência de que nenhuma disciplina, nem mesmo nenhuma interdisciplina, pode apropriar-se do estudo da significação.

Não quer isto dizer que ao adoptarmos um conceito não imanentista de semiótica, descuremos por um lado o núcleo de questões que lhe é próprio e as suas metodologias de base (entre outras questões, a linguagem e a codificação/decodificação, a textualidade e a discursividade), e por outro lado, desprezemos as especificidades culturais. Graças ao conceito de *uso* (concomitante do conceito de *esquema*, que é um conceito de cariz universalista), e graças ainda aos procedimentos que permitem descrever a *prática enunciativa*, a semiótica está armada para encarar, através da análise de discursos concretos, universos de significação culturalmente específicos.

Podemos, assim, hoje em dia, falar de semiótica, não só como de uma semântica das línguas, mas simultaneamente como uma semântica das culturas, fazendo o caminho de regresso às suas origens, tanto linguísticas, como antropológicas. Por outras palavras, tomamos à nossa conta o conceito de "semiótica social", utilizado por Greimas, e sobretudo por Michael Halliday, para acentuar duas coisas. Por um lado, que o sistema social é um conjunto de sistemas semióticos. Por outro, que a linguagem é parte do sistema social (Halliday, 1987: 42).

---

[29] Veja-se, a este propósito, André Joly (1982: 103), que, aos registos de perspectivação do sentido referidos, linguístico, semiótico, epistemológico, hermenêutico e sociológico, acrescenta o enfoque lógico (ou seja, a consideração das condições do verdadeiro e do falso) e o enfoque psicológico (isto é, a consideração do funcionamento das actividades cognitivas).

[30] Batendo-se com insistência pela autonomia de uma semiótica discursiva, cuja aposta seria a mesma que a da semântica linguística, a saber, a renúncia a um referente externo por decisão epistemológica, F. Rastier não poderia estar mais nas antípodas da nossa proposta. A semiótica discursiva em Rastier, que se quer depurada da filosofia e da lógica, não só recusa a teoria do signo peirciana, uma vez que este nada teria de especificamente linguístico, como denuncia a tripartição da linguística em sintaxe, semântica e pragmática, uma vez que tal tricotomia glosaria a tradição filosófica dos *modi significandi*, *modi intelligendi* e *modi essendi*, o que só comprometeria a definição do seu objecto (Rastier, 1990).

Com efeito, não tem sido diferente o percurso realizado pela semiótica, dos anos 60 para cá. Ao analisar com C. Metz as práticas cinematográficas, com J. J. Nattiez ou N. Ruwet as práticas musicais, com L. Marin ou M. Pleynet as práticas picturais, com Bouissac as práticas gestuais, com Barthes as práticas fotográficas, com Greimas e Todorov as práticas narrativas, com Baudrillard o próprio universo dos objectos, a semiótica desenvolveu um conjunto de saberes que, tanto do ponto de vista teórico, como do ponto de vista metodológico, nos dão a possibilidade de encarar a pintura como um "texto pictural", o cinema como um "texto fílmico", a música como um "texto musical", e assim por diante[31].

Ao analisarmos estas ou outras práticas de comunicação, chegámos a privilegiar, como já o dissemos, o enfoque do paradigma linguístico. Fazemo-lo porque não subscrevemos o balanço que Pedro Miguel Frade faz da importância e do interesse da teoria da significação de tradição saussuro-hjelmsleviana (formalista). A linguística, escreve Pedro Frade (1991: 48-49), "impediu mais do que promoveu o sucesso da análise de práticas significantes como a imagem ou o gesto. Por sua vez, a análise de grandes unidades como o texto ou o discurso foi igualmente afectada pelo terrorismo epistemológico da corrente de pensamento que ficou conhecida pelo nome obtuso de estruturalismo".

É verdade que muitas são as críticas que podemos endereçar à teoria do signo de Saussure. Assinalemos, por exemplo, que Saussure omite o universo referencial. Fazendo-o, deixa de poder ser estabelecida a diferença entre "meaning" (significado lexical) e "thing-meant" (referente). Por arrastamento, o significado passa, assim, a coisa pensada. Notemos também que é indevida a identificação por si feita entre significado (uma forma que é mero correlato de significante) e pensamento. Esta identificação ilegítima funda a inaceitável redução da linguagem ao pensamento. Claro que não está em causa que a linguagem seja concepção e ideia. Não podemos é sonegar-lhe a dimensão afectiva (a emoção, o desejo, a vontade, a intenção).

A tradição saussuro-hjelmsleviana é no entanto indispensável para compreender a importância dos "factos condicionantes de língua" nos fenómenos comunicativos, a que, por princípio, as análises puramente discursivas são indiferentes[32]. Ela é igualmente decisiva para estabelecer a *relação* como dimensão identificadora das trocas comunicativas, relação essa que é inapropriável e irredutível à experiência pessoal e ao *ponto de vista do eu* [33].

---

[31] Cf., sobre este assunto, M. A. Babo (1993: 6).

[32] Veja-se a este propósito o insuspeito André Joly (1982: 110).

[33] Sobre estes últimos aspectos, veja-se F. Jacques (1987), investigador que no nosso relatório será recorrente e que terá mesmo um tratamento autónomo.

1. Da linguística à semiologia

- "Langue" (língua) e "parole" (fala).

A pertinência da separação entre "língua" (objecto teórico construído) e "fala" (conjunto de dados observáveis): a preocupação com a forma na produção do sentido traduz uma concepção não representacionista da realidade, uma concepção refractária a qualquer tipo de descrição factual da realidade. Com a desterritorialização da linguagem, cai por terra a "determinação do ser como presença" (Derrida, 1967: 410), e isto quer dizer que com ela caem também todos os nomes que designaram a invariância duma presença plena (de um fundamento): essência, existência, substância, sujeito, transcendência, consciência, Deus, homem... Isto é, o *sentido* deixa de poder ser pensado na forma de um ente-presente, e deixa também de ter um lugar natural e fixo, cuja origem possa sempre ser desocultada na forma de uma arqueologia e cujo fim possa igualmente ser antecipado na forma de uma escatologia, para ser entendida como *uma função*, uma espécie de não-lugar, que torna possível uma prática e um jogo infinitos de substituições de signos.

A "língua" como sistema codificado de formas, que têm um valor diferencial e opositivo. A língua como existência virtual: a submissão a um princípio estrutural e um princípio de imanência. Do primeiro, decorre o carácter relacional das totalidades, ou seja, a solidariedade dos elementos de uma estrutura. Do segundo, decorre o jogo de relações virtuais, ou seja, de relações que apenas existem na sincronia do modelo. Convertida em sistema transcendental das ocorrências empíricas, a língua pode explicar as constantes, as redundâncias, as repetições, ou seja, o infinito jogo de substituições de signos.

Competência e performance. O conhecimento das regras fonológicas, sintácticas, gramaticais da língua (competência linguística) e a sua realização discursiva, a sua execução (performance). Será verdade que "a língua é puramente fascista", pelo que obriga a dizer, a ponto de nela se perfilarem inevitavelmente duas rubricas, "a autoridade da asserção e a gregaridade da repeticão"? (Barthes, 1978: 14).

O eixo paradigmático e o eixo sintagmático da significação. As relações abstractas e virtuais, relações *in absentia* (paradigmáticas) no tempo sincrónico e as relações concretas e reais, relações *in praesentia* (sintagmáticas) no tempo diacrónico. O tempo virtual da língua e o tempo simultaneamente virtual e concreto da linguagem.

- Códigos[34]

Geralmente damos por assente que as línguas naturais funcionam como códigos, ou seja, como sistemas que combinam signos com mensagens, de uma maneira constante. A língua estabelece uma relação diádica, convencional e arbitrária entre representações fonológicas (significantes) e representações semânticas (significados). Por outro lado, é também habitual a ideia de que, quando comunicamos através da linguagem, apenas codificamos informação, isto é, apenas escolhemos representações fonológicas que correspondem ao conteúdo semântico que desejamos transmitir.

Trata-se, no entanto, de uma ideia redutora conceber a língua como simples código e remeter a significação para a mera actividade de codificar e decodificar informação. A consideração exclusiva da gramaticalidade não dá conta da complexidade da significação. Fenómeno de refinada intrincação semântica, a significação convoca as noções pragmáticas de emissor, destinatário, intenção expressiva, contexto verbal, situação ou conhecimento do mundo, que presidem ao uso da linguagem, ou seja, ao emprego de enunciados concretos, emitidos por falantes concretos, em situações comunicativas concretas, e à sua interpretação pelos destinatários.

a) Um código é um sistema de signos. Não podemos, porém, reduzi-lo a uma estrutura rígida, fixa e estável, a uma convenção social. A ideia de que um código contempla exaustivamente *todas* as suas possibilidades combinatórias contradiz as possibilidades de um texto literário, que é sempre mais rico do que as potencialidades do policódigo que lhe deu origem. Acontece, por outro lado, que não coincidem, em termos absolutos, os códigos dominados pelo emissor e os códigos conhecidos pelo receptor/leitor. Por essa razão, a própria organização estrutural dos textos literários contribui para a reestruturação, definição e enriquecimento dos códigos existentes. Nestas circunstâncias, um código não pode nunca ser concebido como um mero mecanismo regulamentador. Como sistema de signos, o código reestrutura-se continuamente, assim contribuindo para fertilizar a actividade interpretativa[35].

Um código conjuga uma dimensão *paradigmática* (uma vez que é uma *selecção* de unidades) e uma dimensão *sintagmática* (dado que *combina* unidades, através de regras

[34] Sobre esta matéria, tivemos especialmente presente John Fiske (1993: 91-116). Mas o texto que mais recomendamos é o de Pierre Guiraud (1993), que perspectiva a semiologia como um ensaio sobre códigos.
[35] Em todo este parágrafo, tivemos presente F. Azevedo (1995: 41).

ou convenções). É constituído por signos que remetem para uma exterioridade. Inter-relaciona-se dinamicamente com uma cultura: um código remete para o consenso entre os seus utentes e para uma experiência culturalmente comum. Desempenha uma função social ou comunicativa. É transmitido através de meios e/ou canais adequados.

b) O funcionamento dos códigos autoriza-nos a pensar em duas ordens de significação (Barthes). A primeira é a "linguagem-objecto", que diz as coisas e é *denotativa*. Descreve a relação entre o significante e o significado no interior do signo, e a relação do signo com o seu referente na realidade exterior. A segunda ordem de significação é a "metalinguagem". É uma ordem onde se fala da primeira. Descreve a interacção entre o signo, os sentimentos e as emoções dos utentes e os valores da sua cultura. Nesta segunda ordem, o signo pode ter três formas de funcionamento: conotativa, mítica e simbólica. A conotação é a significação da segunda ordem do significante. O mito é a significação da segunda ordem do significado. O símbolo é um signo que adquire, através da convenção e do uso um significado que lhe permite representar outra coisa[36].

c) Estas duas ordens de significação, que Barthes explicita como "linguagem-objecto" (*denotativa*) e "metalinguagem" (*conotativa*, mítica e simbólica), Jakobson explica-as pelo recurso às figuras da *metáfora* e da *metonímia*. A metáfora é a figura habitual da poesia, é uma figura da *associação substitutiva*. Não sendo essencialmente realista, é imaginativa. A metonímia é a figura habitual do romance realista, é uma figura da contiguidade e da combinação. As metonímias operam sintagmaticamente, para efeitos realistas, e as metáforas operam paradigmaticamente, para efeitos imaginativos ou surrealistas.

d) A linguística integra-se na semiologia, entendida como sistema geral dos signos, e é uma ciência particular (Saussure), ou pelo contrário, é a semiologia que deve ser incluída na linguística, ou pelo menos estudada por analogia com ela, como quer Barthes, ao convertê-la em ciência geral?

e) Existem códigos analógicos e códigos digitais (Fiske). Existem códigos de comunicação não verbal (Argyle): contacto físico, proximidade (proxémia), orientação, aparência,

[36] As expressões de "linguagem-objecto" (sistema semiológico "que fala *as* coisas") e de "metalinguagem" (sistema semiológico que é "uma segunda língua na qual se fala da primeira") encontramo-las em Roland Barthes (1984: 186 e 211).

movimentos de cabeça, expressão facial, gestos (quinese), postura, meneamento dos olhos, aspectos não verbais do discurso. Existem códigos elaborados e códigos restritos (Bernstein). Existem códigos de grande e de pequena difusão. Existem códigos arbitrários (ou lógicos). Existem códigos estéticos.

2. Semiologia e semiótica

- Do signo à frase, e da frase ao discurso: semiótica e semântica (Benveniste). A semiótica é a ciência do signo e da forma, a ciência do sentido. Como ciência do signo e das suas relações diferenciais e opositivas, a semiótica é uma ciência classificativa, taxinómica. (O movimento que vai das palavras à frase chama-se *sentido*; aquele que vai da totalidade da frase à sua dissolução em palavras, chama-se *forma*). A semântica é a ciência do discurso (das "grandes unidades") e da significação; a semântica é a ciência da comunicação[37].

- A semiologia como a ciência dos sistemas de signos (Saussure e Barthes), e a semiótica como a ciência do discurso e da significação (Greimas).

- A dupla tradição semiológica: a semiologia como tradição europeia, de incidência francesa (Saussure, Barthes, Benveniste); e a semiótica como tradição anglo-saxónica, de incidência americana (Peirce e Morris).

3. Sintaxe, semântica e pragmática

Inspirando-se na relação triádica, que em Peirce caracteriza a "semiose" ou a função sígnica, Morris propõe na sua obra *Foundations of a theorie of signs* (1938) uma semiótica tripartida. Peirce havia estabelecido três dimensões da relação triádica: o *representamen* é o signo encarado como um *modus significandi*; o objecto, que é

[37] O conceito de "grande unidade" do discurso chega a ser formulado por Benveniste, por exemplo numa entrevista concedida a Guy Dumur em 1968, embora nunca tenha sido desenvolvido por este linguista (Benveniste, 1974: 36).

representado "in some respect or capacity", é o signo encarado como um *modus essendi*; o *interpretante* é o signo encarado como um *modus intelligendi*. Por sua vez, Morris vai definir três elementos do signo: o próprio signo; o objecto denotado; e o destinatário, ou intérprete do signo. Feito isto, pôde tematizar a relação semântica entre o signo e o seu objecto; a relação pragmática entre o signo e o seu intérprete; e a relação sintáctica entre os signos, no quadro de um sistema de signos ou de uma língua.

Bibliografia

AZEVEDO, Fernando J. F., 1995, *A teoria da cooperação interpretativa de Umberto Eco. Entre a ordem e a aventura*, Porto, Porto Editora.

BABO, M. Augusta, 1993, *Relatório da cadeira de Semiótica Textual*, Univ. Nova de Lisboa (Relatório apresentado a concurso para Professor Associado).

BARTHES, Roland, 1976, "Théorie du texte", *Encyclopédie Universalis*, vol. 15, pp. 1013-1017.

BARTHES, Roland, *Leçon*, 1978, Paris, Seuil.

BARTHES, Roland, 1984, *Mitologias*, Lisboa, Ed. 70.

BENVENISTE, Emile, 1966 e 1974, *Problèmes de linguistique générale*, I e II, Paris, Gallimard.

DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Félix, 1980, "Sur quelques régimes de signes", *Mille Plateaux*, Paris, Minuit, pp. 140-184.

DERRIDA, Jacques, 1967, "La structure, le signe et le jeu dans le discours des sciences humaines", *L'écriture de la différence*, Paris, Seuil, pp. 409-428.

ECO, Umberto, 1981, "Segno", *Enciclopedia Einaudi*

ECO, Umberto, 1975, *Trattato di semiotica generale*, Milán, Bompiani.

FISKE, John, 1993, *Introdução ao estudo da comunicação*, Porto, Asa, pp. 91-116.

FRADE, Pedro M., 1991, "Comunicação", *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*, Lisboa, D. Quixote, pp. 45-56.

FONTANILLE, Jacques, 1990, "Avant-propos", *Nouveaux Actes Sémiotiques*, Université de Limoges, pp. 1-4.

GIDDENS, Anthony, 1990, "El estructuralismo, el post-estructuralismo y la producción de la cultura", *La teoria social hoy*, Madrid, Alianza Universidad, pp. 254-289.

GIROUD, J.-Cl., e PANIER, L., 1991, *Semiótica. Uma prática de leitura e de análise dos textos bíblicos*, Lisboa, Difusora Bíblica.

GODEL, R., 1957, *Les sources manuscrites du Cours de Linguistique Générale de F. de Saussure*, Genève-Paris, Droz-Minard.

GUIRAUD, Pierre, 1993, *A semiologia*, Lisboa, Presença.

HALLIDAY, M., & THIBAULT, P., 1987, "Interview avec Michael Halliday", *Sociétés*, n. 14, Paris, pp. 39-43.

JACQUES, Francis, 1987, "De la signifiance", *Revue de Métaphysique et de Morale*, n. 2, pp. 179-217.

JOLY, André, 1982, "Pour une théorie générale de la signifiance", N. Mouloud e J. M. Vienne (Orgs.), *Langages, connaissance et pratique*, Lille, Université de Lille III, pp. 103-125.

MARTINET, A., 1960, *Eléments de linguistique générale*, Paris, Armand Colin.

MORRIS, Charles, 1938, *Foundations of a theory of signs*, Vol. 1 (2), Chicago, International Encyclopedia of Unified Science.

RASTIER, F., 1990, "La triade sémiotique, le trivium et la sémantique linguistique", *Nouveaux Actes Sémiotiques*, Limoges, Université de Limoges, pp. 5-39.

RODRIGUES, A. Duarte, 1991, *Introdução à semiótica*, Lisboa, Presença.

VATTIMO, Gianni, 1991, *A sociedade transparente*, Lisboa, Ed. 70.

II. O signo e a significação

"[1] Existe uma relação entre a forma dos signos complexos (enunciados) e a forma do pensamento, quer dizer, existe uma relação entre a *ordem semiótica* e a *ordem lógica*;

[2] existe uma relação entre os signos simples e as coisas denotadas por eles através da mediação dos conceitos, quer dizer existe uma relação semiótica entre *signo* e *conceito*, o qual por sua vez é signo de *coisa*;

[3] existe uma relação entre a forma dos signos complexos (enunciados) e a forma dos factos que eles descrevem, quer dizer, existe uma relação entre a *ordem semiótica*, de um lado, e a *ordem ontológica*, do outro;

[4] existe uma relação entre a forma do signo simples e a forma do objecto a que ele se refere, porque o *objecto* é de algum modo causa do *signo*;

[5] existe uma relação funcional entre o signo e *o objecto a que ele se refere de facto*, a qual, não existindo, faz com que o signo seja privado de qualquer valor denotativo, ou não se preste a afirmações dotadas de sentido" (U. Eco, 1989: 105).

1. Introdução

Estas cinco hipóteses de Umberto Eco sobre as relações que o signo estabelece com a realidade, que podemos tomar como outros tantos modos de formular o problema do referente, bastam para lançar a dúvida sobre a simplicidade com que a produção do sentido é encarada pelo senso comum. "Significar é *signum fieri* ", diz-se. Conforme a sugestão etimológica, significar é utilizar *um signo* (ou uma sequência de signos) para reenviar a *um sentido*, e isto a propósito de *um mundo* a dizer.

São bem mais incontornáveis, no entanto, estas realidades: signo, mundo e produção do sentido.

Problematizemos cada um destes elementos. Falámos de *signos*. A que espécie de signos nos referimos? Será que eles integram um sistema, e que esse sistema é, por exemplo, o sistema linguístico? E se são signos linguísticos, em que é que consiste o *sentido*? Constituirá ele, porventura, um suplemento relativamente ao suporte semiótico, qualquer coisa como um invariante que lhe é transcendente e extrínseco, ou pelo contrário, é o sentido um efeito de estruturação dos significantes?

Outra questão. Que relação estabelecer entre o sentido e *aquilo a que nos referimos* graças a ele? E como é que concebemos o *mundo*? É o mundo coisa, estado de coisa, ou conjunto de factos? É o mundo real, empírico, dado, ou é antes o mundo possível, o mundo construído? E se se der o caso de o referente existir independentemente de nós, como é que pode existir independentemente de nós, estando como está ligado à nossa maneira de o determinar devido ao sentido das proposições?

Outra questão ainda. Significar é uma actividade, um acto pessoal, um acontecimento impessoal, ou um processo em larga medida interpessoal? E se for um processo interpessoal, quem são os agentes e quem é que significa? Aquele que fala é também aquele que significa?

Questão complexa a do sentido. Ela não é redutível ao *sensível* (ao concreto, ao empírico, à experiência), nem é redutível ao *racional* (à ideia). Não é puro real, puro dado empírico, nem pura construção mental, racional[38].

Ao colocarmos a questão dos signos linguísticos, é justo assinalar de entrada, com Saussure, a dualidade radical existente entre língua e discurso. Integralmente formal e integralmente atravessada pelos embates subjectivos e sociais, a linguagem não vê, no entanto, em nada diminuído, por este facto, o carácter conflitual desta situação. A fronteira entre estas duas zonas, a linguística e a discursiva, não é de forma alguma demarcada com antecedência e constitui inevitavelmente objecto de um debate incessante (Maingueneau, 1989: 11-12)[39]. Invocando, por momentos, a terminologia de Benveniste, diremos que o acesso ao *sentido* implica o recurso ao estudo da língua-discurso (a semântica), da mesma forma que o reconhecimento de uma *significação* pressupõe a existência de uma língua-signo (a semiótica)[40]. Mas poderíamos continuar a nossa reflexão, inspirando-nos também

---

[38] Estas questões são colocadas por F. Jacques (1987: 180).

[39] Talvez devamos, desde já, mencionar aqui, como contraponto, as preocupações enunciacionistas das pesquisas conduzidas por André Joly e seus colaboradores nas décadas de 70 e 80, marcadas pelo "desejo de não perpetuar a dicotomia saussuriana entre *língua* e *fala* " (Joly, 1987: 8). Esse desejo manifesta-se, com efeito, na vontade de "definir progressivamente, e se possível cada vez melhor, o lugar dos sujeitos falantes [...] no seio do fenómeno global da linguagem, instrumento privilegiado, se não exclusivo, da comunicação humana" (*Ibid*.: 7).

[40] Benveniste refere-se, no entanto, à *semiótica* como a ciência do signo (mera forma) e do seu sentido, e à *semântica* como a ciência do discurso e da significação. Sobre este assunto, veja-se J.-Cl. Coquet (1974: 3-4; 1987: 7).
Esta oposição foi proposta por Benveniste em 1966, na conferência publicada com o título: "La forme et le sens dans le langage" (Benveniste, 1967).
Benveniste mantém, por outro lado, o termo *semiologia*. O estudo semiológico deveria fornecer-nos, em simultâneo, as chaves da estrutura e do funcionamento dos sistemas de expressão. Da língua, por exemplo.

na terminologia de Morris, embora sem subscrever a sua concepção tricotómica da linguagem: não é possível pensar a sintaxe sem introduzir considerações semânticas, a semântica sem tomar nota das suas implicações pragmáticas, e a pragmática sem ter em atenção a sintaxe e a pragmática[41].

Desde Benveniste que nos habituámos, porém, a distinguir as unidades inferiores à frase das unidades que lhe são superiores. Esta distinção, que separa as unidades da língua e as unidades do discurso, constituiria, aliás, o critério que permite identificar os diferentes objectos da linguística e da semiótica.

Ao definir as unidades da língua pela capacidade de estas se tornarem parte integrante da unidade de nível superior (o fonema integra-se no morfema, o morfema na frase), Benveniste choca com a "frase", cuja função integrativa é nula. "Com a frase", diz Benveniste (1966: 128), "ultrapassamos um limite e entramos num novo domínio", o da comunicação, cuja expressão é o "discurso". Com efeito, apesar de ser constituída por signos, a frase não pode ser considerada como mais um signo, nem mesmo como uma simples sequência de signos. Fonemas, morfemas, lexemas ou palavras, têm uma "distribuição a cada nível respectivo e um emprego no nível superior", enquanto que as frases não têm distribuição nem emprego. Não podem ser enumeradas nem organizadas em classes. Na realidade, não há frasemas. Infinita criação, a frase é a própria vida da "linguagem em acção" - uma realidade com que deparamos, quando atingimos o patamar discursivo (Benveniste, 1966: 130).

Na esteira de Benveniste, Barthes virá, depois, aprofundar esta ideia de que o signo não é uma realidade trans-sistemática, e propõe que se chame *texto* às unidades do discurso. Mas com a noção de texto, superamos a própria linguística da frase de Benveniste. O texto é uma "grande unidade significante do discurso", uma realidade transfrásica, que pode ser igual ou interior à frase, mas que dela é sempre diferente estruturalmente[42].

Desenvolvendo agora as consequências para a teoria do sentido do diferente enfoque que podemos lançar sobre a linguagem, diremos que a centração da atenção no discurso por analogia com a língua subscreve uma lógica estrutural, ou diferencial, e que a atenção posta no discurso enquanto enunciação subscreve uma lógica existencial, ou pragmática. A primeira situa-se na tradição saussuriana da linguística moderna. A segunda situa-se não

[41] Gérard Deledalle (1990: 48) diz a propósito: "a pragmática (terceira) é inseparável da semântica (segunda), que inclui, a qual é, por sua vez, inseparável da sintaxe (primeira), que inclui". Veja-se também, neste sentido, U. Eco (1989: 22-23); Michel Meyer (1992: 110-111, 115); M. Carrilho (1990: 71).
[42] Veja-se, neste sentido, T. Todorov, *apud* R. Barthes (1976: 1014). Veja-se também R. Barthes (1966: 2).

apenas na tradição peirciana da filosofia da linguagem[43], como também nos trabalhos de Meillet, Guillaume e Benveniste[44].

A lógica estrutural é uma lógica indutiva e paradigmática[45]. Tendo, por decisão epistemológica, evacuado a presença das coisas e a presença do sujeito, remete para um modelo transcendental das ocorrências empíricas, para um modelo de relações sincrónicas, e através dele explica as constantes, as redundâncias, as repetições. O sentido não é, nesta perspectiva, o suplemento de um suporte semiótico, mas o efeito de uma estruturação dos significantes, cujas diferenças e oposições são "afastamentos"/espaçamentos significativos. Não quer isto dizer que a concepção saussuriana do signo (binária, opositiva e combinatória), proponha uma ideia de sentido fragmentária e estática. Embora ser significativo se reduza a ser distintivo, e apesar de o articulado e o distintivo não fazerem ainda a linguagem, mas apenas a *língua*, cuja existência é afinal de contas meramente virtual[46], a lógica saussuriana propõe uma concepção totalizante e dinâmica do sentido, apoiando-se na ideia de solidariedade dos elementos de uma estrutura. Definidos pela associação de significado e significante, os signos linguísticos caracterizam-se também pelas suas inter-relações, dado o carácter sistemático das línguas.

Podemos ainda interrogar este efeito de estruturação, e perguntar se ele é interno à língua enquanto código, enquanto sistema de signos (como é o caso em Barthes e em Greimas, por exemplo), ou se é relativo ao arquivo, nos termos em que Foucault se lhe refere: não a soma das coisas ditas[47] e, menos ainda, a acumulação do conteúdo dos enunciados, mas "o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados" (Foucault, 1969)[48]. Em ambos os casos, se trata da produção de um sentido imanente, uma

---

[43] Não especificamente em Peirce, cuja semiótica não era uma disciplina empírica, mas naqueles que neles se inspiraram (Morris, Carnap, etc.) para lhe subverterem os propósitos. Diluindo a distinção entre interpretante e intérprete, que em Peirce era de regra, os seus seguidores entregaram a semiótica ao empirismo, uma vez que o intérprete é o indivíduo empírico. Veja-se, a propósito, F. Armengaud (1985: 19-20).
Que o realismo de Peirce não é empírico demonstra-o também Deledalle (1990: 53).

[44] Sobre a importância de Guillaume para a formulação de uma teoria da significação centrada na enunciação, veja-se, por exemplo, a obra de Francis Tollis, *La parole et le sens. Le guillaumisme et l' approche contemporain du langage* (1991).

[45] A língua tem um carácter estrutural logo desde Saussure. Diga-se, no entanto, que daí não se infere uma linguística estrutural, nem uma fonologia, nem uma semântica estrutural. Não é o sistema de signos, mas a *estrutura do discurso*, aquilo que antes de mais ocupa a *linguística estrutural*.

[46] Cf. Francis Jacques (1987: 187).
Jacques retoma aqui uma ideia proposta por Benveniste (1967: 35), em "La forme et le sens dans le langage".

[47] F. Jacques, visando o ponto de vista de Foucault, fala, erradamente, da "colecção mais ou menos sistemática dos enunciados proferidos aquando de um discurso" (Francis Jacques, 1987: 180).

[48] Cesare Segre entende, no entanto, que o conceito foucaultiano de arquivo não é diferente do conceito de estrutura. Remetendo exclusivamente para *L' archéologie du savoir*, Segre (1989 a: 38) não vê na noção de arquivo outra coisa que "o normativo do dizível". Veja-se, também, Segre (1989 b: 172-173).

vez que, ou se dá inteiro favor ao valor diferencial atribuído ao signo no sistema, ou então se encara o discurso em termos de uma materialidade evenemencial. No primeiro caso, o conceito-chave é a língua, que significa pelo sincronismo da estrutura, pela sincronia do modelo, e que remete para relações formais, abstractas, virtuais. No segundo caso, é introduzida a noção de prática discursiva[49], e a referência ao acontecimento discursivo, à série, à regularidade e às condições de possibilidade do discurso Foucault, 1971: 53-62). É insinuada uma trajectória, que evolui do próprio discurso, da sua aparição e regularidade, para as suas condições externas de possibilidade, isto é, para aquilo que origina a série aleatória destes acontecimentos e lhes fixa os limites.

Vejamos agora em que é que consiste a lógica existencialista, que reflecte a primazia dada hoje à pragmática, o que quer dizer aos actos de fala, e de um modo geral às questões atinentes à enunciação. Correspondendo, se não ao regresso do indivíduo e da subjectividade, como alguns querem fazer crer, sem dúvida à introdução da questão dialógica e interaccionista, à introdução da questão pragmática, a lógica existencial remete para o modo como o sentido é produzido pelos sujeitos nas suas práticas sociais[50], e mesmo, para o modo como os sujeitos são produzidos pelas suas práticas sociais de comunicação. Neste caso, a pragmática responde claramente às exigências de uma razão comunicativa, e não já propriamente às exigências de uma razão centrada no sujeito. Pode dizer-se, em todo o caso, que a lógica existencial é centrada, se não no sujeito, nas condições da interacção.

Diremos, entretanto, que nos parece insuficiente o entendimento que faz derivar do sujeito e da intersubjectividade o sentido. Por um lado, parece-nos uma atitude apressada atribuir ao sujeito e às suas práticas o exclusivo da iniciativa semântica. Importará talvez

---

Diga-se, a propósito, que pelo menos num aspecto o ponto de vista de Segre é de uma fragilidade notória. O estruturalismo, que por inteiro remete para uma linguística do discurso, é reduzido a uma linguística da denominação e a uma análise filológica.

E não é diferente de Segre o pensamento de Michel Pêcheux. Tal como Segre, Pêcheux (1990: 96) entende que a noção de *formação discursiva* "derivou muitas vezes para a ideia de uma máquina discursiva de dominação, dotada de uma estrutura semiótica interna, e por isso mesmo votada à repetição". No limite, conclui Pêcheux, esta concepção estrutural de discursividade apaga o acontecimento, absorvendo-o numa sobreinterpretação antecipadora.

Sobre o mesmo assunto, e com uma posição igualmente crítica relativamente ao "estruturalismo" de Foucault, veja-se Habermas (1990: 252-253).

[49] "É preciso conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, em todo o caso como uma prática que lhes impomos; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio da sua regularidade" (Foucault, 1971: 55).

[50] Veja-se J. Geninasca (1991: 11-12). Veja-se, também, J.-C. Coquet (1984).

Claro que ambos insistem no facto de a noção de sujeito se ter apurado e depurado, a ponto de sermos hoje capazes de distinguir os parceiros da interacção, dos simulacros subjectivos que os actores fabricam, no sentido de assegurarem o controle do jogo em que se encontram envolvidos.

sublinhar que existe um mundo que se não reduz à experiência que eu tenha dele. Existe um mundo que *não é para mim*, um mundo que é inobjectivável e irrepresentável. Existe *a relação*[51].

Isso mesmo é sustentado, aliás, pela lógica relacional em que assenta a concepção do signo em Peirce e que inspira a tradição pragmática. Para Peirce, com efeito, o signo é uma *semiose*, quer dizer, um processo produtor de objectos novos, que manifesta e realiza três funções do signo. A análise imobiliza-as em elementos (*representamen*, interpretante e objecto), mas na realidade não são elementos postos em relação. A relação é primeira e triádica, indecomponível e ordinal[52]. Daí que a semiótica relacional de Peirce seja dedutiva, ternária e sintagmática.

Acrescente-se, por outro lado, que a relação não se confina à intersubjectividade. Além de interlocutiva, a relação é social[53]. Bourdieu (1982: 37-38) dirá até que há dois modos de existência do social em nós: o social feito coisa (feito relação institucional), e o social feito corpo (feito *habitus*, feito sistema de disposições duráveis).

Esta última chamada de atenção parece-nos importante, pois de contrário podemos ser levados a pensar que há uma relação intersubjectiva (a verdade) sem a relação institucional (o poder)[54].

Em todo o caso, não podemos deixar de sublinhar que a lógica existencial da teoria do sentido corresponde a uma viragem importante na teoria semiótica. Não é possível, com efeito, cingirmo-nos a um sentido sem "hors-texte"[55], quer dizer, cingirmo-nos a procurar os

---

[51] Veja-se, neste sentido, de Francis Jacques, *L'espace logique de l'interlocution* (1985).
Lembremos, a propósito, que é pelo facto de a linguagem dizer mais facilmente as coisas que os processos, os estados que as relações, que ela habitualmente reifica aquilo que não é coisa (Bourdieu, 1982: 35).

[52] G. Deledalle (1980: 25) escreve o seguinte a este propósito: "A teoria do signo de Peirce é triádica, mas isso não significa simplesmente que ela acrescenta uma dimensão à teoria de Saussure [...] O que está em causa é a aceitação ou não do princípio de continuidade como princípio de base da semiótica peirciana".

[53] Esta observação só é tautológica se levarmos às últimas consequências a crítica da teoria subjectivista e mentalista da significação. Só é tautológica se considerarmos, como aliás o faz Wittgenstein, que a linguagem é constitutivamente pública. Falar é seguir regras, e seguir uma regra só é possível como actividade publicamente controlada, só é possível no exercício da comunicação.

[54] Julgamos ser este, aliás, o deslize em que incorre Richard Rorty, na obra *Science et solidarité - La vérité sans le pouvoir* (1990). E no mesmo sentido nos parece caminhar Habermas. A situação comunicativa, que tem por racionalidade a expectativa de reconhecimento e de universalidade (ou mais propriamente: a compreensão, o acordo, a confiança recíproca e o reconhecimento partilhado), é o palco onde se joga uma biografia e uma razão argumentativa. Quer isto dizer que a relação intersubjectiva é aberta à argumentatividade, à justa (*agon*), não à guerra (*polemos*). A ponto de o próprio vínculo social resultar de lances de linguagem, como quer fazer crer Jean-François Lyotard (1989: 29-30; 44-45). Assim, por exemplo, a narrativa. Ao definir uma tripla competência, saber ouvir, saber dizer, saber fazer, a narrativa transmite as regras pragmáticas que constituem o vínculo social.

[55] A expressão é de Derrida (1967 a: 72 e 227).

invariantes, as estruturas profundas do sentido[56]. Mas não basta dizer, como o faz Maria Augusta Babo, que o sentido é, *ainda*, "significância, trabalho incessante de transgressão, de rompimento com essa estruturação universal, legiferante" (Babo, 1993: 8). Não basta dizê-lo, porque presumir uma qualquer "estrutura universal, legiferante", qual "unidade ideal" (Husserl) das significações possíveis do mundo, é presumir a existência na língua de "invariantes" ou de "estruturas profundas". O que é hoje um entendimento assaz discutível. O que há numa língua é sempre uma visão contingente e perspectivista do mundo, ou seja, o resultado da redução da complexidade de um sistema social pela língua específica de uma comunidade (Apel, 1988, 599). Dito isto, e para precisar os limites da lógica existencial do sentido, julgamos dever assinalar que "o significante não representa antes de mais nem apenas o significado ausente; [o significante] substitui sim um outro significante" (Derrida, 1967 b: 99). E substitui-o em cadeia, fazendo sistema com ele. Mas há que insistir num outro aspecto: visado pelo significante, o significado (que em princípio deve existir) não pode deixar de de se revelar enquanto que se esquiva na *significação de alguma coisa*. Se não houvesse significado "hors-texte", como falar do texto e saber alguma coisa dele?[57]

2. A tradição bipolar da semiótica

2.1. O signo nos estóicos

O estoicismo é a "primeira semiologia" em sentido absoluto. Para os estóicos, o signo é entendido como uma proposição, e daí que o *logos* seja concebido como uma realidade em si, passível de ser conhecida como o é o mundo físico, terrestre e astral. A semiótica é nos estóicos um problema lógico e um problema gnoseológico: por um lado, preside ao estudo da organização formal do discurso, por outro, deixa em aberto a questão da ligação do discurso à infinidade por si designada.

---

[56] Há mesmo quem se oponha radicalmente a este "desejo de objectividade", a esta procura fundacionista da compreensão, que se deixa conduzir pelas "estruturas subjacentes", pelos "invariantes culturais" ou pelos "modelos biologicamente determinados". É o caso de Richard Rorty (1994), que de modo nenhum entende o "desejo de objectividade" como o desejo de se furtar aos limites da comunidade. Para Rorty (1994: 38), o desejo de objectividade é, simplesmente, "o desejo de estender o mais possível o entendimento intersubjectivo, de estender o mais longe possível a referência ao 'nós'". Em consequência, o sentido passa a ser pensado "como desprovido de outro fundamento que um fundamento 'puramente' ético", assente em razões práticas e crente na esperança partilhada e na confiança daí resultante (*Ibid*.: 53-54).

[57] Veja-se, neste sentido, Apel (1987: 158).

Pode dizer-se, no entanto, que há nos estóicos a erradicação da realidade exterior. Tendo formalizado a estrutura do silogismo indutivo, os estóicos projectaram-na para o exterior, para o mundo. A realidade exterior é assim recuperada no interior do raciocínio silogístico. O signo constitui precisamente o 'subterfúgio' que desempenhou este papel de agente recuperador da realidade exterior, sistematizando-a.

Para os estóicos é o *lekton* (o enunciável) que torna possível o signo. Veiculado por um juízo ou por um axioma (*lekton* completo) ou apenas por um nome (*lekton* incompleto), o *lekton*, contrariamente à teoria platónica, não revela nenhuma essência. Apenas articula o objecto e o som, e transfere esta articulação para o interior do discurso, o qual é entendido como um sistema de termos. O signo dos estóicos estabeleceu, portanto, uma relação entre dois termos, em que um evoca o outro apenas na condição de estes termos serem concomitantes. A 'semelhança' estabelecida entre som e objecto deixa de ser da ordem da identidade, e passa a ser da ordem da concomitância. Isto significa que o signo desloca o raciocínio do âmbito do imanentismo (em que o mantém a teoria filosófica) para o âmbito da sequência (em que assentará a lógica, e com ela a ciência)[58].

2.2. O signo em Saussure

- A estrutura dos signos linguísticos: o significado e o significante, e a erradicação do referente; a primeira e a segunda articulação da linguagem; eixo sintagmático e eixo paradigmático; relações sincrónicas e relações diacrónicas; codificação e decodificação.

- As características dos signos linguísticos: arbitrários, lineares, irreversíveis, imutáveis, inter-relacionáveis.

- A classificação dos signos linguísticos: índice, sinal, ícone e símbolo têm como elemento comum a relação entre os dois *relata*, ou seja, entre significado e significante.

[58] Nesta exposição da teoria estóica do signo, seguimos o texto de Silvana Paruolo, "La sémiotique et ses régions" (1981: 5-6).

2.2.1. Critérios de distinção dos signos

A esta sumária apresentação da teoria do signo de Saussure, com uma rápida alusão à estrutura, às características e à classificação dos signos linguísticos, acrescentamos uma nota sobre os critérios de distinção apresentados por Barthes (1989): a *representação* psíquica de um dos *relata*; a *analogia* entre os relata; a relação entre os dois *relata* (estímulo e resposta) é ou não *imediata;* os *relata coincidem*, ou um *excede* o outro; há ou não *relação existencial* com o enunciador.

2.2.2. Críticas de André Joly à teoria do signo de Saussure[59]

1) Saussure desvia o signo do seu sentido etimológico ("marca no chão que conduz à ideia de animal"), ao dar à "imagem acústica" o nome de significante, e não de signo.

2) Saussure identifica, erradamente, o significado do signo com o pensamento. É que a linguagem não é só o conceptual; é também a afectividade.

3) Saussure, ao omitir a relação do signo e do significado com o universo referencial, provoca a confusão entre "meaning" (significado lexical) e "thing-meant" (referente).

2.2.3. Críticas de Francis Jacques à absolutização do pensamento da *diferença*, de inspiração saussuriana[60]

1) A denúncia da hipérbole do "texto absoluto", isto é, do texto isolado do homem e de todas as coisas existentes.

2) A denúncia da hipérbole da "absoluta singularidade da escrita", que constituiria verdadeiramente o grau zero da elocução.

[59] Cf. André Joly (1982: 104-105, e 124 n. 2).
[60] Cf. F. Jacques (1987: 184-185).

3) A denúncia da hipérbole do próprio signo, que se converte em *index sui*.

4) Nas hipérboles dos herméticos obreiros do estruturalismo manifesta-se o inconforto de um pensamento que transgride, com alguma desenvoltura, a distinção elementar entre a condição necessária e a condição suficiente da significação.

2.2.4. A aproximação entre a teoria do signo de Saussure e a gramática gerativa transformacional de Chomsky

1) Chomsky é um representante típico da teoria da linguagem como cálculo, cujo modelo radica em Frege. Em termos gerais, a gramática gerativa transformacional propõe a possibilidade, pela mera aplicação de regras formais, de um engendramento infinito de frases gramaticalmente correctas, a cada uma das quais se dá uma interpretação semântica. Este procedimento não ultrapassa porém as possibilidades de um mecanismo. Nestas circunstâncias, não é de estranhar a invocação de Chomsky, quando falamos da teoria do signo de Saussure. De facto, as regras da linguística chomskiana, que relevam de uma teoria sistemática da significação, concebida segundo o modelo fregiano da linguagem como cálculo, assemelham-se às regras dos modelos teóricos fundados em Saussure, na comum inaptidão para dar conta das práticas de interacção dos agentes sociais.

2) Apesar de se insurgir contra o estruturalismo, que classifica de taxinómico, ou seja, de descritivo e combinatório, o propósito de Chomsky é de indagar "how sounds are paired to meanings" (como é que os sons se conjugam com os significados lexicais). Por este viés, somos remetidos para a teoria do signo de Saussure e para a redução do sentido à designação do cognoscível, isto é, ao pensamento.

3) Também em Chomsky, à semelhança de Saussure, temos uma semântica da língua, que não integra o enunciador enquanto tal. Com efeito, a gramática gerativa transformacional preocupa-se com a "razão sintáctica", com a língua, e não com o sentido do discurso. Em seu entender, o sentido está implícito na *competência* do

sujeito falante. Atributo inato, estrutura finita, a competência opera, dedutivamente, por mecanismos lógico-matemáticos, uma infinidade de frases (*performance*).

A noção chomskiana de "competência" implica, de facto, um disposicionismo mecanista forte, camuflado através de uma reivindicação de criatividade, atribuída ao sujeito falante. Este equívoco mantido por Chomsky é bem analisado por Bouveresse. A linguística gerativa, diz, "é uma teoria da competência e não uma teoria do uso" (Bouveresse, 1995: 584-585). E a competência é aqui uma capacidade de obedecer às regras de um código. A linguística gerativa desconhece por inteiro qualquer conhecimento prático, ou por outra, qualquer sentido prático dos agentes sociais.

2.2.5. Críticas de André Joly à teoria do signo de Chomsky[61]

1) Chomsky propõe uma análise do signo muito rudimentar. Por exemplo, para fora da semântica relega a semântica gramatical, em geral tudo o que é morfológico. Assim, a parte formal do significado de um vocábulo, os auxiliares, os artigos, as conjunções de proposição e de artigo, ou são omitidos ou são declarados "meaningless".

2) Chomsky situa na linguagem tanto o universo do referente (o sensível), como o universo da representação (o inteligível), quando só este último é que é linguístico. Com efeito, as funções sintácticas, que Chomsky multiplica até ao infinito, não são estruturas profundas da língua, contrariamente ao que pretende, mas apenas o real situacional.

3) Projectando uma gramática explicativa do funcionamento da língua, Chomsky procura também explicar o fenómeno da criatividade. Mas a criatividade linguística reduz-se aqui ao emprego de códigos já dados. A invenção reduz-se à combinação de elementos. O conceito de geratividade é um conceito matemático, que remete para a enumeração e para a selecção, segundo uma regra determinada. É a gramática que gera, e não o locutor.

[61] Cf. André Joly (1982: 105-107).

3. A tradição triádica da semiótica

A teoria dos signos no Ocidente, desde as origens a Saussure, é uma longa glosa sobre o problema do conhecimento, tal como Platão o concebe no *Crátilo*. O que se joga no Mito da Caverna é já, com efeito, o problema da aderência da linguagem à realidade, através da oposição *physis* e *nomos* (ou *thesis*), isto é, através da oposição entre a "naturalidade" e a "convencionalidade" dos signos linguísticos.

Para Platão existem dois mundos: o corpo na Caverna e o espírito fora dela. O corpo dá-se conta (*aisthessis*) dos signos ou das imagens das coisas e assume a existência destas (*doxa*, *pistis*). O espírito, liberto das suas cadeias corporais, concebe indirectamente (*episteme*) a pura e única essência de cada tipo de coisas antes de comunicar com ela por intuição (*nous*). Deste modo, os nomes e as ideias não coincidem. A sua relação é mediata, uma vez que os nomes (que apenas têm significado quando inseridos no discurso) reflectem, por imitação, somente particularidades das ideias. Os signos linguísticos são instrumentos destinados a representar as coisas, as quais não passam de sombras aos olhos do homem prisioneiro da Caverna.

Esta concepção do signo estabelece-se como conhecimento de um mundo estruturado uma vez por todas desde toda a eternidade.

Foi Peirce quem rompeu com esta concepção do signo: "A sign, or representamen, is something which stands to somebody for something in some respect or capacity" (Peirce, 1960, 2, § 228). O signo é, assim, uma *semiose*, quer dizer, um processo produtor de objectos novos, que manifesta e realiza uma relação triádica. Nos termos referidos por Peirce, esta relação triádica tem como pontos de apoio o *representamen*, o interpretante e o objecto. Apel, cuja semiótica transcendental remete explicitamente para Peirce, caracteriza assim a relação ternária: "num conhecimento que tem os signos como mediação, estabelece-se uma relação entre I (o *objecto real*, reconhecido na qualidade de *alguma coisa*), II (o *signo* que, pela sua significação que pressupõe uma interpretação, veicula o conhecimento de *alguma coisa na qualidade de alguma coisa* e que, na qualidade de *signo da língua*, faz parte de um sistema linguístico), e III (o *utilizador* do signo ou o *intérprete*) na qualidade de sujeito do conhecimento que lhe é transmitido pelo signo - utilizador que, na sua qualidade de sujeito da *interpretação*, faz parte obrigatoriamente de uma *comunidade* interpretativa

ilimitada, a partir da qual somente se pode constituir, se possível, o sujeito transcendental do verdadeiro conhecimento" (Apel, 1994: 29-30).

Segundo Morris, estas três dimensões da relação triádica do signo devem ser vistas, por um lado, como temas das disciplinas *behavioristas* e *empíricas*, por outro lado como temas das disciplinas *constructivo-formais*, que dão pelo nome de *sintaxe*, *semântica* e *pragmática*[62]. A *sintaxe* ocupa-se da relação entre os signos e fixa a estrutura gramatical de uma língua como sistema de signos. A semântica ocupa-se da relação entre o signo e o seu *denotatum* real. A *pragmática* ocupa-se da relação entre o signo e o seu utente ou intérprete, seja este um locutor, seja um ouvinte.

Quando Morris refere em *Foundations of the theory of signs* (1938: 81) a dimensão semântica do signo como um *denotar*, ou um "estar lá por" objectos reais, tem em vista o modo de referência representativo, ou na sua terminologia, designativo. trata-se unicamente da linguagem da linguagem na sua função de mediação do conhecimento, nos exactos termos em que também Carnap utiliza o conceito de semiótica na sua lógica da ciência fundada semioticamente. É verdade que em elaborações posteriores da semiótica, em *Signs, language and behavior*, por exemplo, Morris (1946) refere modos de significação não designativos, que também têm uma dimensão semântica, como é o caso dos modos "apreciativo", "prescritivo" e "formativo". Mas o que prevalece em Morris é a identificação, através do signo, da dimensão semântica como a denotação de objectos reais, abstraindo da dimensão pragmática do uso do signo. Por outro lado, há também a ideia em Morris de que a dimensão pragmática da semiose, ou seja, o uso interpretativo dos signos ou das línguas pelos indivíduos pode ser objectivado através de uma pragmática empírica behaviorista.

Para Peirce, no entanto, o que prima é a relação. E por essa razão não é possível identificar objectos designados como objectos reais no espaço e no tempo, ao mesmo tempo que se insiste na abstracção da dimensão pragmática da comunicação ou da fala, no quadro de situações precisas. Assim, não é possível, por princípio, falar de “denotata” como de objectos da dimensão semântica, mas apenas de “designata”, isto é, de objectos da referência do signo, no quadro de sistemas semânticos abstractos. Tanto mais que um sistema semântico abstracto da linguagem pode conter “designata”, que de modo nenhum podem ser identificados como “denotata”. É o caso dos unicórnios, do Inferno e do Pai Natal.

[62] A distinção entre disciplina behaviorista-empírica e disciplina constructivo-formal é explicitada por Carnap em termos que contrapõem a função da ciência empírica à função da filosofia: os filósofos devem construir linguagens ideais ou sistemas semânticos como quadros possíveis da linguagem científica.

Atente-se ainda, por outro lado, ao facto de Peirce considerar que a função de identificação dos objectos reais no espaço e no tempo não poder ser preenchida por signos puramente convencionais ou por "símbolos", mas apenas por expressões "indiciais", como por exemplo: "este", "esse", "aquele". Em conclusão: o "denotatum" real, entendido este como um objecto da dimensão semântica da função do signo, pressupõe a dimensão semântica integrada pragmaticamente, e não a dimensão semântica de uma língua.

A relação é, pois, em Peirce, primeira e triádica, indecomponível e ordinal. Se não em 1867, onde o *representamen* é posto no lugar do objecto e se define "por referência a uma espécie de ideia a que por vezes chamei *fundamento* do representamen" (Peirce, 1978: 121), sem dúvida trinta anos mais tarde, em 1897. Peirce entende então que "a ideia de absolutamente primeiro deve ser separada da concepção de alguma coisa, ou da referência a uma qualquer coisa" (*Ibid*.: 72). Portanto, de um fundamento, qualquer que seja o entendimento que dele possamos ter, conclui Gérard Deledalle (1990: 52) a este propósito. E a razão desta mudança em Peirce está certamente na rejeição da lógica predicativa de Aristóteles e na adopção de uma lógica das relações (*Ibid*.: 51), que chamou de abdutiva. Apel (1994: 59) caracterizou o quadro da inferência abdutiva do seguinte modo: "Isto é assim e assim; aquilo que é assim e assim é talvez um A; portanto, isto é um A".

- O *representamen*, o interpretante e o objecto como funções sígnicas, e não como elementos do signo.

- O índice, o ícone e o símbolo como tipos de signos.
  Índices: estados de coisas territoriais, que constituem o designável.
  Ícones: operações de reterritorialização, que constituem, por sua vez, o significável.
  Símbolos: signos que atingem um grau de desterritorialização relativa e sujeita a um constante reenvio de signo a signo.

- A impossibilidade de fazer corresponder *representamen*, interpretante e objecto a significante, significado e referente[63].

[63] Seguimos aqui a interpretação de Peirce proposta por Deledalle (1990: 50-53), distanciando-nos assim de John Fiske (1993: 67).

4. O percurso gerativo da semiótica

O percurso gerativo da significação remete para Algirdas Julien Greimas e para a escola de Paris, por si fundada. O projecto de Greimas inscreve-se na semiologia do dinamarquês Louis Hjelmslev, que refunda a semiologia saussuriana, e tem no russo Vladimir Propp um contributo decisivo quanto à fixação do texto enquanto objecto autónomo.

O percurso gerativo da significação integra a expressão e o conteúdo não numa estrutura bipolar, mas num processo de articulações cumuladas, em que a expressão, assim como o conteúdo, ocupam um ou vários patamares[64].

A organização da significação (Greimas): nível profundo (lógico-semântico ou semiótico); nível narrativo (actancial); nível discursivo (figurativo). A estática estrutural, que podemos observar na *Sémantique structurale* e no *Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, e que corresponde, *grosso modo*, aos dois primeiros níveis referidos, integra hoje o contributo da dinâmica gerativa.

Apoiando-se inicialmente nas *narrativas*, que são as formações textuais universalmente mais divulgadas, a semiótica greimasiana foi, com efeito, constituindo progressivamente, a partir das intuições de V. Propp, uma plataforma conceptual apta a dar conta dos dispositivos narrativos, o que permitiu estabelecer uma gramática das regularidades e das recorrências que formam a armadura subjacente aos textos observados e observáveis. Depressa, porém, o conhecimento de uma *sintaxe autónoma*, desligada das representações figurativas que a leitura das narrativas oferece, conduziu os investigadores a encararem a sua aplicação, e ao mesmo tempo a verificar o seu carácter operatório, noutros tipos de discurso, que não os especificamente narrativos, como é o caso dos discursos políticos e dos discursos científicos[65]. Remetendo fundamentalmente para os conceitos de modalidade (querer, crer, dever, saber, poder fazer ou poder ser e suas combinações) e de

---

[64] Este ponto de vista proposto por Jacques Fontanille (1990: 3) constitui uma inflexão dos propósitos clássicos da sintaxe narrativa. Relembramos Giroud e Panier (1991: 52): "[A semiótica] não considera em primeiro lugar a relação do significante com o significado [...]. Ela considera que o plano da expressão (significante) e o plano do conteúdo (significado) são articulados cada um por uma organização específica: há uma 'forma de expressão' (no caso do texto, a organização gramatical e estilística) e há uma 'forma de conteúdo', e a semiótica interessa-se mais particularmente por descrever esta última".

[65] Veja-se, para o primeiro caso, o número 62 da revista ("Analyse du discours politique") (1981). Para o segundo, atente-se no livro de Greimas *et al.*, *Introduction à l'analyse du discours en sciences sociales* (1979).

actante (destinador, sujeito, objecto), a *sintaxe narrativa* será mais bem designada de ora em diante pela expressão *sintaxe modal*.

Desligada da sua matriz narrativa, a sintaxe modal especifica as suas formas a um outro nível de descrição do texto, o da sua manifestação discursiva. É o nível dos operadores da enunciação (narrador, focalização, ponto de vista), o nível da espacialização semântica dos valores (temas, universos figurativos e sua axiologização), o nível do ordenamento espacial, temporal e aspectual, enfim o nível da encenação discursiva das figuras que lhe servem de sustentáculo.

Uma ideia estereotipada da semiótica tende a fazer dela uma teoria da narrativa, isto é, uma teoria da acção narrada. Um sujeito está separado de um objecto que representa para si um valor, dado o universo axiológico que o enquadra. Através do jogo de uma simples transformação, o sujeito acaba por se apropriar do objecto que lhe escapa. Quer se proceda à aquisição ou à privação de um objecto de valor, segundo configurações diversas (dádiva, troca negociada, luta, roubo, etc.), actualizando valores materiais ou cognitivos (tesouro, conhecimentos, etc.), o núcleo narrativo da "transformação de estado" está assim na base de todas as narrativas existentes.

Entretanto, o desenvolvimento da sintaxe modal, já evocada, autoriza encarar as coisas de forma diferente. No que respeita à sintaxe narrativa e às suas transformações elementares, por exemplo, alarga-se consideravelmente o espaço entre sujeito e objecto. Supõe-se, assim, que tal espaço, uma vez investido pelas modalidades, pode dar conta, não só do seu estatuto de agente, como também do seu estatuto de paciente. Veja-se o caso da dinâmica afectiva, nos discursos da paixão: visando o objecto do seu desejo, o sujeito é, ao mesmo tempo, por ele afectado, o que condiciona, como é bom de ver, o desenvolvimento do seu discurso (Bertrand, s/d)[66].

Apresentamos, de seguida, os vários níveis de organização da significação, acentuando a importância crescente que a sintaxe modal tem na tradição semiótica da escola de Paris.

4.1. As formas lógico-semânticas

Na base da significação há a enunciação. Não há sujeitos - há apenas recção, directividade. É este o nível tensivo ou fórico, o do real indicidível. Como termo *ab quo* da significação, há assim uma massa protensiva, indiscretenciada, amorfa, mole,

[66] Veja-se, no mesmo sentido, Norma Tasca (s/d: 448).

que quando se desdobra se organiza segundo o movimento de atracção e repulsão, e investe estruturas profundas (lógico-semânticas). As formas lógico-semânticas constituem o nível mais profundo e mais abstracto da significação, e são analisadas pelo quadrado semiótico.

4.2. As estruturas sintácticas

O processo generativo, que procede do mais abstracto para o mais concreto, compreende um segundo nível, atinente ao modo como os verbos e os tempos dos verbos se aspectualizam. O nível aspectual investe estruturas sintácticas.

4.3. O nível modal

O terceiro nível é o modal: o do saber, do querer, do crer, do poder e do dever.

4. 4. O nível narrativo

Sempre em termos de uma complexificação crescente, temos depois o nível narrativo, que compreende a actorialização, a espacialização e a temporalização, isto é, compreende actantes e programas narrativos.
Dispositivo dos papéis actanciais: manipulação (fase do fazer-fazer, isto é, da instauração de um sujeito para a realização de um programa); competência (fase do ser-do-fazer, onde o sujeito operador se relaciona com o poder- fazer e o saber- fazer); performance (fase do fazer-ser, onde o fazer do sujeito é ordenado ao ser de uma situação; chama-se objecto-valor aquilo cuja aquisição ou perda é o eixo do programa principal encenado no programa); sanção (fase do ser-do-ser, onde acontecem operações de avaliação e de retribuição positiva ou negativa).

4. 5. O nível discursivo

Finalmente, temos o nível discursivo, o nível em que se organizam e articulam as figuras de um texto. É o termo *ad quem* da significação, que de novo nos confronta com a enunciação. É que o texto instaura o leitor. Entenda-se, no entanto, que para os greimasianos, ler não é decodificar, é isso sim uma hipótese interpretativa, um cálculo que correlaciona figuras, em si mesmas insignificantes. As figuras não estão no texto: pressupõem-se, calculam-se, são uma hipótese. Daí que, paradoxalmente, possamos dizer que a interpretação vem logicamente antes da leitura. As figuras são sememas, isto é, acepções, efeitos de sentido. Constituem uma perturbação da organização narrativa, que nos dá conta da interferência do subjectivo com o mundo objectivo. A este nível o conteúdo do texto apresenta-se como uma ordenação de figuras dispostas em *percursos* (percursos figurativos), cuja articulação específica determina *valores* (valores temáticos). Chama-se *figura* um elemento de significação relativamente determinado e reconhecível à leitura.

Várias figuras perfazem um tema. Por outras palavras, uma conceptualização, uma abstracção (*tema*) é traduzida por várias denominações, por várias percepções concretas (*figuras*), articuladas num percurso. Assim, por exemplo, o 'desprezo' é um tema que várias figuras denominam: "não o olhou"; "cuspiu para o lado"; "lançou-lhe um lugar altivo"; "fê-lo esperar uma hora antes de o receber"; "lembrou-lhe a fraca peça que era o pai" etc., etc. Mas pode igualmente tomar-se o exemplo da figura 'porta', que de acordo com o percurso figurativo em que se inscreve, isto é, consoante o uso que tem num texto particular, realiza diferentes valores temáticos. Uma porta aberta à circulação, à partida ou no termo de uma viagem, pode figurar o tema da 'passagem'; uma porta entreaberta (umas vezes fechada, outras vezes aberta) para delimitar dois espaços distintos, pode figurar o tema da 'separação', ou então o da 'relação'; uma porta como obstáculo a ultrapassar por um herói, pode realizar o tema da 'prova'; uma porta como lugar preciso do encontro entre dois actores, pode realizar o tema da "relação de cortesia", ou o tema da "relação de amizade" (à porta de casa se recebe alguém, mas ao amigo convidamo-lo a entrar), etc.

Insistimos na análise textual proposta por Greimas, uma vez que ela constitui, provavelmente, a tradição europeia mais representativa da própria semiótica. No entanto, o sistema generativo que, num movimento helicoidal, procede do mais abstracto para o menos abstracto, e do menos complexo para o mais complexo, é sempre um sistema de objectos lógicos. Analisar um texto é percorrer estruturas

generativas, quer dizer, percorrer lugares lógicos. A 'dinâmica' generativa funda-se, assim, num esquema de pressuposição, que é tão pré-estabelecido quanto o do *Dictionnaire Raisonné de la Théorie du Langage*. Da mesma maneira se pode percorrer o sistema no sentido das sucessividades, como no sentido da *encatalização*[67]. Aqui, como no *Dictionnaire*, o paradigmático organiza o sintagmático, de modo que há a possibilidade de interpretar antecipações causais em termos de deduções lógicas. O ponto de vista adoptado permanece o do texto tomado como *uma autarcia de sentido*, contra a ideia de texto como instância de produção (que remeteria para um autor), e também contra a ideia de texto como instância de recepção (que remeteria para um leitor), e ainda contra a ideia de texto como instância reprodutora (que remeteria para o uso).

5. A estrutura originária da significância - a diferença, a referência e a comunicabilidade

A significância é "uma *prática* racional". Ela não evoca unicamente os valores de um material semiótico, nem o sentido proposicional. Se nos ativéssemos a esta perspectiva, o problema restringir-se-ia à pura *forma* na linguagem. A significação é também o momento em que a linguagem é 'devolvida ao mundo', num processo em que é confrontada com a sua referência, e atinge o seu termo - objecto, classe de objectos, facto ou sistema de factos - termo esse que procura tocar, compreender, decifrar (Jacques, 1987: 181).

Com efeito, é uma limitação colocar a significação à ordem do signo e do seu sentido. Mais, *é um logro encerrar a significação no signo.* É que o sentido (o significado) do signo é diferencial e opositivo, é o efeito de uma articulação fonológica, de uma combinação morfológica e de uma ordenação sintáctica.

É também redutor encarar a significação como o conteúdo de um acto proposicional[68]. Um acto proposicional coloca a questão da verdade e da falsidade, pois é definido pela sua

[67] A "catálise" é em Greimas, na esteira de Hjelmslev, a explicitação dos elementos elípticos que faltam na estrutura de superfície de uma narrativa. A "encatálise" é, assim, a explicitação por perífrase de um termo elíptico, a montante da sequência semiótica.
[68] F. Jacques (1987: 180) prefere utilizar antes a expressão: "o sentido de um conteúdo proposicional".

dupla função: função referencial, que identifica alguém ou alguma coisa; e função predicativa, que atribui uma característica, uma qualidade, uma relação, a alguém ou a alguma coisa. E *é um logro encerrar a significação na clausura de uma frase*, no juízo sobre a verdade ou a falsidade do seu conteúdo proposicional.

Diz F. Jacques (1987: 183): "é um erro pensar que a significação surge do interior da língua apenas em resultado do trabalho de diferenciação das suas operações possíveis. Uma subversão profunda da ordem semiótica acontece aquando do mais pequeno enunciado". Na verdade, o acto semântico só é completo no discurso, isto é, no *processo intersubjectivo*, ou por outra, na *interlocução*, lá onde se encontram enunciadores numa relação binária, "pelos quais, entre os quais e para os quais os signos significam alguma coisa" (*Ibid*.: 182). Não é "o *ego*, nem a díade formada por *eu* e *tu* que significa; é antes a relação entre eles que engendrará um e outro" (Jacques, 1985: 505).

Dito isto, há que acrescentar imediatamente que uma teoria geral da significância, embora tenha como condição necessária *o discurso*, ou seja, enunciadores em interlocução, ou em situação de comunicabilidade, não deixa de pressupor como condições igualmente necessárias, *signos e sentido*, isto é, um material significante (sonoro, gráfico, electrónico), assim como também *frases e referência*, ou por outra, a aptidão desse material significante para se referir a uma realidade exterior (Jacques, 1987: 182).

Uma teoria geral da significância envolve, pois, uma sintaxe, uma semântica e uma pragmática, imbricadas as três como condições igualmente necessárias, e não na perspectiva atomizada pensada por Morris[69].

6. A teoria geral da significância - ver, conceber, comunicar

A significância é, para André Joly, a questão do sentido, e nem sempre esta questão esteve na ordem do dia. É dado como exemplo o "longo parêntesis estruturalista" (Joly, 1982: 103)**.**

Tendo como preocupação fundamental "não perpetuar a dicotomia saussuriana entre língua e fala", Joly (1987: 8) inspira-se em Guillaume para estabelecer uma distinção, que não é feita por Saussure, entre o universo da *referência* (que releva do *ver*) e o universo da *representação* (que releva do *compreender* ou do *conceber*). O universo da linguagem, que

[69] A este entendimento nos referimos já, na parte introdutória deste relatório.

é representação, enraíza necessariamente no universo da referência, de que progressivamente abstrai. A história da linguagem aparece, deste modo, como uma lenta deserção do *ver* em favor do *compreender/conceber*. As partes do discurso constituem, assim, um sistema de realidades mentais *no* universo de representação que é a linguagem. O seu lugar de existência não é o universo da referência. Com efeito, "a palavra cão não morde". E é precisamente porque o universo da linguagem se liga ao compreender, e não ao ver, que as línguas são sistemas (Joly, 1982: 107).

Assumindo a integralidade do fenómeno da linguagem, língua e discurso (quer dizer, o conceptual e a afectividade, as ideias e também a emoção, o desejo, a vontade, a intencionalidade), entende Joly que a significação obriga a tomar em conta ainda o locutor (e, *ipso facto*, o seu co-enunciador, o alocutário). É que é este o suporte necessário da linguagem. O facto de ele ter sido por muito tempo esquecido mais confirma Joly nos seus propósitos: "definir cada vez mais, e se possível cada vez melhor, o lugar dos sujeitos falantes [...] no seio do fenómeno global da linguagem, instrumento privilegiado, se não exclusivo, da comunicação humana" (Joly, 1987: 7).

Joly vem assim a insistir na tripla relação que um *locutor* estabelece: 1) com um *alocutário* (a quem destina o seu *dizer*, embora o locutor possa ser o seu próprio alocutário); 2) com a *língua* (que lhe fornece os *meios de dizer*, isto é, de comunicar); 3) com o *universo referencial* (referente físico e mental) que é *para dizer*.

Bem no coração da tríade, universo/locutor/alocutário, a *língua* mantém com cada um destes elementos uma relação específica. Vejamos como é que é entendida essa relação.

1) A relação universo/língua é uma *relação de dizibilidade*, historicamente construída pelos homens na sua relação interlocutiva, e em perpétua evolução. A língua é um sistema de representações (do dizível), através do qual os homens, na diversidade das línguas naturais, dizem o universo, físico e mental.

2) A relação locutor/língua e alocutário/língua, que são duas variantes da relação genérica enunciador/língua, é uma *relação de saber-dizer*. É a participação na mesma língua de cada um dos co-enunciadores que permite a comunicação, embora a relação dos co-enunciadores com a língua não seja idêntica. Em todo o caso, a língua é, para cada locutor potencial, a *minha* língua.

O modelo da significância proposto por Joly faz funcionar, assim, a linguagem em termos bi-dimensionais. A dimensão *vertical*, universo/língua/enunciador, é o modo de a linguagem funcionar como *sistema de representação*. A dimensão *horizontal*, em que há a inter-relação reversível de dois co-enunciadores, é o modo de a linguagem funcionar como *sistema de comunicação*. Sem dúvida que em Joly a representação é condição, potência de comunicação. Se construímos cada vez melhor o *conceber* do *ver* é para melhor *comunicarmos* (Joly, 1982: 113).

Apesar de a linguagem constituir um fenómeno uno, que conjuga inextricavelmente língua (representação) e discurso (expressão), Joly distingue dois planos da significância, um condicionando o outro. Trata-se do "plano condicionante da significância de representação (potência) e do plano condicionado da significância de expressão (efeito)" (*Ibid*.: 114).

Uma vez que representamos para exprimir e comunicar, a língua é um *dizer potencial* (e é este o plano condicionante); o discurso, sendo expressão, é um *dizer efectuado* (e é este o plano condicionado). Para haver o *dito* (o enunciado, o efeito), é preciso existir o *dizer* (o discurso, a enunciação, a efectuação) e o *saber-dizer* (a língua, as condições de enunciação, a potência). Este saber-dizer representa para cada enunciador as regras linguísticas e as regras pragmáticas do uso da língua. Ou seja, o saber-dizer confronta cada enunciador com uma dupla competência: uma competência linguística e uma competência pragmática[70].

Em síntese, como é que Jacques e Joly colocam o problema da significação?

1) Entende André Joly (1982: 107) que significar releva do compreender ou do conceber, pelo que o universo da linguagem é sobretudo representação.
   Francis Jacques (1987: 201), pelo contrário, advoga que "significar não é representar". E não é representar porque o conceito de representação repousaria sobre "o poder instituinte de uma intenção do Mesmo, ou sobre o poder representativo de uma *Erlebnis*" (experiência) (*Ibid*.: 198), enquanto que a constituição semântica originária das nossas mensagens assenta "na estrutura interna de um discurso que funciona de maneira transitiva entre duas instâncias enunciativas em relação interlocutiva, e em referência a um mundo a dizer" (*Ibid*.: 199).

[70] Voltaremos a referir-nos à "competência pragmática", com consiferações críticas a André Joly, mais à frente, no capítulo III, secção 6. 3.

Para Jacques, existe uma realidade que não é para nós, e essa realidade é a realidade da relação. Ora, uma relação que permanece relação é inobjectivável em simples propriedade relacional. A relação intersubjectiva é, no limite, irrepresentável no seio de uma experiência.

2) Jacques contraria também a ideia de *dizibilidade* do mundo. O real só pode ser atingido, uma vez compreendido já simbolicamente (*Ibid*.: 189). Representar é um dar a ver organizado, necessariamente, em termos de linguagem. De maneira que "vemos como falamos, e não propriamente falamos como vemos" (*Ibid*.: 202)[71].

Bibliografia

APEL, Karl-Otto, 1987, "La sémiotique transcendantale et les paradigmes de la *prima philosophia*", *Revue de Métaphysique et de Morale*, n. 92, pp. 147-163.

APEL, Karl-Otto, 1988, "La rationalité de la communication humaine dans la perspective de la communication transcendantale", *Critique*, n. 493/494, pp. 579-603.

APEL, Karl-Otto, 1994, *Le logos propre au langage humain*, Cahors, L'Éclat.

ARMANGAUD, Françoise, 1985, *La pragmatique*, Paris, PUF (Col. "Que sais-je?").

BABO, M. Augusta, 1993, *Relatório da cadeira de Semiótica Textual*, Univ. Nova de Lisboa (Relatório apresentado a concurso para Professor Associado).

BARTHES, R., 1966, "Présentation" (des recherches sémiologiques), *Communications*, n. 4.

BARTHES, R., 1976, "Théorie du texte", *Encyclopédie Universalis*, Vol. 15, pp. 1013-1017.

BARTHES, R., 1989, *Elementos de semiologia*, Lisboa, Ed. 70

BENVENISTE, Emile, 1966, *Problèmes de linguistique générale*, I , Paris, Gallimard.

BENVENISTE, Émile, 1967, *Le langage*, II, Genève, La Baconnière - Neuchâtel.

BERTRAND, Denis, s/d, "Os discursos de uma paixão", AA. VV., *Da semiótica* (Actas do Iº Colóquio Luso-Espanhol e do IIº Colóquio Luso-Brasileiro de Semiótica), Lisboa, Vega, pp. 451- 471.

[71] Não já com as palavras de Jacques, mas continuando apontar num sentido que contraria a ideia de *dizibilidade* do mundo, invocamos Deleuze e Guattari (1980: 97). A linguagem, dizem, "não se estabelece entre alguma coisa vista (ou sentida) e alguma coisa dita; anda sim sempre de dizer em dizer". E se a linguagem parece supor sempre a linguagem, não é possível fixar um ponto de partida não linguístico (*Ibidem*).

BOURDIEU, Pierre, 1982, *Leçon sur la leçon*, Paris, Minuit.

BOUVERESSE, Jacques, 1995, "Règles, dispositions, habitus", *Critique*, n. 579/580 ("Bourdieu"), pp. 573-594.

CARRILHO, Manuel, 1990, *Verdade, suspeita e argumentação*, Lisboa, Presença.

COQUET, J.-Cl., 1974, "Sémiotiques", *Langages*, n. 35, 1974, pp. 3-12.

COQUET, J.-Cl., 1984, *Le discours et son sujet*, Paris, Klincksieck.

COQUET, J.-Cl., 1987, "Linguistique et sémiologie", *Actes Sémiotiques - Documents*, Institut National de Langue Française, pp. 4-20.

DELEDALLE, Gérard, 1980, "Avertissement aux lecteurs de Peirce", *Langages*, n. 58, Didier-Larousse.

DELEDALLE, Gérard, 1990, "La triade en sémiotique", *Nouveaux Actes Sémiotiques*, Université de Limoges, pp. 47-54.

DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Félix, 1980, "Postulats de la linguistique", *Mille Plateaux*, Paris, Minuit, pp. 95-139.

DERRIDA, Jacques, 1967 a, *De la grammatologie*, Paris, Minuit.

DERRIDA, Jacques, 1967 b, *La voix et le phénomène*, Paris, PUF.

ECO, Umberto, 1989, *O signo*, Lisboa, Presença.

FOUCAULT, Michel, 1969, *L' archéologie du savoir*, Paris, Gallimard, 1969.

FOUCAULT, Michel, 1971, *L' ordre du discours*, Paris, Gallimard.

GININASCA, Jacques, 1991, "Du texte au discours littéraire et à son sujet", *Nouveaux Actes Sémiotiques*, Fac. des Lettres et des Sciences Humaines de Limoges, pp. 9-34.

GIROUD, J. C., E PANIER, Louis, 1991, *Semiótica. Uma prática de leitura e de análise dos textos bíblicos*, Lisboa, Difusora Bíblica.

HABERMAS, Jurgen, 1990, "Aporias de uma teoria do poder", *O discurso filosófico da modernidade*, Lisboa, D. Quixote, pp. 251-273.

JACQUES, Francis, 1985, *L'espace logique de l'interlocution*, Paris, PUF.

JACQUES, Francis, 1987, "De la signifiance", *Revue de Métaphysique et de Morale*, n. 2, pp. 179-217.

JOLY, André, 1982, "Pour une théorie générale de la signifiance", N. Mouloud e J. M. Vienne (Org.), *Langages, connaissance et pratique*, Lille, Université de Lille III, pp. 103-125.

JOLY, André, 1987, *Essais de systématique énonciative*, Lille, P. U. L.

LYOTARD, François, 1989, *A condição pós-moderna*, Lisboa, Gradiva, 1989.

MAINGUENEAU, Dominique, 1989, *Novas tendências em análise do discurso*, Campinas, Pontes.

MEYER, Michel, 1992, "Para uma retórica da razão", *Crítica*, n. 8, pp. 39-53.

MORRIS, Charles, 1938, *Foundations of the theorie of signs*, Vol. 1 (2), Chicago, International Encyclopedia of Unified Science.

MORRIS, Charles, 1946, *Signs, language and behavior*, New York, Braziller.

PARUOLO, Silvana, 1981, "La sémiotique et ses régions", *Diogène*, n. 114, pp. 3-29.

PÊCHEUX, Michel, 1990, *O discurso - estrutura ou acontecimento?*, Campinas, Pontes.

PEIRCE, Charles, 1960, *Collected papers*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press.

PEIRCE, Charles, 1978, *Écrits sur le signe*, Seuil.

RORTY, Richard, 1990, *Science et solidarité. La vérité sans le pouvoir*, Cahors, Ed. de l' Eclat.

RORTY, Richard, 1994, "Solidarité et objectivité", *Objectivisme, relativisme et vérité*, Paris, PUF, pp. 35-55.

SEGRE, Cesare, 1989 a, "Discurso", *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, n. 17, pp. 11-40.

SEGRE, Cesare, 1989 b, "Texto", *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, n. 17, pp. 152-175.

TASCA, Norma, s/d, "Da interacção e da génese do sentido", AA. VV., *Da semiótica* (Actas do Iº Colóquio Luso-Espanhol e do IIº Colóquio Luso-Brasileiro de semiótica), Lisboa, Vega, pp. 443-453.

TOLLIS, Francis, 1991, *La parole et le sens. Le guillaumisme et l' approche contemporain du langage*, Paris, Armand Colin.

1981, *Langages*, nº 62 (*"Analyse du discours politique"*), Paris, Larousse.

III. O discurso e a produção do sentido

"A famosa distinção entre significante e significado só é segura na ordem semiótica. Talvez até, só aí é que ela se impõe. Na ordem semiótica, o signo é definido pelos outros signos que o delimitam do exterior, e não pelo que significa intrinsecamente. Nestas condições, ser significativo reduz-se a ser distintivo. Mas o articulado e o distintivo não fazem ainda a linguagem. Fazem apenas a língua, cuja existência é afinal de contas meramente virtual. Em contrapartida, para a ordem semântica, o que importa é a instância do discurso. Nela se combinam virtualidade e actualidade, quer dizer, estrutura e acontecimento. É aqui e não em qualquer outro lado que se coloca a grande questão da referência extra-linguística" (Jacques, 1987: 186-187)**.**

"Se tratarmos a linguagem como um objecto autónomo, aceitando a separação radical que Saussure fez entre a linguística interna e a linguística externa, entre a ciência da língua e a ciência dos usos sociais da língua, condenamo-nos a procurar nas palavras o poder das palavras, isto é, condenamo-nos a procurá-lo lá onde ele não está. Com efeito, a força de elocução das expressões (*illocucinary force*) não está nas próprias palavras, não está nos actos da linguagem 'performativa'. Ela é nestes indicada, ou melhor, representada, no duplo sentido. O poder das palavras é apenas o poder delegado do porta-voz. A autoridade chega de fora à linguagem; esta apenas a representa, a manifesta, a simboliza" (Bourdieu, 1982: 104-105).

"Num dispositivo de enunciação tudo acontece como se o cálculo e as manhas que cruzam o discurso fossem 'mascarados pela própria verdade na sua explicação necessária' e como se o discurso fosse esse elemento transparente ou neutro em que a política se pacifica. Nada nos é dado a saber dessa prodigiosa máquina que condena e exclui, dessas malhas de que o desejo e o poder simultaneamente se alimentam e consomem. A verdade constrangente do discurso é-nos assim mascarada. Ao mesmo tempo 'batalha e arma, estratégia e choque, luta e troféu ou ferida, conjunturas e vestígios, encontro irregular e cena repetível' (como assinala Foucault), não espanta, pois, que o discurso seja um dos lugares onde a política exerce, de forma privilegiada, algumas das suas mais temíveis violências" (Martins, 1990: 127).

1. Introdução

Para Roland Barthes, o discurso é o próprio objecto (o *único* objecto) da semiologia. Referindo-se a Barthes, assinala Coquet (1987: 5) que de um lado há o frásico, que é objecto da linguística, e do outro, o transfrásico, "as grandes unidades significantes do discurso", que constituem o objecto da semiologia. Na "Théorie du texte", Barthes (1976: 1014) diz o seguinte:

"*a semiologia, disciplina nova postulada por Saussure, desde o começo do século, só começou a desenvolver-se por volta de 1960 e, pelo menos em França, incidiu principalmente na análise do discurso literário. A linguística termina na frase e diz bem as unidades que a compõem (sintagmas, monemas, fonemas). Mas, e além da frase? Que unidades estruturais compõem o discurso (se porventura renunciamos*

às divisões normativas da retórica clássica)? A semiótica literária precisou aqui da noção de texto, unidade discursiva superior ou interior à frase, mas sempre dela estruturalmente diferente" .

E remetendo para Todorov, continua Barthes (*Ibidem*):

"A noção de texto não se situa no mesmo plano que a de frase [...]. Neste sentido, o texto deve distinguir-se do parágrafo, unidade tipográfica de várias frases. O texto tanto pode coincidir com uma frase, como com um livro inteiro. [...] Constitui um sistema que não devemos identificar com o sistema linguístico. Devemos, sim, colocá-lo em relação com ele, sendo essa relação de contiguidade e de semelhança, simultaneamente" .

Esta ideia de que o texto não é identificável à frase, de que não é identificável ao sistema linguístico, mas que pode e deve colocar-se *em analogia* com ele, é também referida por Ricoeur, no artigo "Qu' est-ce qu' un texte?". Reconhecendo que a escrita[72] está do mesmo lado da fala na relação que esta estabelece com a língua, a saber, do lado do discurso, Ricoeur (1970: 190) entende no entanto que "*a especificidade da escrita relativamente à fala efectiva assenta em traços estruturais susceptíveis de serem tratados como análogos da língua no discurso*". E acrescenta que esta hipótese de trabalho é perfeitamente legítima. "*Em certas condições* ", diz, "*as grandes unidades da linguagem, isto é, as unidades de grau superior à frase, oferecem organizações comparáveis às das pequenas unidades da linguagem, ou seja, as unidades de grau inferior à frase, aquelas que são precisamente do âmbito da linguística* " (*Ibidem*).

Convoca então Ricoeur (*Ibidem*) a *Anthropologie Structurale* de Lévi-Strauss, para apoiar o seu propósito:

"*Como qualquer ser linguístico, o mito é formado por unidades constitutivas; estas unidades constitutivas implicam a presença daquelas que intervêm normalmente na estrutura da língua, a saber, os fonemas, os monemas e os semantemas. Mas elas estão por relação a estes últimos (os semantemas), como estes mesmos estão por relação aos monemas e estes por relação aos fonemas. Cada forma difere daquela que a precede por um mais elevado grau de complexidade. Por esta razão, chamaremos 'grandes unidades constitutivas' os elementos que são próprios do mito (e que são os mais complexos de todos)* ".

E continua Ricoeur (*Ibid*.: 190-191):

"*Em favor desta hipótese de trabalho, as grandes unidades constitutivas, que têm pelo menos o tamanho da frase, e que colocadas umas a seguir às outras constituem a narrativa mítica propriamente dita, vão poder ser tratadas segundo as mesmas regras que as mais pequenas unidades familiares aos linguistas. É*

[72] E "a escrita é aquilo que fixa o discurso num texto" (Ricoeur, 1970: 181). Na expressão de Barthes (1976: 1013), "o texto é aquilo que está escrito". Veja-se também Derrida (1967).

para marcar esta analogia que Claude Lévi-Strauss fala de mitemas, do mesmo modo que se fala de fonemas, de morfemas, de semantemas. Mas para se confinar aos limites da analogia entre os mitemas e as unidades linguísticas de nível inferior, a análise dos textos deverá proceder ao mesmo tipo de abstracção que é praticado pelo fonólogo. Para este, o fonema não é um som concreto, tomado em termos absolutos, na sua substância sonora. É uma função definida pelo método comutativo e que se cumpre no seu valor opositivo por relação a todos os outros. Neste sentido, e para falar como Saussure, [o fonema] não é uma 'substância', mas uma 'forma', quer dizer, um jogo de relações. De igual modo, um mitema não é uma das frases do mito, mas um valor opositivo que remete para várias frases particulares, constituindo, na linguagem de Lévi-Strauss, um 'feixe de relações': 'É apenas sob a forma de combinação de tais feixes que as unidades constitutivas adquirem uma função significante'. Aquilo que chamamos aqui função significante não é de modo algum o que o mito quer dizer, o seu alcance filosófico ou existencial, mas a ordenação, a disposição dos mitemas, numa palavra, a estrutura do mito" .

Nos *Actes Sémiotiques - Documents*, Coquet sustenta um propósito em tudo semelhante ao de Ricoeur. "*O discurso*", escreve Jean-Claude Coquet (1987: 13), "*é uma organização transfrásica, que remete para uma ou várias instâncias enunciativas*". Retirando o discurso da tradição retórica em que se inscreve a pragmática, Coquet não o concebe como um acto de fala que disponha das palavras sem as coisas, mas como linguagem em acção. E cita, a propósito, Benveniste: "*O discurso é sem dúvida o produto de uma operação que postula a existência de um agente de efectuação, de um actante que enuncia a sua relação com o mundo*"[73].

Benveniste não chega, no entanto, a desenvolver o conceito de "grandes unidades", que no entanto ainda formula[74]. E Coquet (1987: 10-11) remete então para Propp, Lévi-Strauss e Greimas, autores que desenvolveram aquilo que chama de "semiótica objectal":

"*Foi preciso esperar pelo trabalho de A. J. Greimas para termos uma ideia mais precisa do que podiam ser, formalmente, estas grandes unidades. O ponto de partida em França é sem dúvida a análise do trabalho de V. Propp (1928) por Cl. Lévi-Strauss e Greimas, nos anos 60. Para o investigador russo, a narrativa era constituída por uma série de funções ('abstracções de acção', assinala com pertinência P. Ricoeur), dispostas sempre na mesma ordem e em número limitado, como limitados eram o número dos participantes na acção e, acrescentemos, o tipo de relações lógicas subjacentes (conjunção, disjunção, inversão, permuta, transformação...). A fazermos fé no* Dictionnaire raisonné de la théorie du langage, *as*

[73] Benveniste, *apud* Coquet (1987: 9).
Coquet associa também Saussure a esta ideia de discurso como linguagem em acção, no que tem razão. Para este linguista, o discurso é o uso social da língua em actos de fala.
[74] Por exemplo, numa entrevista dada a Guy Dumur, em 1968. Cf. Benveniste (1974: 36).

descobertas de Propp permitiam pôr em evidência 'o princípio paradigmático de organização narrativa'. No caso de haver, por exemplo, uma relação binária do tipo 'falta/reparação da falta', o que devemos ver aí, além de um 'axioma de ordem', para retomarmos uma expressão de Ricoeur, é a manifestação de um jogo formal em que as posições inicial e final da cadeia sintagmática são os lugares de uma 'inversão' de conteúdo (se admitirmos que a reparação da falta implica a presença dos objectos de valor, assim como, inversamente, a falta implica a sua ausência). Neste 'sequência', os 'sujeitos de fazer' passam então por 'simples operadores destinados a executar um esquema pré-estabelecido de transferência de objectos'. Ao que parece, o ideal seria prever suficientemente os constrangimentos narrativos que respeitam as acções, os actantes e o cálculo lógico, de modo a podermos dizer, à semelhança de Propp: 'a estrutura do conto quer que...'. A formulação parece-me exemplar e óptima para seduzir um linguista formado na escola de Hjelmslev. 'Aquilo que permite organizar o discurso', afirma ainda Greimas (atente-se no emprego de 'discurso'), 'não é tanto a sucessão de funções [...], mas a projecção à distância de termos que pertencem à mesma estrutura'. Decididamente, 'é o paradigmático que organiza o sintagmático'" .

Contrariamente a Ricoeur, Coquet não acha a "semiótica objectal" legítima, a ponto de a acolher. Concedendo embora que se trata de "uma questão de enfoque", entende Coquet (1987: 13) que "a significação em Greimas depende de um esquema pré-estabelecido, e não da posição ocupada, defendida, procurada [...] por um sujeito".

Perspectivar o discurso como linguagem em acção não é estudar a estrutura gramatical de uma frase por ela mesma, nem, a um outro nível, o sentido de um texto fora do contexto. À semiótica objectal, contrapõe assim Coquet a "semiótica subjectal".

Autores há, no entanto, para quem não faz sentido a oposição entre uma semiótica objectal e uma semiótica subjectal. É o caso de P. Ricoeur, de F. Jacques, e também de M. Pêcheux, entre outros, que concebem o discurso na confluência de ambas[75]. Com efeito, a caracterização do discurso passa por este "paradoxo", na expressão de Ricoeur (1972: 95), por esta "assimetria", se preferirmos a fórmula de F. Jacques (1987: 190), ou por este "equívoco", nas palavras de M. Pêcheux (1990: 51).

Os três investigadores referem, entretanto, outros paradoxos. Especifiquemo-los.

---

[75] A posição de P. Ricoeur é expressa nos seguintes estudos, entre outros: "La métaphore et le problème central de l'herméneutique" (1972); *A metáfora viva* (1983: 109-119); e *Teoria da interpretação* (1987: 20-33).
Quanto a F. Jacques, veja-se "De la signifiance" (1987).
M. Pêcheux, por seu lado, desenvolve o seu ponto de vista em *O discurso - Estrutura ou acontecimento?* (1990).

1. Todo o discurso é efectuado como *acontecimento*, e, por outro lado, compreendido como *significação*. Quer dizer, por um lado, o discurso é um espaço de manipulação de significações estabilizadas, por outro, é um espaço de transformações do sentido, que escapam a toda a norma estabelecida *a priori*, é o espaço de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomado na actividade incessante das interpretações.
   O discurso é, com efeito, a actualização da língua (código e sistema) pela fala e pela escrita, e nesse sentido é acontecimento singular, é irrupção de um *outro*. Mas aquilo que permite a sua identificação e re-identificação como o *mesmo* é a significação, isto é, o seu sentido proposicional[76]. Deste modo, a "significação da frase" é considerada como um invariante funcional, susceptível de convir no melhor dos casos a um conjunto de contextos possíveis. Essa a razão por que há que distinguir entre a significação da frase e o "sentido de um enunciado", que é um valor concreto de emprego do dizer num contexto referencial e interlocutivo determinado.

2. A significação é veiculada por uma estrutura específica, a da proposição. E o paradoxo reside na própria oposição interna da proposição, que combina na sua estrutura uma "função referencial" com uma "função predicativa" (Jacques, 1987: 190). Quer dizer, a proposição faz, por um lado, uma *identificação singular* (por exemplo, este homem, o Mantorras, a cidade de Lisboa, o Benfica), e por outro, *uma predicação geral* (por exemplo, a cor negra de um homem como raça, a beleza de uma cidade como propriedade, a igualdade de oportunidades como relação, o jogo de futebol como acção)[77].

3. Enquanto frase, o discurso implica a polaridade do *sentido* e da *referência*, isto é, a possibilidade de distinguir entre *aquilo que* é dito pela frase tomada como um todo e pelas palavras enquanto partes da frase (e é isso o sentido), e *aquilo a propósito do qual* alguma coisa é dita (e é isso o referente)[78].

---

[76] Cf. Ricoeur (1972: 95; 1987: 20-21 e 23-24). Cf. também, Jacques (1987: 191); e Pêcheux (1990: 51). Digamos, a propósito, que em Ricoeur e em Jacques o conceito de significação tem o sentido restrito de um conteúdo proposicional. Mas a significação tem, por outro lado, para ambos, um sentido extenso. Neste último caso, Jacques utiliza o termo "significância", e Ricoeur fala, sem mais, de "sentido".
[77] Cf. Ricoeur (1972: 95; e 1987: 21-23).
[78] Ricoeur (1972: 95; e 1987: 31-33). Jacques (1987: 188 e 189).

4. Enquanto acto, o discurso pode ser considerado do ponto de vista do conteúdo do acto proposicional (ele predica tal e tal carácter, tal e tal relação, de tal e tal sujeito), ou do ponto de vista daquilo que Austin chama a "força" do acto completo do discurso (o *speech act*). Com efeito, aquilo que eu digo do sujeito é uma coisa; e outra é aquilo que eu faço ao dizer. O paradoxo está em o discurso conjugar acto locucionário (acto de dizer, acto proposicional) e acto ilocucionário (acto que eu faço ao dizer). F. Jacques (1987: 191) diz a propósito: "Compete à significação do enunciado servir para realizar um acto a que dá dois tipos de contribuição: locutória, pelo seu conteúdo proposicional; ilocutória, pela sua força comunicativa"[79].

5. O discurso não tem apenas uma espécie de referência. Tem duas espécies de referência. Fala-nos, por um lado, de uma realidade extra-linguística, quer dizer, do mundo, ou de um mundo. E fala-nos, por outro lado, do seu próprio locutor, através de procedimentos específicos, que apenas funcionam na frase (logo, no discurso). É o caso dos dícticos: pronomes pessoais, pronomes demonstrativos, tempos dos verbos, advérbios, etc.[80]

   A linguagem tem, pois, simultaneamente, uma dupla referência: uma referência à realidade e uma auto-referência. E é a mesma entidade, a frase, que voltada para a coisa e voltada para si própria, transporta esta dupla referência, *intencional* e *reflexiva*.

   Na realidade, seria preciso falar de uma tripla referência, uma vez que o discurso reenvia tanto àquele a quem é endereçado, como ao seu próprio locutor. É, aliás, a uma tripla referência que reenvia a estrutura dos pronomes pessoais, a acreditar em Benveniste: "ele" designa a referência à coisa, "tu" a referência àquele a quem é dirigido o discurso, "eu" a referência àquele que fala[81].

---

[79] Ver também, Ricoeur (1972: 95; e 1987: 25-31).
No ponto 2 do capítulo IV ("Austin e Seale e os actos de fala"), aprofundaremos a questão aqui introduzida dos actos ilocucionários.

[80] F. Jacques denuncia no entanto este ponto de vista, que apresenta o aparelho da *dixis* na dependência de um *eu* que se enuncia. "As marcas da enunciação a que se presta atenção", diz Jacques (1987: 194), "são os vestígios apenas do locutor". Nunca nos é dado conta do modo como o locutor se situa relativamente ao alocutário. A atenção recai sobre os fenómenos subjectivos, e não sobre os fenómenos intersubjectivos, ou então sobre o modo como os segundos acedem a ser projectados nos primeiros, em termos de expectativa e antecipação.

[81] Cf. Benveniste, *apud* Ricoeur (1972: 95; e 1987: 24-25).

Repare-se, no entanto, que a posição de F. Jacques a este propósito é bem mais precavida que a de Benveniste. Uma vez que o referente tem como correlato o constrangimento do real, o seu excesso relativamente à linguagem, há em Jacques, por um lado, a crítica da ideia de *dizibilidade* do mundo, por outro, a crítica da ideia de que o real possa ser atingido a partir da linguagem. Como crítica específica a Benveniste, embora lhe reconheça o mérito de ter introduzido a subjectividade na linguagem, Jacques entende que foi diminuto o seu contributo para a instauração de uma intersubjectividade verdadeira. Benveniste acreditava que a subjectividade podia implicar a intersubjectividade, diz Jacques (1987: 194), mas o que este linguista nunca fez foi o repúdio da "ilusão hegemónica de um titular de efectuação do sentido".

2. O texto como discurso fixado pela escrita

Que relação mantém a escrita com a fala? O discurso escrito foi primeiramente fala? Diz Ricoeur (1970): um texto é verdadeiramente texto não porque se limita a transcrever uma fala anterior, mas porque inscreve na letra aquilo que o discurso quer dizer. Há assim uma relação directa entre o querer-dizer do discurso, isto é, a intencionalidade do enunciado, e a escrita.

Mas sem dúvida que há outras razões que nos fazem supor que a a escrita é mais do que uma "representação" do diálogo. Além das características intrínsecas de cada uma, a escrita diverge do diálogo também pelas formas gerais de organização social em que se situam. Diz A. Giddens (1990: 283) que, em certo sentido, a escrita dá primazia à 'ordenação espacial' sobre a 'ordenação temporal'. O que não acontece com a fala. Sem qualquer dúvida, "isto é mais importante do que o mero facto de a escrita ser visual e a fala acústica". Contra a opinião de Saussure, a fala é sequencial e serial. Não é linear. A escrita não tem diferenciação temporal, se bem que, obviamente, uma tal diferenciação seja inerente a qualquer processo de leitura de um texto. Por outro lado, a ordem espacial da escrita, ao ser 'extra-emporal', não impõe ao leitor os mesmos limites de sequenciação próprios da fala. Ou seja, o leitor não é obrigado a ler um texto passo a passo. Pode lê-lo do fim para o princípio, etc.

Também Derrida entende que a escrita expressa com mais nitidez do que a fala a natureza relacional de uma significação constituída no espaço e no tempo. Cingindo-nos ao mero discurso escrito, e atendo-nos à ideia de Derrida, podemos falar com mais propriedade

de ordenação temporal e espacial de significação do que da sua "ocorrência" num dado contexto.

É a relação escrever-ler (texto) uma variante da relação falar-responder (diálogo)? Não. Ricoeur (*Ibidem*) entende que há entre o texto e o diálogo uma diferença radical: a escrita está no lugar da locução e do locutor; e o leitor está no lugar do interlocutor. Quer dizer, há uma especificidade do texto relativamente ao diálogo: o texto suspende não só as relações entre a linguagem e o mundo, como também as relações entre a linguagem e as diversas subjectividades nela implicadas.

Atente-se, no entanto, no facto de um texto suspender, e não eliminar, a função referencial[82]. Em Ricoeur não há, portanto, "a ideologia do texto absoluto". Na obliteração do mundo, há uma relação texto a texto: há o quasi-mundo dos textos, a literatura. Explica-se um texto pela análise das suas relações internas (estrutura); mas interpreta-se um texto pela sua restituição à comunicação viva.

A posição de Ricoeur merece-nos, no entanto, um reparo fundamental, que passamos a explicitar, a traços rápidos.

"Não é relendo que compreendemos. Compreendemos recontextualizando, inserindo frases numa prática interdiscursiva" (Jacques, 1987: 212). Quer isto dizer que a interpretação vive da cadeia fala-escrita-fala, pelo que não há que escolher entre a fala e a escrita. Umas vezes, é a fala que estabelece a transição activa entre duas escritas. Outras, é a escrita que exerce a mediação indispensável entre duas falas. Por um lado *há uma certa inscrição da escrita na fala*: fixação de sintagmas, estereótipos ou tropos inovados no texto... Por outro lado, *parece também que uma fala precede toda a escrita*. Basta que esta se esgote, basta que a actividade comunicativa abandone a palavra para que esta envelheça, se faça rara, se torne opaca (*Ibid*.: 213)[83].

E talvez haja também que interrogar o conceito de temporalidade de Derrida e a sua associação ao discurso escrito (texto). Em Derrida, a ordenação espácio-temporal não compreende o tempo e o espaço como dimensões distintas. O tempo dissolve-se no espaço: a 'extensão' da escrita impõe a ordenação dos sons ou dos signos escritos, mas este fenómeno é exactamente idêntico à sua diferenciação temporal. Daí que Giddens (1990: 271) tenha

[82] No mesmo sentido se pronuncia Giddens (1990: 284).
[83] Não é esta a ideia de Giddens. Depois de manifestar a sua convicção de que "a melhor forma de explicar a natureza da linguagem ou da significação é dizer que não se trata de escrita", Giddens (1990: 282) sentencia que "devemos afirmar não a prioridade da fala, mas a da conversação sobre a escrita".

inteira razão ao salientar com Wittgenstein que o espaço-tempo não entra na estruturação da significação através da dimensão 'horizontal' da escrita (mesmo que conceptualizada como *proto-escrita* ou *arqui-escrita* [84]), mas através da contextualidade própria da prática social, que obviamente não dissolve o tempo no espaço.

O enunciado escrito (um texto) dá-nos a tecedura e o lineamento de um mapa, homogéneo, racional, mas ignora os aspectos essenciais da acção; não distingue a relação que há entre uma fórmula e a sua prática; não tem em conta a relação recíproca da regra e da acção, a saber, que esta não decorre apenas daquela, mas que a pode alterar. O enunciado escrito (um texto) abstrai do tempo e do espaço vividos, o que quer dizer, abstrai da acção. O tempo da acção é assimétrico. Projecta sempre um futuro com algum grau de incerteza. Um texto remete para o esquema intemporal das mudanças e das regras a que obedece a escrita. No tempo do texto, as trocas e as relações parecem reversíveis, simétricas, uma vez que, fixas no papel, parecem ditadas na certeza. Pelo contrário, na prática discursiva, as relações são vividas na angústia e na incerteza. Na acção discursiva, o tempo é de facto assimétrico, pelo que aplicar uma regra supõe que se saiba *o que significa agir de acordo com uma regra* [85].

3. O discurso como estrutura figurativa

O discurso está sujeito aos princípios de *interioridade*, *continuidade* e *unidade*. O discurso é *acontecimento*. Mas o acontecimento é, em Durand (1980: 126), fundador, uma vez que "contém uma promessa perfectível".

O discurso remete para uma origem absoluta, isto é, para a *criação* de um autor (noções fundacionais de sujeito e de consciência).

Remete para a *unidade* de um autor, de uma obra, de um tema, de uma época.

---

[84] "Proto-escrita" ou "arqui-escrita" é um processo de ordenação temporal e de repetição de fenómenos significantes, decorrente do carácter arbitrário do signo e do tema derridiano da "diferença" (Veja-se Giddens, 1990: 264).

[85] Mais à frente, no ponto 6.3. deste capítulo ("O campo linguístico e o poder simbólico"), desenvolveremos este tema da contextualidade própria da acção social, ao esclarecermos os conceitos de "competência social", "consciência pragmática" e "consciência prática".

Remete para um *thesaurus* de *significação*, isto é, para um sentido por detrás do discurso.

O discurso remete, enfim, para as marcas da *originalidade* individual. Curiosamente, a originalidade é em Durand (1980: 130) "o antídoto da diacronia". A redundância (a sincronia), que é em Durand, como aliás em Lévi-Strauss, o carácter fundamental do mito, é que abre à existência, à originalidade de um sujeito.

Durand não contrapõe a estrutura à experiência. Em seu entender, há, isso sim, uma concepção de estrutura que se abre à existência, e uma outra que a despreza, ou a omite, ou lhe é indiferente. Em todo o caso, uma concepção que lhe não reconhece pertinência. Remetendo para Roger Bastide, Durand (1980: 119) distingue e opõe uma estrutura que é sistema de relações *abstractas* e *formais*, que é modelo, espécie de sistema de classes e de relações latentes e virtuais, e uma estrutura que é sistema de relações *concretas* e *substanciais*, e mesmo de transformação destas relações.

A separação entre o abstracto e o concreto, a forma e a substância, passa pela clivagem entre o *sincrónico* e o *diacrónico*. O sincronismo é a constância de relações lógicas e significativas; consiste num sistema de repetições, de redundâncias significativas, que dão à estrutura em questão uma base indutiva. Quer isto dizer, que da regularidade de certos funcionamentos, podemos induzir um modelo abstracto que os explica. Por seu lado, o diacronismo é a intervenção do tempo (se não mesmo da história) como dador, ou pelo menos como revelador de estrutura nos processos de desestruturação e de reestruturação. Durand fala frequentemente, a este propósito, na abertura em profundidade da estrutura, isto é, na abertura da estrutura à existência (ao tempo, ao processo, às relações concretas e à transformação destas relações)[86].

Não parece, todavia, que este fenomenólogo garanta o *primado da relação* na produção do sentido. Abrindo a estrutura em profundidade, Durand abre-a ao simbólico. Mas isto significa apenas que a abre "a um signo eternamente viúvo do significado" (Durand, 1984: 8), que a abre ao mistério, à transcendência, "enchendo-a nas fontes do sentido" (Durand, 1980: 134). E assim, "aquilo que é primeiro [não é a relação] é a translação, a transferência do visível para o invisível pela batota de uma imagem tomada das

[86] Para todo este parágrafo, Durand (*Ibid.*: 119-120).

realidades sensíveis"[87]. Aquilo que é primeiro é "o Anjo da Obra", "a epifania de um mistério"[88].

Há aqui, com efeito, uma atitude contemplativa, gnóstica, no sentido de obediência na fé ao *sentido*, ao ser que se revela. Este tipo de hermenêutica remete para uma espécie de saber oculto e iniciático, e para uma espécie de experiência mística. Francis Jacques (1987: 198) denuncia-a como uma *phenomenological fallacy*. "É o estigma de uma certa maneira de falar", argumenta este investigador, "que todo o vivido humano se diga experiência ou intenção do sujeito" (*Ibidem*). E continua: "Não existe [em nós] a ingenuidade do discurso fenomenológico, que pretende obedecer à própria coisa, manifestá-la, deixá-la ser, enquanto se proíbe de ultrapassar a experiência, que é forçosamente vivida por uma pessoa. Nesta base, tudo o *que é* deve poder ser descrito como o sentido intencional que oferece um vivido. Todo o ser - coisa, estado de coisas, propriedade ou relação - é necessariamente para mim. Mas *quid* da relação?" (*Ibidem*)[89] A fenomenologia, diz ainda F. Jacques (*Ibid.*: 196), tem como objectivo preservar uma possibilidade: devolver ao locutor o essencial da iniciativa do sentido. No entanto, submeter o facto relacional ao ponto de vista do eu, compromete a sua irredutibilidade.

Também Deleuze e Guattari (1980: 97) depreciam este tipo de hermenêutica que invoca o tropo ou a metáfora como "primeira" linguagem, como primeira determinação que enche a linguagem. "Metáforas e metonímias", dizem, "são meros efeitos, que apenas pertencem à linguagem no caso de suporem já o discurso indirecto [...] Há muitas paixões numa paixão e toda a espécie de vozes numa voz, todo um rumor, uma glossolalia: e aí está a razão pela qual todo o discurso é indirecto e porque a translação própria à linguagem é a do discurso indirecto".

4. A nova teoria do texto

[87] É verdade que esta última citação é de Ricoeur. Mas Durand (1980: 134) toma-a como sua. Traduzimos por "batota" o termo "truchement".
[88] Estas expressões podemos encontrá-las em Durand (1985: 17 e 13, respectivamente).
[89] Assim, só aparentemente a atitude hermenêutica de G. Durand não valoriza a intencionalidade. Só aparentemente o quadro de uma experiência (gnóstica), que lhe dá a possibilidade de encher o sensível nas "fontes do sentido", é uma atitude distinta da soberba e do orgulho de quem faz do sujeito a instância privilegiada da produção do sentido.

O texto é um tecido, um têxtil, e é também um enredo e uma trama.

Na teoria clássica do signo, o texto é objecto da filologia e da crítica literária: uma faz a restituição do texto, a outra, a interpretação. Ambas as operações são destinadas, porém, a restabelecer o texto na sua integridade. Signo, texto e verdade, perfazem assim uma mesma história: o signo é uma unidade fechada, cuja clausura pára o sentido; o texto é uma clausura que fecha a obra; a verdade é uma metafísica.

Com a crítica do signo, dá-se o advento da linguística, que por sua vez se aproxima da lógica; uma parte da literatura passa para o campo da linguística, com o nome de poética; desenvolve-se a semiologia. Aspectos a reter na teoria semiológica: a análise do texto, o texto como englobante formal de fenómenos linguísticos, a imanência do texto.

Do cruzamento do estruturalismo, da psicanálise e do marxismo com o novo objecto textual, que é dado como fenómeno estruturalmente diferente da frase (Todorov), vai assim surgir a nova teoria do texto. Cultivada por Barthes, que lhe emprestará grande elegância, a nova teoria vai poder contar com o contributo da semântica de Kristeva, que lhe dará um forte impulso por todos os anos 70, infelizmente não confirmado dos anos 80 para cá.

5. O policiamento interno e externo do discurso

O discurso é em Michel Foucault *acontecimento*. Mas acontecimento não significa aqui fundação, origem absoluta, criação. Não há significações prévias a uma ordem discursiva. Em Foucault, o discurso ganha visibilidade como uma puralidade de formas discursivas, e estas são práticas descontínuas, que por vezes se cruzam ou justapõem, mas que também se podem ignorar ou excluir. Acontecimento, o discurso "não é substância, nem acidente, nem qualidade, nem processo; [...] consiste na relação, na coexistência, na dispersão, no recorte, na acumulação, na selecção de elementos materiais; [...] produz-se como efeito de e na dispersão material" (Foucault, 1971: 59)[90].

[90] Têm assim razão Segre (1989 a: 37-38; 1989 b: 172) e Habermas (1990: 252-253), quando denunciam o carácter estruturalista da posição de Foucault, apesar das suas reiteradas declarações de demarcação.

Não é, pois, possível considerar um *acontecimento* 1) sem definirmos *a série* de que faz parte; 2) sem especificarmos *o modo de análise* de que depende; 3) sem procurarmos conhecer *a regularidade* dos fenómenos e os limites de possibilidade da sua emergência; 4) sem interrogarmos *as variações*, *as inflexões* e o *nível da curva* do acontecimento; 5) sem querermos determinar *as condições* de que depende (*Ibid*.: 57).

Sintetizando, pode dizer-se que o discurso está sujeito em Foucault a um princípio de *exterioridade* relativamente aos indivíduos. Há rarefacção do discurso relativamente à intencionalidade de um pensamento, de uma subjectividade, de uma consciência. *O discurso opõe-se, assim, à interioridade de uma criação.*

O discurso é *serial*, uma vez que está sujeito ao princípio de *descontinuidade*. *Opõe-se, pois, à unidade de uma obra, de uma época, de um tema.*

O discurso apresenta uma *regularidade*, cingindo-se a um princípio de *especificidade*. É, pois, "uma violência que nós fazemos às coisas, uma prática que lhes impomos; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio da sua regularidade" (*Ibid*.: 55). *O discurso não tem, assim, a marca de uma originalidade individual.*

O discurso tem condições de possibilidade, condições externas e específicas, o que contradiz o *thesaurus* infinito das significações escondidas[91].

O discurso é efeito, instrumento, acção/prática social, acaso, objectivo, o discurso é "o próprio poder de que procuramos apoderar-nos" (Foucault, 1971: 12)[92].

O discurso é estratégia enunciativa: o conceito estratégico de poder opõe-se à sua concepção jurídico-política[93].

- As metáforas da lepra e da peste aplicadas ao discurso: o discurso como sistema de exclusão, restrição, limitação, controle e rarefacção da palavra. O ritual, o comentário, a doutrina, a disciplina, as sociedades de discurso, as apropriações sociais do discurso, as clivagens impostas pela separação entre o verdadeiro e o falso[94].

Gostaria neste contexto de glosar uma historieta contada por Michel Foucault, no seu livro *L'ordre du discours*, que ilustra bem o mito da comunicação generalizada, sobre que assenta a nossa sociedade liberal, sociedade de livre circulação de pessoas e de saberes, em

[91] Sobre todas estas características do discurso, veja-se Foucault (1971: 53-56).
[92] Cf. também o Prefácio de *Histoire de la folie à l' âge classique* (1969: 8).
[93] Cf. M. Foucault (1976: 123-126).
[94] Cf. M. Foucault (1971: 37-40).

que se promete a uma multidão de indivíduos, inapelavelmente condenada ao esquecimento e ao anonimato, a redenção pelo talento e pelo mérito.

No dealbar do século XVII, o shogun ouviu dizer que a supremacia dos europeus no tocante à navegação, ao comércio, à política, à arte militar, se devia ao conhecimento da matemática. Daí a querer lançar mão a um saber tão precioso foi um passo. Como lhe tinham falado de um marinheiro inglês que possuía o segredo de tão maravilhosos discursos, mandou-o chamar ao seu palácio e prendeu-o. A sós com ele, aprendeu matemática, com as lições necessárias. Assim pôde manter o poder e morrer velhinho. Só no século XIX, no entanto, é que houve matemática no Japão. (Fazemos notar que não é inocente a referência à matemática. Ela está aqui por todas as linguagens formais, que servem a razão técnica, a razão instrumental. E a historieta glorifica-a, fá-la triunfar).

Mas a história não acaba aqui. Há nela um segundo cenário, este europeu. Conta-se então que o marinheiro inglês, Will Adams de seu nome, foi autodidacta, um carpinteiro de profissão, que por ter trabalhado num estaleiro naval, aprendeu geometria.

A lição da história é a de que "ao saber monopolizado e secreto da tirania oriental, a Europa oporia a comunicação universal do conhecimento, o intercâmbio infinito e livre dos discursos" (Foucault, 1971: 39-40).

Aqui está um tema que não resiste à análise. A interacção e a comunicação são figuras positivas que jogam no interior de sistemas complexos de restrição, de exclusão, de limitação, de controle do discurso. Assim a *citação* e o *comentário*. Assim a *doutrina* e os *modelos*, afinal de contas a *teoria* e a *metodologia*. Assim as *disciplinas científicas*. Assim o *ritual* [95]. E o discurso universitário, quer seja o discurso pedagógico, quer o discurso científico, é um discurso de comentário e de citação, de teoria e de metodologia, um discurso de área disciplinar, um discurso ritualizado.

6. A génese social do sentido

O discurso, que é um tecido de relações de força simbólica, é uma estrutura estruturada e uma estrutura estruturante: além de instrumento de conhecimento e de comunicação, o discurso é instrumento de acção e de poder.

[95] Cf. *Ibid*..: 40-47. Aí se refere Foucault, noutro contexto, a estes sistemas de restrição, exclusão, limitação e controle da palavra.

6.1. O discurso é uma estrutura estruturada

O discurso é signo linguístico, e nesse sentido apela a decodificação. Mas é também signo de riqueza, exigindo que o avaliemos, que lhe demos um preço. E é, ainda, signo de autoridade, obedecendo a ordens e fazendo obedecer[96].

O discurso é representação, é relação lógica e mental. Mas até os nossos esquemas mentais são construções sociais.

O discurso é uma intenção expressiva modelada socialmente (noção de *habitus*), que se realiza através dos recursos retóricos e estilísticos da língua (noções de *competência linguística* e de *gramaticalidade*), em condições sociais específicas (noções de *campo*, *estrutura* do campo, *sanções* do campo, noções de *legitimidade* e de *aceitabilidade* do discurso).

1. As noções de "legitimidade" e de "aceitabilidade" discursivas esclarecem sociologicamente a noção de "comunicabilidade" de Francis Jacques. Um "enunciado aceitável", diz este autor, "é um enunciado comunicável" (Jacques, 1987: 201). E continua: "Aquilo que é então requerido não é que ele se afirme como verdadeiro ou como falso, mas que tenha um sentido, tanto para quem o ouve, como para quem o pronuncia. Sem isso, nada é enunciado, nem para nós, nem para outros. O constrangimento de comunicabilidade assegura a partilha do sentido, da força ilocucionária e da referência pelo menos possível" (*Ibidem*).

   Com as noções de "legitimidade" e de "aceitabilidade" do discurso, desloca-se a noção de relações de comunicação (e de constrangimento de comunicabilidade, que é uma noção transcendental) no sentido de relações de força simbólica (que têm um conteúdo social). Por essa razão, desloca-se a questão do sentido: um

[96] Cf. Deleuze e Guattari (1980: 96): "A linguagem não é feita sequer para ser acreditada, mas para obedecer e para fazer obedecer". Bourdieu (1980: 124), por seu turno, pensa mesmo que a linguagem tem crédito no duplo sentido do termo: tem autoridade e faz-se fé nela, acredita-se nela.

enunciado tem sentido (tanto para quem o ouve, como para quem o pronuncia), não apenas porque é um enunciado decodificável, mas sobretudo porque é avaliado em termos de riqueza e de autoridade, ou seja, tem mais ou menos valor e mais ou menos poder.

Com efeito, o primado da relação na produção do sentido, para que remete a noção de constrangimento de comunicabilidade, não entra na estruturação da significação através do *a priori* transcendental kantiano (que inspira Jacques e Apel), mas através da contextualidade própria da *praxis* social. É neste entendimento que faz sentido falar de campos sociais que organizam e autorizam a interlocução e a intersubjectividade (Bourdieu). E do mesmo modo faz sentido falar de acções diferenciadas no espaço e no tempo, de acordo com contextos específicos de vida social, socialmente condicionados, multifacetados, complexos e não estanques em si (Giddens).

2. As noções de "legitimidade" e de "aceitabilidade" do discurso esclarecem também "o valor ilocucionário da linguagem", que em André Joly (1982: 113) faz "parte integrante da significância". "Comunicar através da linguagem", diz A. Joly (*Ibidem*), "é sem dúvida falar *a* alguém, *de* alguma coisa, mas é também falar *para* alguma coisa". Mesmo quando falamos para não dizer nada, dizemos sempre alguma coisa. É que falar é sempre dizer, e dizer é sempre, também, produzir sentido. "Mesmo que o enunciado produzido não tenha sentido, acontece que *um locutor o produziu, e a mera presença deste locutor basta para impor um propósito significante*" (*Ibid*.: 114)[97].
   Vemos que o interesse de Joly recai mais na subjectividade do que na intersubjectividade. Em termos gerais, as marcas da enunciação a que presta atenção são meramente o rasto do locutor no seu enunciado. Neste tipo de análise, é omitida a referência ao modo como o locutor se situa relativamente ao alocutário. Ora, há que assinalar que os actos de linguagem não estão por conta dos sujeitos falantes. Pelo contrário, derivam da inter-relação dos indivíduos. Os actos de linguagem são apenas a efectuação e a especificação desta relação.

[97] Os sublinhados são nossos.

E é da relação que nos falam os conceitos de legitimidade e de aceitabilidade. São umas tantas propriedades sociais, relativas a um *campo* social específico, que fazem passar um discurso, isto é, que o tornam eficaz, ou por outra, acreditado, obedecido, respeitado (Bourdieu, 1980: 124).

- A crítica dos efeitos ideológicos do estruturalismo, que "naturaliza" o social. A crítica do estruturalismo linguístico e a crítica do estruturalismo antropológico (isto é, do estruturalismo linguístico, generalizado às ciências sociais).

- Da ideia de língua natural à ideia de língua legítima, isto é, das relações simbólicas às relações de força simbólica. A crítica dos conceitos chomskianos de competência linguística e de gramaticalidade, e a introdução dos conceitos de competência social e de legitimidade.

- Correcção da problemática de Austin (actos constativos e actos performativos, sendo estes últimos ilocucionários e perlocucionários), pelas noções de legitimidade e aceitatabilidade. A magia da palavra é social.

6.2. O discurso é uma estrutura estruturante

O discurso é performativo, visa uma eficácia. Fala-se para ser compreendido, mas também obedecido, respeitado, distinguido, acreditado.

Representar (e a linguagem representa o mundo) é classificar, definir, é um poder de di/visão. Ora, a representação das divisões sociais concorre para a realização das divisões, dada a performatividade da linguagem. Não nos esqueçamos, no entanto, como já referimos, que a magia da palavra é social. O discurso chama à existência aquilo que enuncia, de acordo com o grau de legitimidade do locutor (e *ipso facto* do alocutário), que é sempre relativa à estrutura e às sanções de um dado campo social.

- A crítica do conceito de discurso-dispositivo e de discurso-maquinaria de Foucault, e a introdução do conceito de "illusio"[98].

[98] Vejam-se a este propósito as considerações que fazemos no artigo "Epistemologia do saber quotidiano" (Martins, 1993: 92-94).

6.3. O campo linguístico e o poder simbólico

A tripla deslocação operada pela racionalidade sociológica na racionalidade linguística:

1) À noção de língua enquanto instrumento de comunicação há que sobrepor a noção de língua legítima: língua da instituição, palavra oficial, língua autorizada, no sentido de que faz autoridade, de que é palavra autorizada e digna de crédito.
   Quer isto dizer que à noção de *gramaticalidade*, entendida como linguagem sintáctica e gramaticalmente correcta, se sobrepõe a noção de *aceitabilidade*, entendida como linguagem socialmente aceitável. Bourdieu lembra, neste contexto, a noção sofística de *kairos*. Professores da palavra, os sofistas sabiam que não bastava ensinar as pessoas a falar, mas que era preciso também ensinar-lhes a falar a propósito. Dito de outra forma, a arte de falar bem, de construir figuras de estilo e de pensamento, a arte de dominar e de manipular a linguagem, de nada servem sem a arte de utilizar esta arte a propósito.
   Com efeito, a linguagem é uma *praxis*: ela é feita para ser falada, ou seja, utilizada em estratégias que recebem todas as funções práticas possíveis, e não somente funções de comunicação. E há leis sociais que determinam quem pode de facto e de direito falar e a quem e como. Ou nas palavras de Giddens (1984: 1.º cap.): há instrumentos metodógicos que é necessário adquirir, pois que eles se aplicam tanto à construção de frases como à constituição e reconstituição da vida social nos contextos quotidianos da actividade social.

2) À noção de competência linguística, entendida esta como a capacidade para construir frases sintáctica e gramaticalmente correctas, sobrepõe-se a noção de competência social. Ou seja, para que as palavras produzam efeito, para que sejam eficazes, exige-se-lhes não só a correcção gramatical, mas também a aceitabilidade social. E a aceitabilidade social é função do "capital simbólico", que por sua vez é inseparável da posição do locutor na estrutura social. Com efeito, fala quem pode e quem está em condições (sociais) de impor a recepção daquilo que diz.

3) À noção de relações de comunicação (isto é, de interacção simbólica) sobrepõe-se, e em certa medida contrapõe-se, a noção de relações de força simbólica, quer dizer, a noção de distribuição ou de repartição social do "capital simbólico". São as relações de força simbólica que tornam eficaz ou performativo um discurso. Essa a razão por que a questão do sentido sofre uma deslocação: o que é pertinente são as noções de valor e de poder do discurso. E estas noções de valor e de poder do discurso aprendemo-las ao aprendermos uma língua. Com efeito, ao aprendermos uma língua, aprendemos simultaneamente uma relação com a linguagem, isto é, com o seu valor e com o seu poder. Ao aprendermos a falar, aprendemos, inseparavelmente, as condições da sua eficácia.

O conceito de "competência social" de Bourdieu esclarece sociologicamente o conceito de "competência pragmática", empregue por Joly. Patenteando uma nítida influência de Wittgenstein, a competência pragmática é em Joly, como aliás em Bourdieu, uma competência incorporada na língua, que condiciona a competência linguística. Mas limita-se neste linguista "a todo o vivido, de que se alimenta a língua, e que por sua vez é por esta alimentado" (Joly, 1982: 116). Quer dizer, o conceito de "competência pragmática" identifica-se em Joly com a noção sofística de *kairos*: "todo o enunciador ao aprender uma língua, interioriza um saber-dizer" relativo às circunstâncias que rodeiam os usos do discurso (*Ibid*.: 117). Ora, sendo certo, como refere Joly (*Ibidem*), que "a competência pragmática desempenha um papel importante na génese da significância, pelo facto de condicionar a maneira como o enunciador comunica os significados, e *ipso facto* a maneira como eles virão a ser percebidos pelo co-enunciador", são as noções bourdieusianas de campo, de estrutura do campo e de capital simbólico (inseparável da posição do locutor na estrutura social) que nos esclarecem sobre as condições objectivas (sociais) do funcionamento de tal competência[99].

Sem dúvida idêntico ao conceito de "consciência pragmática" de Joly (e a merecer, portanto, igual esclarecimento sociológico) é o conceito de "consciência prática" de Giddens (1990: 278 e 280). A "consciência prática" é um conhecimento que se conserva e se evoca de forma tácita: dá conta das convenções relativas ao que

[99] Sobre o conceito de "competência pragmática" em André Joly, veja-se também, Francis Tollis (1991: 210-211).

'ocorre' nos contextos quotidianos da acção social[100]. A "consciência prática" dá conta de uma razão comunicativa, onde são pedra angular a "interpretação do agente" e a "agência", o que de modo nenhum significa uma razão centrada no sujeito e na subjectividade (*Ibid*.: 278). A "consciência prática" não se confunde, de facto, com a "consciência discursiva", que é uma evocação auto-reflexiva das experiências e dos acontecimentos passados, uma memória que se exprime de forma verbal (Cohen, 1990: 384). A "consciência prática" é uma capacidade prática que apenas existe no seu exercício, o que quer dizer, em condições contextuais específicas, ou por outra, em condições de espaço e de tempo específicos[101].

- Noutro sentido, contra a racionalidade argumentativa (também pragmática), insiste Bourdieu numa racionalidade sociológica. Contrapõe, assim, à prática intelectualista uma prática social (os fenómenos discursivos são factos sociais[102]).
  Para Bourdieu, não há, com efeito, linguagem neutra. O discurso não é o meio puro do diálogo e da comunicação, onde se revele um sentido; no discurso joga-se o desejo e o poder. Remete-se assim para a crítica feita por Bourdieu à "ilusão transcendentalista" de fundar a razão nas estruturas trans-históricas da consciência e da linguagem[103]. Contra os românticos, os estruturalistas e os habermasianos, há em

---

[100] Escreve Giddens (1990: 280): "Um falante competente não só domina séries de normas sintácticas e semânticas, como também domina a gama de convenções relativas ao que 'acontece' nos contextos quotidianos da actividade social". E noutro lugar: "A competência linguística não consiste só em dominar as frases sintacticamente, mas também em dominar as circunstâncias apropriadas a determinados tipos de frases [...] Por outras palavras, o domínio da linguagem é inseparável do domínio da variedade dos contextos em que se emprega a linguagem" (*Ibid*.: 260).

[101] As noções de "consciência pragmática", "competência social" e de "consciência prática" remetem todas para as *Investigações filosóficas* de Wittgenstein (1995). O ponto de vista aí sustentado é o de que a compreensão se faz sempre a partir de um conhecimento não explícito (e muitas vezes não explicitável), um conhecimento prático, que resulta da experiência e que reúne aquilo que damos por adquirido. O sujeito é aí encarado não tanto como o lugar das representações do mundo, mas sobretudo como um agente empenhado em práticas, alguém que age no mundo e sobre o mundo. Ora, colocar na *praxis* o lugar primeiro da inteligência do agente, ou seja, situar na prática a nossa compreensão, é fazer da compreensão um conhecimento implícito, dado a todo o momento pela prática que é a sua origem. Em consequência, a compreensão ultrapassa de longe aquilo que somos capazes de representar. Isso mesmo nos é sugerido pela seguinte fórmula de Wittgenstein (1995: I 202): "'seguir uma regra' é uma praxis". (Esta remissão para as *Investigações filosóficas* de Wittgenstein não indica a página; indica sim a parte da obra e o número do parágrafo).
Este entendimento da compreensão, feita conhecimento implícito nas nossas actividades práticas e conhecimento incorporado ("história feita corpo"), é aprofundado por Pierre Bourdieu (1972), Charles Taylor (1995) e Jacques Bouveresse (1995), entre outros.

[102] Veja-se, no mesmo sentido, P. Rabinow (1985)

[103] No mesmo sentido se pronuncia M. Foucault (1971).

Bourdieu (1992: 40) a proposta de uma *razão política*, que desnaturalize e desfatalize o mundo social[104].

As questões da nova racionalidade (comunicativa ou argumentativa) com que hoje somos confrontados, não podem, com efeito, ser dissociadas de uma interrogação sobre o que funda a legitimidade ou a validade das acções comunicativas e intercompreensivas, o que quer dizer uma interrogação que remeta para uma teoria da significação. Os lógicos falam de condições de verdade das proposições. Austin insiste antes nas suas condições de felicidade[105]. Habermas e Apel estribam-se naquilo que chamam de "ética da discussão". Aquele fala então nas condições universais de validade dos enunciados; este nas suas condições transcendentais.

Todas estas teorias da significação são, porém, idealistas por não terem em conta as condições concretas, históricas, de existência dos homens e dos grupos humanos. Bourdieu, por sua vez, argumenta com as condições sociais de possibilidade de um discurso. E fala das condições de legitimidade, entendida esta como um uso dominante que é denegado por quem exerce a dominação e não reconhecido como tal por quem lhe sofre os efeitos.

Contra Austin e Searle, pensamos, pois, que o proposicional e o ilocucionário, o representacional e o pragmático, a "dupla estrutura complementar performativo-proposicional do discurso humano", para utilizar uma expressão de Apel (1994: 61), são uma dualidade sempre presente no mundo humano da significação, que antes de mais compreende "a relação, a estrutura e a configuração", diz Derrida (1967: 419); a relação, a estrutura, a configuração de forças simbólicas assimétricas, acrescentamos nós[106]. Com efeito, como bem assinala Cohen (1990: 386), que retoma a teoria da estruturação social de inspiração giddensiana: "a estrutura 'existe' de forma manifesta apenas quando é actualizada em práticas sociais".

---

[104] Esta proposta encontramo-la também em Michel Foucault.

[105] Ducrot (1990: 157) entende que as "condições de felicidade" são uma forma de a teoria dos actos de fala reatar com a tradição lógica, com que rompera num primeiro momento. As condições de felicidade seriam assim um outro modo de dizer as condições de verdade. Bourdieu (1982: 69-70), pelo contrário, dirá que as condições de felicidade são simplesmente as condições de legitimidade, isto é, as condições sociais de possibilidade do discurso.

[106] Não fora o termo "dialógico" remeter para uma teoria da comunicação idealista, que incide nas funções comunicativas de expressão e de apelo, mas ignora a função institucional da linguagem, e teria sido esse o termo por nós utilizado. Ao afirmarmos aqui o primado da relação, não é a relação transcendental da tradição idealista (em que, por exemplo, Apel se insere) que importa acentuar, mas a relação concreta de agentes em interacção, em condições diferenciadas de estatuto, de espaço e de tempo, como Bourdieu e Giddens não se cansam de acentuar.

Contra a pragmática argumentativa, insiste assim a pragmática sociológica que a magia (a força) da palavra é social. A autoridade vem de fora à linguagem (Bourdieu, 1992: 123). A linguagem tem a eficácia do porta-voz, um poder delegado pela instituição (*Ibid*.: 54).

São com efeito umas tantas propriedades sociais que determinam a *legitimidade* de um discurso: emissores legítimos, receptores legítimos, língua legítima, situação legítima.

Diga-se, no entanto, que a *legitimidade* é em Bourdieu uma forma subordinada de poder, quer dizer, um "poder simbólico", uma forma transfigurada (e quem diz transfigurada diz irreconhecível) de outras espécies de poder. É legítima uma instituição, uma acção ou um uso que são dominantes e desconhecidos como tais. Por outras palavras, é legítima uma instituição, uma acção, um uso, em que as relações de poder que as atravessam (e por isso, o seu arbítrio, a sua violência) não são reconhecidas como tais. E é o conjunto das propriedades sociais referidas (propriedades legítimas) que, fazendo sistema, produzem a aceitabilidade social da linguagem, isto é, o estado que faz passar a linguagem e a torna escutada, acreditada, obedecida, compreendida[107].

Saliente-se, porém, para concluir, que muito embora apresente uma imagem do mundo social fortemente estruturada, Bourdieu não propõe, de modo nenhum, a ideia de que este mundo evolua segundo leis imanentes que as acções humanas não possam modificar.

Bibliografia

APEL, Karl-Otto, 1994, *Le logos propre au langage humain*, Cahors, Ed. de l'Éclat.

BARTHES, Roland, 1976, "Théorie du texte", *Encyclopédie Universalis*, vol. 15, pp. 1013-1017.

BARTHES, Roland, 1984, [1958], *Mitologias*, Lisboa, Ed. 70.

BENVENISTE, Emile, 1974, *Problèmes de linguistique générale*, II, Paris, Gallimard.

BOURDIEU, Pierre, 1972, *Esquisse d'une théorie de la pratique. Précédée de trois études d'ethnologie kabyle*, Genève, Droz.

[107] Talvez haja neste ponto da discussão que contrariar, ou pelo menos atenuar, o optimismo de Bourdieu relativamente aos poderes da instituição, com o cepticismo drástico de Roland Barthes. A instituição não dá forma à história; deforma-a, pois converte uma intenção histórica em natureza, transforma a contingência em eternidade. Cf. Barthes (1984: 198 e 209).

BOURDIEU, Pierre, 1980, *Questions de sociologie*, Paris, Minuit.

BOURDIEU, Pierre, 1982, *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*, Paris, Fayard.

BOURDIEU, Pierre, e WACQUANT, Loïc, 1992, *Réponses*, Paris, Seuil.

BOUVERESSE, Jacques, 1995, "Règles, dispositions et habitus", *Critique*, n. 579/580 ("Bourdieu"), pp. 573-594.

COQUET, Jean-Claude, 1987, "Linguistique et sémiologie", *Actes Sémiotiques - Documents*, EHESS - CNRS, pp. 5-13.

COHEN, Ira J., 1990, "Teoría de la estructuración social y praxis social", *La teoría social hoy*, Madrid, Alianza Universidad, pp. 351-397.

DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Félix, 1980, "Postulats de la linguistique", *Mille Plateaux*, Paris Minuit, pp. 95-139.

DERRIDA, Jacques, 1967, "La structure, le signe et le jeu dans le discours des sciences humaines", *L'écriture de la différence*, Paris, Seuil, pp. 409-428.

DUCROT, Oswald, 1990, *Polifonía y argumentación*, Cali, Universidad del Valle.

DURAND, Gilbert, 1980, "Structure et figure. Pour un structuralisme figuratif", *L'âme tigrée*, Paris, Denöel/Gonthier, pp. 117-149.

DURAND, Gilbert, 1985 [1964], *L'imagination symbolique*, Paris, PUF.

FOUCAULT, Michel, 1969, *Histoire de la folie à l' âge classique*, Paris, Gallimard.

FOUCAULT, Michel, 1971, *L' ordre du discours*, Paris, Gallimard.

FOUCAULT, Michel, 1976, *Histoire de la sexualité*. I, *La volonté de savoir*, Paris, Gallimard.

GIDDENS, Anthony, 1984, *The constitution of society*, Cambridge, Polity Press.

GIDDENS, Anthony, 1990, "El estructuralismo, el post-estructuralismo y la producción de la cultura", *La teoría social hoy*, Madrid, Alianza Universidad, pp. 254-289.

HABERMAS, Jürgen, 1990, "Aporias de uma teoria do poder", *O discurso filosófico da modernidade*, Lisboa, D. Quixote, pp. 251-273.

JACQUES, Francis, 1987, "De la signifiance", *Revue de Métaphysique et de Morale*, nº 2, pp. 179-217.

JOLY, André, 1982, "Pour une théorie générale de la signifiance", N. Mouloud e J. M. Vienne (Org.), *Langages, connaissance et pratique*, Lille, Université de Lille, pp. 103-125.

MARTINS, Moisés de Lemos, 1990, *O olho de Deus no discurso salazarista*, Porto, Afrontamento.

MARTINS, Moisés de Lemos, 1993, "Epistemologia do saber quotidiano", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 37, pp. 79-100.

PECHEUX, Michel, 1990, *O discurso - Estrutura ou acontecimento?* , Campinas, Pontes.

RABINOW, Paul, 1985, "Fantasia dans la bibliothèque. Les représentations sociales sont des faits sociaux: modernité et post-modernité en anthropologie", *Etudes Rurales*, n. 97/98, pp. 91-114.

RICOEUR, Paul, 1970, "Qu'est-ce qu'un texte?", R. Bubner *et al*., *Hermeneutik und Dialektik*, Aufsätze, II, Tubingen, pp. 181-200.

RICOEUR, Paul, 1972, "La métaphore et le problème central de l'herméneutique", *Revue Philosophique de Louvain*, n. 70, pp. 93-112.

RICOEUR, Paul, 1983 [1975], *A metáfora viva*, Porto, Rés.

RICOEUR, Paul, 1987 [1976], *Teoria da interpretação*, Lisboa, Ed 70.

SEGRE, Cesare, 1989 a, "Discurso", *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, n. 17, pp. 11-40.

SEGRE, Cesare, 1989 b, "Texto", *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, n. 17, pp. 152-175.

TAYLOR, Charles, 1995, "Suivre une règle", *Critique*, n. 579/580 ("Bourdieu"), pp. 554-572.

TOLLIS, Francis, 1991, *La parole et le sens*, Paris, Armand Colin, 1991, pp. 201-223.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1995, [1945] *Investigações filosóficas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

IV. A enunciação e a racionalidade da linguagem humana

"Eu postulo uma outra pessoa, aquela que, por muito exterior que me seja, se torna o eco de mim mesmo: eu digo-lhe *tu* e ela diz-me *tu*" (Benveniste, 1966: 259).

"Não basta produzir sentido, em função de tal ou tal 'prática discursiva'. É preciso mais do que isso: é preciso produzir um sentido, de acordo com aquilo que funda o sentimento de identidade do eu, da realidade do mundo e, nessa ordem de ideias, um regime de interacção. O sentido põe em jogo o crer de um sujeito" (Geninasca, 1991: 20).

"Não é porque os outros como eu podem dizer 'eu' que estou em ligação com eles, mas pela razão inversa. [...] enquanto não rompermos com a ideologia espontânea do indivíduo, *ens realissimum*, sede de todo o processo, fonte de toda a iniciativa semântica, não vemos como é possível introduzir de facto a intersubjectividade" (Jacques, 1987: 195).

1. Introdução (a discursificação e a enunciação)

É nosso propósito, neste ponto introdutório, mostrar que não faz sentido falar de enunciação no quadro da tradição estruturalista da significação. Ilustrando o nosso ponto de vista com a teoria semiótica da Escola de Paris, entendemos que é mais exacto falar de discursificação, entendida esta como o agenciamento do discurso.

A perspectiva greimasiana é fiel, com efeito, ao princípio de pertinência do estruturalismo, constituindo mesmo uma das suas concretizações mais notáveis. Em Greimas, parte-se sempre do texto realizado, do discurso enunciado, e a enunciação é pressuposta. A análise vai pois do enunciado para a instância de enunciação. Não se parte da 'existência' de um sujeito da palavra, e do conhecimento que dela se pretende ter, para descrever o enunciado de que o sujeito seria 'responsável' - o autor. Parte-se, sim, do enunciado para descrever o que ele pressupõe como condições de possibilidade e o que ele desenha como 'lugar' para uma instância de enunciação.

Assim, na semiótica greimasiana, falar-se-á mais facilmente de instância de enunciação do que de sujeito de enunciação. E do mesmo modo, falar-se-á mais de discursificação do que de enunciação. Não se considera em primeiro lugar a relação do discurso ao sujeito (autor). Postula-se, antes, que um discurso particular é uma 'realização', uma execução original das leis gerais que presidem à realização destes sistemas sémio-linguísticos e que são outros tantos elementos da competência discursiva. Por outro lado, se se quer considerar a discursificação como um acto, é preciso encará-la como um acto que

converte o *sistema geral* (a língua, a gramática narrativa, o universo semântico...) na *realização particular* de um texto.

A relação entre enunciado e enunciação corresponde deste modo à relação entre uma performance e uma competência, e não à relação com a actividade de um sujeito que fala, escreve, produz, enuncia um discurso. O sujeito pensado pela semiótica greimasiana decorre da linguagem. Não é anterior nem exterior a ela. Seja a que nível for, o sujeito greimasiano encontrará sempre a linguagem como tecido que lhe confere existência.

E, no entanto, o paradigma semiótico greimasiano deixou de ser impermeável ao paradigma semântico. É possível que a mudança seja meramente táctica, como sugere Francis Jacques (1987: 209-210):

"Já ninguém desdenha hoje pronunciar os termos outrora odiosos de enunciação, referência, sujeito falante. São olhadas com interesse as teorias semântico-pragmáticas. Reclama-se que a semiótica da Escola de Paris pode muito bem integrá-las, e por essa razão, a elas se tem recorrido. Perante a dificuldade de entender quão profundo é o fosso filosófico que as separa, não se tem feito cerimónia e antevê-se uma homologação rápida, tanto mais que é menos onerosa do que uma controvérsia incerta" .

Mas a ironia de Jacques acaba aqui. Entusiasmado com os esforços de homologação teórica entretanto empreendidos, apressa-se a saudá-los:

"Comparando o objectivismo estruturalista, em voga até aos anos setenta, com o subjectivação dos produtos semióticos tentada pela gramática narrativa, surpreendem-nos as concessões efectivamente consentidas. Muito justamente, permanece a resistência à noção subjectivista de sujeito falante. Devidamente operacionalizada, a subjectividade já não é o sujeito em carne e osso, consagrado como presença e representação. É antes um princípio de organização ou uma função do programa narrativo. É um sujeito dotado de competência modal, à partida do programa" (Jacques, 1987: 212). E Jacques conclui chamando à atenção para o facto de estas concessões inflectirem o alcance filosófico da semiótica, sem por isso comprometerem o seu método: *"Antes de mais, a trajectória narrativa permanece o aspecto tangível da teoria. Além disso, a reconstrução do sujeito utiliza um processo autenticamente hjelmsleviano: a 'encatálise' de um termo elíptico na sequência semiótica, através de uma perífrase. Trata-se de um processo interpretativo que utiliza elementos contextuais"* (*Ibidem*).

Talvez devamos, no entanto, perguntar, no contexto do modelo greimasiano, pela utilidade desta injecção de pragmática, quando a própria pragmática é considerada por relação a invariantes estruturais (a constantes, a universais)[108].

Em sentido contrário ao da semiótica do enunciado, com que se identifica a teoria gerativa da significação, a semiótica da enunciação vai valorizar, por sua vez, a dimensão pragmática da produção do sentido. E isto quer dizer que ela se ocupa da oralidade em detrimento da escrita, cingindo-se fundamentalmente a quem fala e a quem escuta, e insistindo nas práticas e nos processos. Com efeito, mais do que prestar atenção à instância enunciativa e à competência discursiva, a pragmática centra-se no sujeito, que estas necessariamente supõem. A pragmática acaba assim por desenvolver e orientar a *politropia*, quer dizer, as diversas espécies de discurso para os diversos tipos de auditório, e deste modo também acaba por ensinar a encontrar e a utilizar eficazmente *argumentos*, enfim, acaba por ensinar a *dizer bem*, de maneira a conseguir a adesão dos interlocutores à *opinião* advogada (Silva, 1990: 22)[109].

A pragmática desloca, é um facto, o conceito de verdade do domínio do enunciado para o domínio do acto de enunciação. Não se ocupa mais da intencionalidade imanente de um sentido ou de uma forma, nem da intencionalidade transcendente de um objecto ou de uma referência. Quer dizer, não se ocupa daquilo que o *discurso diz*. Coloca antes o seu acento nos *utilizadores da língua* e no *uso dos signos*, afinal de contas, nas *práticas* de comunicação e de significação dos agentes sociais.

Enquanto linguística mais preocupada com a fala, com a enunciação, do que com a língua, a pragmática desinteressa-se por aquilo que um discurso diz fora das relações que mantém com o contexto formado pelos pontos pertinentes da sua enunciação. A interpretação de um enunciado por parte do destinatário não lhe exige apenas uma decodificação, nem tão-pouco a sua integração na estrutura que o explica; exige-lhe aquilo

---

[108] Esta mesma pergunta podemo-la fazer, aliás, a propósito da pragmática da comunicação de Habermas, Apel e Jacques (que nesta aproximação do modelo lógico-semântico de Greimas, trai a consabida vocação de os contrários se atraírem reciprocamente). Que vantagem há em associar a pragmática a "universais de comunicação"? Tavez o problema esteja, como assinalam Deleuze e Guattari (1980: 117), em não haver razão para conjugar o abstracto com o universal e o constante, enquanto se procura, por outro lado, diluir a singularidade da máquina abstracta, construindo-a em torno de variáveis e variações.

[109] O conceito de pragmática usado por Aguiar e Silva aproxima-se da concepção clássica de retórica, que encontramos em Platão, no *Górgias*, por exemplo. "A retórica", diz Sócrates, "não precisa de conhecer a realidade das coisas; basta-lhe um certo procedimento de persuasão por si inventado para que pareça (*phainesthai*) diante dos ignorantes mais sábia que os sábios" (*Gorgias*, 459 b).

que H. P. Grice (1979) chama de "implicitação conversacional"[110], uma conjectura que reconstrói a relação entre o enunciado e um certo número de pontos de referência seleccionados nas representações que o interlocutor partilha, ou pensa partilhar, com o locutor[111].

Será apenas em função deste "cálculo interpretativo", ou desta "conjectura", na expressão de Ricoeur (1987: 86-91; 1990: 10), que a pragmática se poderá pensar e exercer como momento argumentativo de um processo hermenêutico, que valida e invalida, legitima e ilegitima interpretações.

Não lhe importando, pois, *aquilo que o discurso diz*, a pragmática vai ocupar-se, por um lado, com o diálogo e a conversação, quer dizer, com *aquilo que o discurso é* (interlocução, em Jacques, acção comunicativa em Apel e Habermas, "diferença problematológica" em Meyer[112], enfim uma "prática do outro" em Certeau[113]), e por outro lado, ocupa-se com a força e o poder do discurso, com *aquilo que o discurso faz* (no duplo sentido de *peithous demiourgos* [114] e de *speech act*, quer dizer, de demiurgo de persuasão, que faz a *doxa* e o consenso, e de acto discursivo ritualizado, isto é, formalizado, convencional, que é eficaz[115]).

---

[110] A noção de "implicitação conversacional" é uma "sub-classe ligada à existência de uns tantos traços gerais do discurso", e especificamente a um factor constante: um "princípio de cooperação", desenvolvido através de um conjunto de "regras de conversação", às quais é suposto um locutor conformar-se (Grice, 1979: 60-61).
A este funcionamento hermenêutico, que nos conduz da forma literal, linguística, de um enunciado às suas implicitações (*implicatures*), F. Flahault (1979: 73) chama-o de "cálculo interpretativo".

[111] A distinção entre "dizer" e "implicitar" (*implicate*), a noção de "implicitação" (*implicature*), as regras de quantidade, qualidade, relação e modalidade, nos termos em que Grice as estabeleceu, tornaram-se correntes na análise pragmática.
Este entendimento é hoje, todavia, fortemente contrariado. A um *eu* e a um *tu*, concebidos como únicos detentores da iniciativa semântica, F. Jacques, entre outros, contrapõe o "primado da relação".

[112] A "diferença problematológica" remete para uma concepção retórica que procura distanciar-se da retórica proposicional, como veremos adiante.

[113] Pode ler-se neste sentido, como opção pela pragmática, o artigo de M. de Certeau (1983) sobre "L'institution du croire". Os discursos sobre a crença dizem os objectos de uma convicção ("ter crenças"), e portanto os bons objectos (objectos "verdadeiros") e os maus objectos (objectos "falsos" ou "supersticiosos"). Ora, ao discurso sobre a crença, Certeau (*Ibid.*: 62) prefere o próprio *acto de crer*, entendido este como conjunto de operações feitas pelo crente sobre conteúdos variáveis. Daí que investigue os modos como se inscreve na linguagem e na acção, a relação do sujeito com aquilo que lhe escapa. O acto de crer é, neste sentido, pragmático - uma *prática do outro*.

[114] "A retórica é fazedora de persuasão" (*peithous demiourgos*): fórmula de Córax, aluno de Empédocles, fórmula essa que Platão e Aristóteles retomaram.

[115] No que acabámos de dizer sobre os *speech acts*, já introduzimos as críticas de Bourdieu (1982: 103-119) a Austin e a Habermas: a "força ilocucionária" do discurso não está na própria linguagem, não está nas expressões ditas performativas. A força, a autoridade da linguagem, vem-lhe de fora, vem-lhe da instituição. A linguagem apenas a representa, quer dizer, a manifesta e a simboliza.

Ocupando-se com aquilo que o discurso é e com aquilo que ele faz, a pragmática é, pois, acima de tudo, um discurso de argumentação, e não um discurso de prova, próprio da lógica apodíctica[116]. Como discurso de argumentação, a pragmática utiliza raciocínios retóricos, "entimemas", na expressão de Aristóteles, quer dizer, de verdade provável e não provada, de verdade plausível e não certa, de verdade verosímil e não evidente (Carrilho, 1990: 70). É assim um discurso que *responde ao desejo*, "às expectativas", ao que há-de vir (Santos, 1989: 108), e tem o seu destino ligado ao *exercício do poder* [117].

2. Austin e Searle e os actos de fala

Os actos de fala constativos (actos locucionários) e os actos de linguagem performativos (actos ilocucionários e actos perlocucionários).

- A locução é uma dimensão da actividade humana, que consiste em emitir sons significativos, cuja ordenação releva de um léxico e de uma gramática determinada. Austin identificou-a como a dimensão objectiva da linguagem. Sendo reconhecida nos "actos locucionários", que são proposicionais, assegura a função representacionista da linguagem.

- A ilocução e a perlocução são identificados como a dimensão subjectiva da linguagem e têm um carácter convencional. Reconhecidas nos actos de fala "ilocucionários" e "perlocucionários", asseguram as funções não representacionistas da linguagem, as funções propriamente comunicativas. Por sua vez o seu carácter convencional reenvia a um consenso formal, não à fantasia de um 'arbitrário' (um

[116] Foi, com efeito, o conceito de pragmática, enquanto ciência do ser e do fazer do discurso, que generalizou na semiótica a ideia de que comunicar é um fazer-crer e, simultaneamente, um fazer-ser. Por sua vez, a hermenêutica tinha já estabelecido, contra a semântica, que comunicar é também um fazer-saber, que não se esgota num acto de decodificação, mas exige sempre um trabalho interpretativo.

[117] Glosando a reflexão de P. Bourdieu sobre a "legitimidade" do discurso, podemos dizer que a pragmática se satisfaz com a retórica, isto é, com a persuasão, apenas e na medida em que é discurso autorizado, legítimo, e que portanto faz autoridade. A pragmática é assim um discurso que já não precisa de conhecer a realidade (social) das coisas, porque contém um poder singular: o de dispor das palavras sem as coisas; e mais importante ainda, dada a performatividade da palavra autorizada na deliberação da assembleia, o poder, dispondo das palavras, de dispor dos homens. Veja-se a este propósito, também, B. Quelquejeu (1978: 119).

consenso no interior do grupo social em que age o discurso implica que o acto discursivo seja ritualizado, implica um contexto social).

Austin (1962, cap. I-VII) começou por distinguir os enunciados representativos dos actos de fala. Através destes é que nós agimos socialmente. Os enunciados representativos, chamados "constativos", são a expressão verbal dos "actos locucionários". Os actos de fala, chamados "actos ilocucionários", exprimem-se verbalmente através de "enunciados performativos"[118]. A princípio, os exemplos dados por Austin limitaram-se a umas tantas fórmulas performativas, através das quais se realizam outras tantas acções de natureza institucional. São exemplos deste tipo: "Eu te baptizo..."; "Nomeio V. Ex.ª para o lugar de..."; "Aceito como minha mulher..."; etc. Mais tarde, Austin propôs a possibilidade de realizar acções não institucionais através de enunciados performativos.

Com efeito, as teses de Austin procuram demonstrar que entre a acção e a fala não há apenas relações extrínsecas, como acontece, por exemplo, quando um enunciado descreve uma acção através de um modo indicativo, ou a provoca através de um modo imperativo. Há também *relações intrínsecas* entre a fala e aquelas acções que realizamos pelo facto de *as* dizermos (o performativo: eu *juro*, ao dizer "juro-o"), e em termos mais gerais entre a fala e certas acções que realizamos ao falar (o ilocucionário: eu *interrogo*, ao dizer "será que...?", eu *mando*, ao empregar o imperativo, etc). Trata-se de actos interiores à fala, relações imanentes dos enunciados com os actos. Ducrot pôde chamá-los *pressupostos implícitos* ou *não discursivos*, distinguindo-os das suposições explicitáveis, em que por exemplo um enunciado reenvia a outros enunciados, ou então a uma acção exterior.

Da consideração dos actos performativos, e numa dimensão mais geral, dos actos ilocucionários de Austin[119], Deleuze e Guattari (1980: 98) assinalam três consequências importantes para o entendimento da linguagem e da significação. Em primeiro lugar, falam da impossibilidade de conceber a linguagem como um código, uma vez que o código é a condição da explicação, do objectivo, quando o performativo e o ilocucionário são do domínio do compreensivo, do subjectivo. Mas há mais: há também a impossibilidade de

---

[118] Contrariamente a Austin, Benveniste (1966: 274 ss) entende que o performativo não reenvia para quaisquer actos. Renviaria sim para a propriedade de termos *sui-referenciais* (os pronomes pessoais *eu*, *tu*..., definidos como "embraiadores"). Assim, uma estrutura de subjectividade prévia na linguagem (ou se se quiser, uma estrutura de intersubjectividade, sendo que esta em Benveniste decorre da sujectividade) explica os actos de fala, em vez de os pressupor. Esta subjectivação propriamente linguística explicaria tudo aquilo que fazemos existir pelo facto de *o* dizer.

[119] Actos performativos: acções que realizamos pelo facto de *as* dizermos. Actos ilocucionários: acções que realizamos ao falar. Como é bom de ver, neste entendimento, o ilocucionário é mais geral do que o performativo. Daí se conclui que realizamos mais actos ilocucionários que actos performativos.

conceber a fala como a comunicação de uma informação. Mandar, interrogar, prometer, afirmar não é informar de uma ordem, de um dúvida, de um empenhamento, de uma asserção. Pelo contrário, trata-se de efectuar estes *actos* específicos *imanentes*, necessariamente *implícitos*. Depois, falam da impossibilidade de definir uma semântica, uma sintaxe e mesmo uma fonemática, como dimensões da linguagem independentes da pragmática. Pelo contrário, dando-se como pressuposto de todas as outras dimensões e insinuando-se por todo o lado, a pragmática não está mais sujeita a cair fora da linguagem, nem a responder a condições explícitas que a sintaxizem ou semantizem. Finalmente, Deleuze e Guattari acentuam a impossibilidade de manter a distinção entre língua e fala, dado a fala não poder definir-se já pela simples utilização individual e extrínseca de uma significação primeira, nem pela aplicação variável de uma sintaxe prévia. Ao invés, o sentido e a sintaxe são definidos pelos actos de fala que a língua pressupõe.

Algumas considerações, a propósito.

1) A força ilocucionária é um constituinte pragmático essencial da proposição. Ela determina o modo como a proposição deve ser encarada, aquilo que podemos fazer com ela e a que título a predicação é efectuada: na forma de uma interrogação, de uma hipótese, de uma asserção condicional ou categórica. A frase apenas tem valor na sua efectuação enquanto acto. Modalidade de enunciação, a força ilocucionária é uma unidade de comunicação da frase: é aquilo que fazemos, aquilo que comunicamos ao dizê-la. A força ilocucionária prende-se com aquilo que os sofistas chamavam, antes de Aristóteles, de formas de discurso: pedido, ordem, voto, pergunta, promessa, bênção, maldição, esconjuro, pressuposição (Jacques, 1987: 191).
   A identificação de uma dimensão objectiva da linguagem, separada de uma dimensão subjectiva, não é aceitável. Como refere bem Oswald Ducrot (1990: 158), não existe na significação uma dimensão puramente objectiva, que não esteja imbuída de intenções pragmáticas.

2) Contrariamente ao que é proposto pela lógica ilocucionária, nos actos de fala não está em jogo apenas o sujeito falante, que calcula soberanamente as suas estratégias, de modo a poder exercer uma acção sobre o interlocutor, e assim transformar a situação em próprio proveito. A lógica ilocucionária pretende instalar

na linguagem uma intersubjectividade que se reduz à alternância das prestações de duas subjectividades similares, pré-existentes à linguagem, que compõem o quadro de um jogo de espelhos. Ora, é da inter-relação dos indivíduos que os actos de fala decorrem, o que quer dizer, que estes são uma efectuação e uma especificação daquela. Os actos de fala estão em função da constituição dialógica de um contexto e em função dos constrangimentos que a compreensão mútua exerce sobre a significação[120]. É, com efeito, o vínculo relacional que torna a interacção dos actos de fala realmente comunicativa (Jacques, 1987: 194)[121]. E por vínculo relacional entende-se a integração do sujeito numa comunidade de práticas e de linguagem e a sua participação em processos efectivos de comunicação. Esta configuração do vínculo relacional ocorre em vários planos. Manifesta-se na formação de uma individualidade através da socialização, no quadro da história de uma vida. E manifesta-se ainda na organização contínua das acções e das relações sociais na vida quotidiana.

3) A procura da unidade mínima da frase, preocupação manifesta de Austin e Searle, embora não exclusiva, uma vez que a encontramos por exemplo em Benveniste e em Chomsky, dissolve o processo de questionamento (a relação interlocutiva, a estrutura encadeada dos enunciados e a interacção entre locutores).

4) É a desterritorialização da linguagem, projectada por Saussure, presente em Austin e em Ducrot, e retomada por Deleuze e Guattari, que permite que se possa falar de "*actos* específicos *imanentes*, necessariamente *implícitos*". É pela mesma razão que se fala dos "agenciamentos de enunciação" como de uma "relação instantânea dos enunciados com as transformações incorporais ou atributos não corporais que eles exprimem" (Deleuze e Guattari, 1980: 103). Simplesmente, é uma ilusão transcendentalista fundar o sentido nas estruturas trans-históricas da linguagem. Quando se atribui ao acto de fala a virtude de uma transformação que "é um puro acto instantâneo ou um atributo incorporal" (*Ibid*.: 102) está-se a naturalizar o social, está-se a aceitar a separação radical entre a ciência da língua e a ciência dos

[120] Veja-se, neste sentido, Marcos (1995: 35): "A dimensão transacional da enunciação impõe a submissão da força ilocutória à condição do emprego pessoal".
[121] O nosso ponto de vista, argumentado no capítulo anterior deste relatório, é o de que os conceitos bourdieusianos de "legitimidade" e de "aceitabilidade social" corrigem o conceito de "compreensão mútua" e submetem à contextualiade própria da acção social a noção transcendental de relação dialógica.

usos sociais da língua, o que quer dizer, a omitir a referência às condições sociais específicas de possibilidade da língua (Bourdieu, 1982: 8-9).

Não é com efeito suficiente reconhecer na linguagem uma função palavra-de-ordem, uma função institucional. A linguagem não tem uma força intrínseca. A palavra-de-ordem não é "uma função co-extensiva à linguagem" (Deleuze e Guattari, 1980: 97). São apenas umas tantas propriedades sociais, no interior de um dado campo social, que determinam a legitimidade de um discurso. Aliás, é o que os próprios Deleuze e Guattari (*Ibid*.: 106) chegam a sugerir, quando referem que "a política trabalha a língua por dentro, fazendo variar o léxico, a estrutura e todos os elementos de frases, ao mesmo tempo que as palavras-de-ordem mudam". A única reserva que gostaríamos de opor-lhes é que "a política" talvez constitua ainda um último reduto transcendental, uma vez que há a acentuar a contextualidade própria da acção social, ou seja, a especificação desta no espaço e no tempo. Só organizado e autorizado socialmente, de acordo com as linhas de força de um campo de posições sociais assimétricas, é que um discurso tem mais ou menos força, mais ou menos poder.

3. A teoria argumentativa do discurso

3.1. Da antiga à nova retórica

Conta-se que no século V.º antes de Jesus Cristo, a Sicília foi governada por dois tiranos, que confiscaram as terras aos seus legítimos proprietários e as distribuíram pelos soldados. Quando em 467 (antes de J.-C.) a tirania foi derrubada, os proprietários espoliados reclamaram a reposição da legalidade, pelo que foram então instaurados intrincados e infindáveis processos. Teria sido nestas circunstâncias, para falar diante do tribunal, que Córax e Tísias compuseram o primeiro tratado de argumentação.

A retórica estaria assim ligada a "um processo de propriedade" (Barthes, 1970: 173), como se a linguagem, enquanto projecto de uma transformação, conduta de uma prática, se tivesse determinado, não a partir de uma subtil mediação ideológica, mas a partir da sociabilidade mais transparente, afirmada na sua brutalidade fundamental, a da posse da

terra: "começámos no ocidente a reflectir sobre a linguagem para defender o nosso quinhão"(*Ibid*.: 176).

Este mito fundador da argumentação é paralelo, curiosamente, ao mito que funda a geometria. Heródoto (V.º século antes de Cristo) atribui a sua invenção aos egípcios, que todos os anos se viam obrigados a reparar os prejuízos causados pelas cheias do Nilo. Tratar-se-ia, das duas vezes, de uma questão de limites desfeitos, num caso pelo rio, noutro pelo tirano. Como restabelecer os limites das propriedades? A *geometria* é dada como resposta para as catástrofes naturais; a *argumentação* como resposta para as catástrofes culturais. Christian Plantin (1996: 4-5), que estabelece este paralelismo, entende que esta oposição é de um carácter exemplar na distribuição das tarefas que realiza: aquilo que é feito pelas palavras, é por elas que pode ser desfeito.

Concebida, no entanto, como "fazedora de persuasão" (*peithous demiourgos*), fórmula de Córax que Platão e Aristóteles retomarão, a retórica vê-se inquinada pela suspeita de empiria e de vassalização à *doxa*, ou seja, vê-se ameaçada pela possibilidade de se esgotar na astúcia, de se esgotar em tornar forte o argumento mais fraco, através de uma sedução enganadora, que desvie, e encante, e calcule.

Platão fixou-a aí, numa presunção de verdade: "A retórica", diz Sócrates, "não precisa de conhecer a realidade das coisas; basta-lhe um certo procedimento de persuasão por si inventado para que pareça diante dos ignorantes mais sábia que os sábios (*Gorgias*, 459 b).

O carácter diabolizante da retórica, que Platão denunciou no *Górgias* e no *Fedro*, e que não deixou nunca de alimentar a reflexão a seu respeito, está presente logo no mito das suas origens. Como é assinalado em algumas narrativas, Córax terá aceite ensinar a sua técnica a Tísias e apenas ser pago em função dos resultados obtidos pelo seu aluno, o que prova aliás a absoluta confiança que nela depositava. Caso Tísias ganhe o primeiro processo, terá que pagar ao seu mestre; se perder, nada terá a pagar.

O carácter diabólico da técnica retórica aparece então em todo a sua força. Tísias, que entretanto acabou os estudos, resolve levantar um processo ao mestre, e sustenta que lhe não deve nada. Tratava-se do primeiro processo do aluno Tísias, e das duas uma, ou o ganhava, ou o perdia. Na primeira hipótese, ganhava-o, e segundo o veredicto dos juízes, nada devia. Na segunda hipótese, perdia-o, e dado o acordo estabelecido com o mestre, nada teria que lhe pagar. Em ambos os casos, Tísias tinha as contas saldadas com o mestre.

Mas Córax não se ficou. Constrói um contra-discurso, em que inverte o esquema da argumentação de Tísias, embora o retome ponto por ponto. Primeira hipótese: Tísias ganha o processo. Dado o acordo que fez com o mestre, Tísias tem que lhe pagar. Segunda hipótese:

Tísias perde o processo. Segundo a lei, Tísias é obrigado a pagar o ensino que recebeu. Nos dois casos, Tísias não tem outra saída que não seja pagar.

A má reputação que a retórica tem, ainda hoje, deve-se particularmente a Platão, mas é injusto depreciar o formidável contributo que a sofística forneceu à teoria argumentativa. Foi, no entanto, Aristóteles quem deu o passo decisivo que fez da retórica uma disciplina nobre.

Do ponto de vista retórico, a argumentação é então entendida como o conjunto de estratégias que organizam o discurso persuasivo. Na *Retórica*, Aristóteles propôs o silogismo entimemático como suporte de tais estratégias. O "entimema" é um raciocínio de verdade provável e não provada, de verdade plausível e não certa, de verdade verosímil e não evidente (Carrilho, 1990: 70).

A retórica antiga distingue cinco etapas na produção de um discurso argumentado. Chama-se "invenção" à etapa *argumentativa* que usa o pensamento na procura de argumentos pertinentes para o exame de uma causa. Os manuais de retórica antiga propõem técnicas que permitem encontrar ("inventar") tais argumentos. Chama-se "disposição" à etapa *textual*. Uma vez "inventados", os argumentos são postos em ordem. Assim, por exemplo, começa-se pelo argumento mais fraco e guarda-se para o fim o argumento decisivo, um argumento que se imponha aos auditores mais recalcitrantes. Chama-se "elocução" à etapa *linguística*. Depois de pensarmos numa argumentação, colocamo-la em palavras e em frases. A linguística materializa a argumentação. Um discurso argumentado compreende mais duas etapas: a "memorização" do discurso e a "acção" discursiva. Com efeito, um discurso destina-se sempre a um público e estas duas etapas, a da *memorização* e a da *acção*, aproximam o trabalho de um orador do de um actor.

Coloquemos agora a questão que nos interessa aqui. Em que é que consiste a análise retórica do discurso? A análise interessa-se pela estrutura do discurso que é proferido em público. Tomando como exemplo o discurso num tribunal (o género "judiciário"), podemos dizer que ele consta de uma *introdução* (o "exórdio"), continua com a *narração* dos factos, que é naturalmente a expressão do ponto de vista de uma das partes, desenvolve-se com a *argumentação*, que incide sobre os factos construídos pela narração e é completada pela *refutação* das posições adversas. O discurso acaba com a *conclusão* (a "peroração"), que consiste na recapitulação dos seus pontos essenciais. Acentuemos um aspecto: a narração e a argumentação são co-orientadas no sentido de uma única conclusão, que é a expressão da posição do narrador-argumentador.

A par do ponto de vista retórico da argumentação há também um ponto de vista lógico, que poderemos chamar "científico". Na perspectiva lógica, a argumentação é um tipo de raciocínio, o qual, fundado na prova e na demonstração, procura estabelecer o verdadeiro. Nos *Tópicos* e nos *Analíticos*, Aristóteles desenvolveu este ponto de vista ao expor a teoria do silogismo lógico. Não é, no entanto, a argumentação lógica que aqui nos ocupa.

Vinte e cinco séculos passados sobre as suas origens, a retórica e a argumentação voltam a estar na ordem do dia. A erosão contemporânea da fundação de normas universais e a tentativa de conciliar o universal e contextual, através do princípio argumentativo, tornaram possível hoje a reabilitação da retórica. Neste processo, foram fundamentais o *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique* de Chaim Perelman e Olbrechts-Tyteca e *The uses of argument* de Stephen Tulmin, as duas obras de 1958. Embora vindas de horizontes teóricos diferentes e escritas em estilos diversos, aproxima-as uma comum referência à prática jurídica. Ambas procuram no pensamento argumentativo um meio de fundar uma racionalidade específica, que se exerce nas práticas humanas. A retórica "problematológica" de Michel Meyer insere-se nesta tradição, embora consista numa significativa revisão da "nova retórica " de Perelman,

Hoje em dia, os estudos da argumentação exploram principalmente a teoria dos "actos de fala" de J. L. Austin (1962, *How to do things with words*), principalmente na versão de J. R. Searle (1969, *Speech acts*). Quer isto dizer que a pesquisa sobre a argumentação anda agora associada à pragmática, uma disciplina que analisa o uso dos enunciados, tendo em conta o contexto. Estas abordagens tornaram possível o estudo das argumentações da vida "quotidiana" ou "corrente". Das várias direcções ligadas à pragmática, salientamos a pragmática linguística "integrada" na língua, de J.-C. Anscombre e Oswald Ducrot, e a pragmática filosófica do "agir comunicacional", de Jürgen Habermas (que alguns insistem em considerar sociológica). Por decisão pessoal, e de modo nenhum por considerações de ordem científica, entendemos dar um maior enfoque à "argumentação na língua", teoria e análise do discurso desenvolvidas desde os anos 70 por Anscombre e Ducrot.

3.2. A argumentação na língua

A concepção clássica via na argumentação uma técnica consciente de programação dos actos discursivos. Não é assim para estes linguistas, cuja teoria se desenvolve no quadro

da linguística da frase, quer pelos métodos que utiliza, quer pelos problemas e finalidades que persegue. Para Anscombre e Ducrot, *argumentar é* basicamente *dar razões em favor de uma conclusão*. Um emissor argumenta, dizem, "quando apresenta um enunciado (ou uma série de enunciados) E_1 [argumentos], no sentido de fazer admitir outro enunciado (ou série de enunciados) E_2 [conclusão]" (Anscombre e Ducrot, 1983: 8). Por outras palavras, a argumentação é um tipo de relação discursiva que liga um ou vários argumentos a uma conclusão. Não se trata, de modo nenhum, de demonstrar *formalmente* a validade de uma conclusão, nem a veracidade de uma asserção. *Fazer admitir* uma conclusão através de um ou mais argumentos, apresentar um argumento *como uma boa razão* para chegar a uma conclusão determinada, não são processos para dizer as coisas em verdade ou falsidade, nem se sujeitam às leis que regulam as relações lógicas.

A teoria da argumentação na língua desenvolveu-se a partir da análise das "palavras vazias" (mas, em razão de, porque, uma vez que, enfim, decididamente, precisamente, sempre, etc.), chamadas conectores (mas de que não trataremos neste relatório), e aplica-se hoje às "palavras cheias", que são analisadas na base da *orientação* que conferem ao discurso.

3.2.1. Os *topoi*

Consideremos a palavra *porcaria*. Um objecto é *porcaria* se possui características que o opõem a objectos que são atractivos (limpos, com préstimo, etc.).

Consideremos agora o enunciado "O cão é porcaria" como um argumento que visa uma conclusão entre muitas: "não lhe toques"; "desfaz-te dele"; "não queiras um cão em casa"; "vai lavar as mãos". Do ponto de vista da teoria da argumentação "na língua", o predicado "é porcaria" não reenvia, de modo nenhum, a uma propriedade do cão. Alude simplesmente a um "lugar comum" (*topos*: "a porcaria é uma coisa má", "a porcaria há que evitá-la"), que autoriza determinadas conclusões numa comunidade de discurso. Um *topos* é assim definido como um instrumento linguístico, que conecta umas tantas palavras, organiza os discursos possíveis e define numa comunidade os discursos "aceitáveis", ou por outra, coerentes. Com as palavras de Ducrot (1990: 164), podemos dizer que uma palavra, antes de remeter para um conceito, remete para um *topos*, ou para um conjunto de *topoi*, sendo a enumeração desses *topoi*, numa época determinada de uma sociedade, a única descrição exacta daquilo que essa palavra significa, nessa sociedade e nessa época.

A concepção argumentativa da linguagem opõe-se, assim, à concepção descritiva ou representacionista. Em termos argumentativos, a linguagem não é *objectiva*, não espelha o mundo, não aponta para um referente (sujeito ou objecto). A linguagem é *intencional* e é *interpretativa*, mas o seu *sentido argumentativo* não é psicológico, consiste apenas em indicar um sentido, em colocar as coisas em certa perspectiva, em as orientar e em orientar a minha relação com os outros.

Todo o enunciado contém, de facto, uma conclusão, fundada na invocação de um *topos*. E os *topoi*, sabemo-lo desde Aristóteles, são pontos de vista, lugares comuns, princípios, pressupostos, fundamentos, que consistem já numa interpretação do mundo e têm uma força persuasiva.

Retomemos o enunciado "O cão é porcaria". Uma criança depara com um cachorrinho na rua e corre para lhe fazer festas. O pai, sobressaltado, grita-lhe: "*É porcaria*". O predicado "É porcaria" não descreve o cão, que pode mesmo ser um bicho bem tratado pelo seu dono. O enunciado "É porcaria" evoca um *topos* ("a porcaria é uma coisa má", "a porcaria há que evitá-la"), que lhe permite converter-se num argumento para uma conclusão (neste caso implícita): "Não lhe toques"; "Não mexas no cão".

Claro que não faz sentido dizer que é falsa a frase *"Não mexas no cão, que é porcaria"* . No quadro de uma teoria argumentativa não se exige de uma frase a especificação das suas condições de verdade (Se existe mesmo um cão, um menino e o pai do menino, se o cão está sujo, etc.), uma vez que não é possível dissociar o sentido da frase do seu valor enunciativo (isto é, da conclusão "Não mexas no cão"). O sentido de "o cão é porcaria" está todo contido na *intenção* que o pai tem de dar uma ordem ao filho, o que quer dizer, na conclusão: "Não mexas no cão". Ducrot é claro na defesa deste ponto de vista: "A nossa tese é que uma orientação argumentativa é inerente à maior parte (se não à totalidade) das frases: a sua significação contém uma instrução do tipo: 'ao enunciar esta frase apresentamo-nos a argumentar em favor de tal tipo de conclusão" (Ducrot, 1979: 27).

Uma primeira pequena consideração, a propósito.

Neste entendimento dos actos de linguagem (no exemplo dado, uma ordem, embora possamos dizer o mesmo de uma promessa, de uma bênção, de um conselho, de um desejo, etc.), é reconhecível a proposta griciana da ordem das *intenções*, para que remete a noção de "implicitação conversacional": a intenção do locutor deve incluir uma intenção de sentido de

grau superior, na medida em que a sua intenção de significar deve encontrar no auditor a intenção de reconhecer que o auditor tem de facto esta mesma intenção[122].

Francis Jacques não se cansa de combater a proposta de Grice, que foi ajustada por Searle e desenvolvida por Ducrot. À ordem intencional contrapõe Jacques (1987: 196) o "*primum relationis*".

3.2.2. Da noção de *topos* às obrigações decorrentes do facto de se "seguir uma regra"

Falar é argumentar, e argumentar é obedecer a regras, seguir regras. Por exemplo, se no meu dia-a-dia discuto com um amigo a escolha de um restaurante onde ir almoçar, e me é dito "O restaurante é bom", sei que ele me está a aconselhar um certo restaurante. A frase "O restaurante é bom" é um argumento em favor da possível conclusão: "Vai a esse". Um discurso coerente, bem formado, "aceitável", um discurso que obedece às regras linguísticas e pragmáticas da comunidade a que pertenço, pode formular-se deste maneira: "O restaurante é bom, vai a esse". Se, pelo contrário, me é dito "O restaurante é caro", sei que o meu amigo me está a desaconselhar um determinado restaurante. A frase "O restaurante é caro" é um argumento para a possível conclusão: "Não vás a esse". Um discurso coerente, que obedece às regras linguísticas e pragmáticas da comunidade a que pertenço, pode formular-se assim: "O restaurante é caro, não vás a esse".

Outro exemplo. A frase "O Mário é deveras inteligente: fala inglês, chinês e mesmo francês" é um argumento que pode servir para muitas conclusões: "Contrata-o"; "Atribui-lhe o prémio"; "Dá-lhe a ele a bolsa de estudos"; "Esse é que era bom para meu namorado"; "Não o podes despedir"; "Podes ter orgulho nele"; etc. Tratando-se, no entanto, de uma frase coerente do ponto de vista linguístico, não o é necessariamente do ponto de vista pragmático. Pode dizer-se que o argumento em causa tem provavelmente força argumentativa em Hong-Kong, mas que a não tem em Portugal. É sem dúvida *comum* a ideia de que saber línguas é prova de inteligência (princípio "tópico"), mas o encadeamento enunciativo que dá à língua francesa um maior grau de dificuldade que à língua chinesa é incompreensível em contexto europeu (não é esse um enunciado tópico: geral, admitido e aceite).

---

[122] Veja-se, a este propósito, a caracterização que Grice (1979: 64-65) faz da noção de "implicitação conversacional. A ela nos referimos já, no ponto 1 deste capítulo.

Este exemplo é proposto por M. Victória Vidal (1993: 111-112). Invoco-o para contestar a análise que dele em parte é feita. Penso que o carácter argumentativo de um enunciado não está na forma linguística (no facto de encadear enunciados com coerência). A competência linguística não entra na estruturação da significação em situação de privilégio relativamente à "consciência pragmática" (segundo a expressão de Giddens, à "consciência prática").

As noções de "consciência pragmática" e de "consciência prática", como já o referimos no ponto 6.3 do capítulo III, remetem todas para as *Investigações filosóficas* de Wittgenstein (1995). O ponto de vista aí sustentado é o de que a compreensão se faz sempre a partir de um conhecimento não explícito (e muitas vezes não explicitável), um conhecimento prático, que resulta da experiência e que reúne aquilo que damos por adquirido. O sujeito é aí encarado não tanto como o lugar das representações do mundo, mas sobretudo como um agente empenhado em práticas, alguém que age no mundo e sobre o mundo. Ora, colocar na *praxis* o lugar primeiro da inteligência do agente, ou seja, situar na prática a nossa compreensão, é fazer da compreensão um conhecimento implícito, dado a todo o momento pela prática que é a sua origem. Em consequência, a compreensão ultrapassa de longe aquilo que somos capazes de representar. Isso mesmo nos é sugerido pela seguinte fórmula de Wittgenstein (1995: I 202): "'seguir uma regra' é uma praxis"[123].

Argumentar é então obedecer a regras. Mas as regras da prática, presentes na "consciência prática" (que não se identifica, como vimos no capítulo anterior, com a "consciência discursiva"[124]) não remetem para o *código* de uma conduta, mas para a contextualidade própria da prática social, isto é, para o tempo e o espaço específicos da sua realização. As regras da prática não remetem para um tempo reversível (sincrónico), como se as práticas fossem ditadas na certeza. As regras da prática projectam um futuro com algum grau de incerteza, uma vez que se cumprem em relações vividas na incerteza e na angústia.

Em nosso entender, um princípio tópico é, pois, uma regra de acção, e não um instrumento linguístico que conecte umas tantas palavras, organize os discursos possíveis e defina numa comunidade os discursos "aceitáveis", ou por outra, coerentes.

---

[123] Veja-se também, a este propósito, Pierre Bourdieu (1972), Charles Taylor (1995) e Jacques Bouveresse (1995).
[124] Veja-se , a este propósito, Anthny Giddens (1990: 278-279); e Ira Cohen (1990: 384).

A teoria da argumentação "na língua" projecta, no entanto, um novo tipo de semântica. Trata-se de uma semântica fundamentalmente *intencional*, embora o conceito de intenção seja em Ducrot e Anscombre linguístico, e não psicológico. É possível dizer a alguém "Convido-te a vir a minha casa" com a intenção psicológica de lhe armar uma cilada. Em termos linguísticos, no entanto, o enunciado manifesta intenções amigáveis. O sentido do enunciado consiste numa descrição da enunciação, o que quer dizer que descreve o "locutor como tal", e não o "locutor como ser do mundo", comenta a enunciação mesma do enunciado, e não o objecto exterior a que esta enunciação pretenderia conformar-se (Ducrot, 1990: 157).

Voltando ao exemplo anteriormente dado, "O restaurante é bom, vai a esse", o sentido de *bom* está contido inteiramente na intenção que eu tenho de *aconselhar* um restaurante, o que quer dizer, na conclusão "vai a esse". E a mesma coisa com o enunciado "O restaurante é caro, não vás a esse". O sentido de *caro* está contido na intenção que eu tenho de desaconselhar um restaurante, o que quer dizer, na conclusão "não vás a esse".

Entende Ducrot (1990: 163) que o seu conceito de *polifonia* lhe permite descrever em termos puramente argumentativos os conteúdos semânticos de um discurso. E por polifonia entende uma espécie de *diálogo cristalizado*, que descreveria o sentido do enunciado (*Ibid*.: 160). O sentido do enunciado consiste assim numa descrição da enunciação, o que quer dizer, numa *confrontação de várias vozes* que se sobrepõem ou se respondem umas às outras. É verdade que o responsável pelo enunciado (o locutor) é único, e olhadas as coisas apenas a este nível o enunciado é um monólogo. No entanto, a um nível mais profundo, o locutor do enunciado põe em cena, no seu monólogo, um diálogo entre vozes mais elementares, a que chama "enunciadores". Cada enunciador identifica-se com um ponto de vista. Por sua vez, o ponto de vista de um enunciador é a evocação, a convocação, a propósito de um estado de coisas, de um princípio argumentativo (um *topos*). O *topos*, que como já vimos é um princípio comum, partilhado pelo conjunto dos membros de uma dada comunidade, permite que o locutor o utilize como um argumento que justifique uma conclusão.

Não estando, pois, a teoria da argumentação "na língua" orientada para o *pensamento* ou para a *realidade*, pode dizer-se que a sua orientação é para a *continuação do discurso*. E é essa a razão, aliás, pela qual não podemos fazer a análise semântica de um enunciado isolado.

Esta teoria partilha assim com o estruturalismo o mesmo pressuposto teórico de um sentido imanente. Uma vez desterritorializada, a linguagem só pode remeter para a linguagem. Deleuze e Guattari (1980: 97), que adoptam este ponto de vista, sintetizam-no bem, ao insistirem que não é possível fixar um ponto de partida não linguístico. A linguagem, dizem, "não se estabelece entre alguma coisa vista (ou sentida) e alguma coisa vista". Pelo contrário, a linguagem "anda sempre de dizer em dizer". Não se contentando em ir de um primeiro a um segundo, de alguém que viu a alguém que não viu, a linguagem "vai necessariamente de um segundo a um terceiro, nem um nem outro tendo visto".

E é então por isso que no quadro da teoria da argumentação "na língua" falamos de uma "semântica do discurso ideal". Um enunciado *orienta* o interlocutor numa certa direcção discursiva, tendo em vista um certo alvo. Compreender um locutor é ver o que ele quer dizer, aperceber-se das suas intenções, prever como é que ele vai continuar o discurso, antecipar as suas conclusões. Numa palavra, é dar-se conta do alvo que ele visa e que é a razão pela qual foi proferido.

Concluindo, o sentido de um enunciado (de um argumento) é dado pelo enunciado que o segue, ou seja, é dado pela sua conclusão. Por sua vez, uma conclusão reenvia às intenções (linguísticas) do enunciador. Nesta teoria, a força do constrangimento argumentativo é por inteiro uma questão de linguagem. Assim, é argumentativo um discurso coerente, o que quer dizer que a actividade argumentativa é coextensiva à actividade da fala e que falar é argumentar. O que nos coloca algumas dificuldades. Por exemplo, a da impossibilidade de nesta perspectiva dar sentido à ideia de *avaliação* dos argumentos. Lógica dos encadeamentos dos enunciados, a argumentação não se sujeita à lógica referencial (do pensamento ou dos objectos). É este entendimento da linguagem que, de algum modo, justifica a ideia de ela ser "palavra-de-ordem" (Deleuze e Guattari, 1980: 95).

É nossa ideia, no entanto, que o constrangimento argumentativo não entra na estruturação do sentido através da coerência de "um discurso ideal". Pelo contrário, o constrangimento argumentativo entra na estruturação do sentido através da contextualidade própria da acção social: eu falo para ser distinguido, respeitado, obedecido (Bourdieu, 1980: 124).

Contra a racionalidade argumentativa, insistimos numa racionalidade sociológica. Contrapomos, assim, à prática intelectualista da argumentação "na língua" uma prática social (os fenómenos discursivos são factos sociais[125]).

[125] Sobre a racionalidade sociológica e as suas razões contra a racionalidade argumentativa, vaja-se a parte final do capítulo anterior (III, 6. 3). .

3.3. A pragmática universal e a semiótica transcendental

A pragmática da comunicação como desafio transcendental em Habermas procura as condições de possibilidade da comunicabilidade em geral, ou seja, as condições universais da comunicação, remetendo para um plano logicamente anterior à comunicação efectiva.

A versão transcendental da pragmática é, com efeito, uma tentativa filosófica de ultrapassagem das ciências sociais (essas sim, preocupadas com os usos particulares empíricos da comunicação), que remete para a hipótese de um *a priori* com poder de constrangimento sobre a significação e a comunicação.

Habermas não visa, pois, uma sociolinguística, nem uma sociologia da linguagem, nem tão-pouco uma análise da conversação. A abordagem não é empírica, mas transcendental. Quer isto dizer que se trata de especificar as condições gerais *a priori* de possibilidade de uma *intercompreensão*, de uma *individuação* e de uma *sociabilidade*. Os "jogos de linguagem" são a condição de possibilidade desta dialéctica comunicacional, desenvolvida em torno de três conceitos fundamentais: o conceito de comunicação, o conceito de *praxis* e o conceito de intersubjectividade.

É a introdução do conceito hegeliano de interacção e a sua posterior reelaboração com os meios fornecidos pela pragmática da linguagem, especificamente pelo *speech act*, proposto como unidade de análise da linguagem, que permite a Habermas superar o solipsismo da filosofia do sujeito (e também o solipsismo da filosofia analítica[126]).

Na sua *Logik der Sozialwissenschaften* (que nós conhecemos na tradução francesa de 1987: *La logique des sciences sociales et autres essais*), Habermas havia já acolhido a abertura feita pelos trabalhos de K.-O. Apel à teoria wittgensteiniana dos jogos de linguagem. Apel havia-os tomado como constitutivos da organização do mundo vivido social e, ao fazê-lo, abria caminho para uma reflexão filosófica sobre as condições do acordo intersubjectivo enraizado na linguagem, fora das premissas da filosofia moderna da

[126] A viragem pragmática da filosofia analítica é bem assinalada por Karl-Otto Apel (1988: 479): trata-se, com efeito, de uma perspectiva "em que o conceito de racionalidade da sintaxe lógica e da semântica lógica dos sistemas de linguagem foi integrado e ultrapassado pelo conceito de racionalidade do uso humano da linguagem, quer dizer, pelo conceito de racionalidade argumentativa".

subjectividade e da sua dialéctica sujeito-objecto. Habermas ao retomar Apel pôde falar da "viragem da teoria da comunicação", que lhe permitia invocar de futuro apenas as "normas fundamentais do discurso racional". Nelas residiria o único e último fundamento desta época de crise de legitimação e de crise das tendências hegemónicas da racionalidade sistémica.

Ao interpretar a estrutura da linguagem como originariamente comunicacional e voltada para a intercompreensão, Habermas pôde pretender uma "pragmática universal", que fundasse sistematicamente as funções da linguagem (cognitiva, regulativa e expressiva, e mesmo poética), ou seje, pôde pretender construir as condições pragmático-universais das actividades comunicacional e argumentativa, e portanto pôde pretender estabelecer as bases racionais da intercompreensão possível, fundada numa teoria do "agir comunicacional".

3.4. A retórica problematológica

Inscrevendo-se na linha de pensamento de Aristóteles, Perelman e Toulmin, mas com uma proposta bastante original, Michel Meyer distancia-se daquilo a que chama retórica proposicional, que alia verdade e justificação (Meyer, 1982: 39), e decide-se por uma retórica problematológica.

São três os pressupostos fundamentais da sua problematologia: 1) a razão não tem como unidade fundamental a proposição, o juízo, mas o problema, pelo que a lógica e a retórica se subordinam ao questionamento; b) não é o signo, nem a frase, nem o enunciado, a unidade fundamental da linguagem, mas sim o par questão/resposta, pelo que o uso da linguagem é sempre função dele; c) a linguagem é argumentativa: pela sua natureza e função, ela é uma remissão para questões (Meyer, 1982, 1991).

Pequena reflexão crítica. Talvez haja que contrapor a Meyer que a plenitude da comunicação não se confunde com o par questão/resposta, mas que, pelo contrário, se trata de um fenómeno de intricação semântica muito mais íntima. A comunicação extravasa a existência da clausura do circuito da comunicação no binómio emissor e receptor, o qual por sua vez se torna também emissor. É que a mensagem procede de uma dupla fonte, embora seja parte de um único discurso (Jacques, 1987: 199).

A retórica problematológica confronta-se, pois, com duas dificuldades.

1) Confronta-se com *a ilusão da hegemonia do sujeito falante*, ao confundir o titular da iniciativa semântica com quem dá a voz ao acto de fala. É que a iniciativa semântica é partilhada, enquanto que a voz emana de uma única fonte. A mensagem é pronunciada entre nós (somos *nós* que dizemos), embora possa ser só eu a falar.

2) Confronta-se também com *a ilusão da alternância questão/resposta*, ao confinar-se ao vaivém da emissão verbal. A linearidade dos signos da linguagem não tem que ser imposta à comunicação. A proliferação da linguagem, que lhe confere um carácter insobreponível, não tem nada que ser transferida para a proposição.

Bibliografia

ALVES, Aníbal, 1995, *Argumentação e análise do discurso na perspectiva de Oswald Ducrot*, Braga, Universidade do Minho (Lição-síntese, apresentada a Provas de Agregação).

ANSCOMBRE, J.-C., e DUCROT, Oswald, 1983, *L'argumentation dans la langue*, Bruxelles, Mardaga.

APEL, Karl-Otto, 1988, "La rationalité de la communication humaine dans la perspective de la pragmatique transcendantale", *Critique*, n. 493-494, pp. 579-603.

AUSTIN, John L., 1962, *How to do things with words*, Oxford, Oxford University Press.

BARTHES, Roland, 1970, "L'ancienne rhéthorique", *Communications*, n. 16, pp. 172-229.

BARTHES, Roland, 1984 [1957], *Mitologias*, Lisboa, Ed. 70.

BENVENISTE, Emile, 1966, *Problèmes de linguistique générale*, Vol. I, Paris, Gallimard.

BOURDIEU, Pierre, 1972, *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Genève, Droz.

BOURDIEU, Pierre, 1982, *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*, Paris, Fayard.

BOURDIEU, Pierre, e WACQUANT, Loïc, 1992, *Réponses*, Paris, Seuil.

BOUVERESSE, Jacques, 1995, "Règles, dispositions, habitus", *Critique*, n. 579/580 ("Bourdieu"), pp. 573-594.

CARRILHO, Manuel M., 1990, *Verdade, suspeita e argumentação*, Lisboa, Presença.

CERTEAU, Michel de, 1983, "L'institution du croire", *Revue de Sciences Religieuses*, n. 71, pp.61-80.

COHEN, Ira, 1990, "Teoría de la estructuración social y praxis social", *La teoría social hoy*, Madrid, Alianza Universidad, pp. 351-397.

DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Félix, 1980, "Postulats de la linguistique", *Mille plateaux*, Paris, Minuit, pp. 95-139.

DUCROT, Oswald, 1979, "Les lois du discours", *Langue française*, n. 42, pp. 21-33.

DUCROT, Oswald, 1990, *Polifonía y argumentación*, Cali, Universidad del Valle.

FLAHAULT, François, 1979, "Le fonctionnement de la parole. Remarques à partir des maximes de Grice", *Communications*, n. 30, pp. 73-79.

FOUCAULT, Michel, 1971, *L'ordre du discours*, Paris, Gallimard.

GENINASCA, Jacques, 1991, "Du texte au discours littéraire et à son sujet", *Nouveaux Actes Sémiotiques*, Université de Limoges, janvier, pp. 9-34.

GIDDENS, Anthony, 1990, "El estructuralismo, el post-estructuralismo y la producción de la cultura", *La teoría social hoy*, Madrid, Alianza Universidad, pp. 254-289.

GRICE, H. Paul, 1979 [1975], "Logique et conversation", *Communications*, n. 30, pp. 57-72.

HABERMAS, Jürgen, 1987, *Logique des sciences sociales et autres essais*, Paris, PUF.

JACQUES, Francis, 1987, "De la signifiance", *Revue de Métaphysique et de Morale*, n. 2, pp. 179-217.

MARCOS, M. Lucília, 1995, "Um estudo pragmático da comunicação. Comunicabilidade e comensurabilidade dos discursos", *Revista de Comunicação e linguagens*, n. 21-22, pp. 35-55.

MEYER, Michel, 1982, "Para uma retórica da razão", *Crítica*, n. 8, pp. 39-53.

MEYER, Michel, 1991, *A problematologia*, Lisboa, D. Quixote.

PERELMAN, Chaïm, e OLBRECHTS-TYTECA, 1958, *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique*, Paris.

PLANTIN, Christian, 1996, *L'argumentation*, Paris, Seuil (Col. "Mémo", n. 23).

PLATÃO, 1966, *Gorgias - Ménon* (*Oeuvres Complètes*), Paris, Société d'Editon "Les Belles Lettres".

QUELQUEJEU, Bernard, 1978, "Démiurge de persuasion. Recherches sémantiques, rhétoriques et sophistiques sur les rapports entre langage et pouvoir", *Le pouvoir*, Paris, Beauchesne, pp. 103-133.

RICOEUR, Paul, 1987, *Teoria da interpretação*, Lisboa, Ed. 70.

RICOEUR, Paul, 1990, "Entre herméneutique et sémiotique", *Nouveaux Actes Sémiotiques*, Limoges, septembre, pp. 3-19.

SEARLE, John. R., 1969, *Speech acts*, Cambridge, Cambridge University Press.

SANTOS, Boaventura Sousa, 1989, *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Porto, Afrontamento.

SILVA, Vítor M. Aguiar e, 1990, *Teoria e metodologias literárias*, Lisboa, Universidade Aberta.

TAYLOR, Charles, 1995, "Suivre une règle", *Critique*, n. 579/580 ("Bourdieu"), pp. 554-572.

TOULMIN, Stephen, 1993, [1958], *Les usages de l'argumentation*, Paris, PUF.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1995 [1953] *Investigações filosóficas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

I. Bibliografia geral

Observação- São assinaladas com **dois asteriscos** os textos de leitura integral obrigatória, e com **um asterisco** os textos de leitura apenas recomendada.

1. Livros e artigos

AA. VV., 1976, *Análise estrutural da narrativa*, Petrópolis, Vozes. (1966, *Communications*, n. 8).

BARTHES, Roland, 1957, *Mythologies*, Paris, Seuil. (1984, *Mitologias*, Lisboa, Ed. 70).

***** BARTHES, Roland, 1976, "Théorie du texte", *Encyclopédie Universalis*, Vol. 15, pp. 1013-1017.

BARTHES, Roland, 1953, *Le degré zéro de l'écriture*, Paris, Seuil. (1974, *O grau zero da escrita*, Lisboa, Ed. 70, 1974).

***** BARTHES, Roland, 1953: *Eléments de sémiologie*, Ed. du Seuil. (1989, *Elementos de semiologia* , Lisboa, Ed. 70, especificamente, pp. 29-64).

BARTHES, Roland, 1987, *L'aventure sémiologique*, Paris, Seuil. (1985, *A aventura semiológica*, Lisboa, Ed. 70).

BENVENISTE, E., 1966 e 1974, *Problèmes de linguistique générale*, I e II, Paris, Gallimard. (1987, *O homem e a linguagem*, Lisboa, Vega, 1987).

BULHER, Karl, 1934, *Sprachtheorie*, Iena, G. Fisher. (s/d, *Teoría del lenguaje*, Madrid, Alianza).

BUYSSENS, Eric, s/d, *Semiologia e comunicação linguística*, S. Paulo, Cultrix.

* CARMELO, LUÍS, 2003, *Semiótica. Uma introdução*, Lisboa, Europa-América.

CHOMSKY, Noam, 1965, *Aspects of theory of syntax*, Cambridge (Mass.), The M. I. T. Press.

CHOMSKY, Noam, 1975, *Reflexions of language*, New York, Pantheon Books.

***** COQUET, J. C., 1974, "Sémiotiques", *Langages*, n. 35, pp. 3-12.

***** COQUET, J. C., 1987, "Linguistique et Sémiologie", *Actes Sémiotiques - Documents*, E.H.E.S.S. - C.N.R.S., pp. 5-13.

COURTÈS, J., 1979, *Introdução à semiótica narrativa e discursiva*, Coimbra, Almedina.

COURTÈS, J., 1989, *Sémantique de l' énoncé. Applications pratiques*, Paris, Hachette.

COURTÈS, J., 1991, *Analyse sémiotique du discours. De l' énoncé à l' énonciation*, Paris, Hachette.

***** DERRIDA, Jacques, 1967, "La structure, le signe et le jeu dans le discours des sciences humaines", *L'écriture de la différence*, Paris, Seuil, pp. 409-428. (s/d, "A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas", *Estruturalismo*, (antologia de textos teóricos organizada por E. Prado Coelho), Lisboa, Portugália, pp. 101-123).

***** DUCROT, O., e TODOROV, T., 1971, *Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage*, Paris, Seuil. (1977, *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*, Lisboa, Pub. D. Quixote).

ECO, Umberto, 1976, *Trattato di semiotica generale*, Milano, Bompiani. (1980, *Tratado geral de semiótica*, São Paulo, Perspectiva).

***** ECO, Umberto, 1973, *Segno*, Milano, ISEDI. (1977, *O signo*, Lisboa, Presença, especificamente, pp. 21-30; 69-78; 86-96).

ECO, Umberto, 1984, *Conceito de texto*, São Paulo, T. A. Queiroz.

FIDALGO, António, 1995, *Semiótica. A lógica da comunicação*, Covilhã, Universidade da Beira Interior.

FOUCAULT, M., et al., 1971, *Estruturalismo e teoria da linguagem*, Petrópolis, Vozes.

GENETTE, G., 1979, *Discurso da Narrativa*, Lisboa, Arcádia.

***** GIROUD. J. C., e PANIER, L., 1991, *Semiótica - Uma prática de leitura e de análise dos textos bíblicos*, Lisboa, Difusora Bíblica (especificamente, pp. 52-62). (*Sémiotique. Une pratique de lecture et d'analyse des textes bibliques*, Paris, Cerf).

GODEL, R., 1967, *Les sources manuscrites du Cours de Linguistique Générale de F. de Saussure*, Paris-Genève, Droz-Minard.

GREIMAS, A. J., 1966, *Sémantique structurale. Recherche et méthode*, Paris, Larousse. (1976, *Semântica estrutural*, São Paulo, Cultrix).

GREIMAS, A. J., 1970, *Du sens*, I, Paris, Seuil.

GREIMAS, A. J., 1976, *Sémiotique et sciences sociales*, Paris, Seuil. (s/d, *Semiótica e ciências sociais*, S. Paulo, Cultrix).

GREIMAS, A. J., *et al*., 1979, *Introduction à l'analyse du discours en sciences sociales*, Paris, Hachette.

GREIMAS, A. J., e COURTÈS, J., 1976 e 1986, *Sémiotique - Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, I e II, Paris, Hachette.

GUIRAUD, Pierre, 1971, *La Sémiologie*, Paris, PUF. (1993, *A semiologia*, Lisboa, Presença).

HÉNAULT, Anne, 1992, *Histoire de la sémiotique*, Paris, PUF (col. "Que sais-je?").

HJELMSLEV, L., *Le langage*, Paris, Minuit, 1966.

HJELMSLEV, L., 1968, *Prolégomènes à une théorie du langage, suivi de la structure fondamentale du langage*, Paris, Minuit.

HJELMSLEV, L., 1971, *Essais linguistiques*, Paris, Ed. de Minuit.

JAKOBSON, R., s/d, *Linguística e comunicação*, São Paulo, Cultrix.

JAKOBSON, R., 1968, *Essais de linguistique générale*, Ed. de Minuit.

***** JAKOBSON, R., 1976, *Six leçons sur le son et le sens*, Paris, Minuit. (1977, *Seis lições sobre o som e o sentido*, Lisboa, Moraes).

KRISTEVA, J., 1983, *História da linguagem*, Lisboa, Ed. 70. (1969, *Langage, cet inconnu*).

KRISTEVA, J., 1969, *Semeiotike - recherches pour une sémanalyse*, Paris, Seuil.

LEPSCHY, Giulio, 1975 *A linguística estrutural*, São Paulo, Perspectiva. (1966, *La linguistique structurale*).

LÉVI-STRAUSS, C., 1958, *Anthropologie structurale*, Paris, Plon (especificamente, caps. 2, 3, 4, 10,11 e 12).

LOTMAN, I., USPENSKI, B., IVANOV, V., 1981, *Ensaios de semiótica soviética*, Lisboa, Livros Horizonte.

MAINGUENEAU, Dominique, 1984, *Genèses du discours*, Bruxelles, Mardaga.

MAINGUENEAU, Dominique, 1996, *Les termes clés de l'analyse du discours*, Paris, Seuil (Col. "Mémo", n. 20).

MARTINET, Jeanne, 1974, *Clefs pour la sémiologie*, Paris, Ed. Seghers). (1983, *Chaves para a semiologia*, Lisboa, D. Quixote).

****** MARTINS, Moisés de Lemos, 2004, *Semiótica*, Departamento de Ciências da Comunicação, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

****** MARTINS, Moisés de Lemos, 2002, *A Linguagem a Verdade e o Poder. Ensaio de Semiótica Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian & Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

MORRIS, Charles, 1938, *Foundations of a theory of signs*, Vol. 1 (2), Chicago, International Encyclopaedia of Unified Science. (1994, *Fundamentos da teoria dos signos*, Tradução de António Fidalgo, Covilhã, Universidade da Beira Interior).

MORRIS, Charles, 1978, *Signos e valores*, Lisboa, Via. (1964, *Signification and signifiance*).

MOUNIN, Georges, 1970, *Introduction à la sémiologie*, Paris, Minuit.

MOURÃO, José Augusto, 1996, *Sujeito, paixão e discurso. Trabalhos de Jesus*, Lisboa, Vega.

***** PARUOLO, S., 1981, "La sémiotique et ses régions", *Diogène*, n. 114, pp. 3-29.

PARRET, Hermann, e RUPRECHT, H. G. (Dir.), 1987, *Exigences et perspectives de la sémiotique. Recueil d' hommages pour Algirdas Julien Greimas*, Vol. I e II, John Benjamin's Company.

PEIRCE, Ch. S., 1978, *Ecrits sur le signe*, Paris, Seuil.

PEIRCE, Ch. S., 1931-1935, *Collected papers*, Cambridge, Harvard Univ. Press, 8 vol.

PRIETO, Luís, 1973, *Mensagens e sinais*, S. Paulo, Cultrix. (1966, *Messages et signaux*, Paris).

PROPP, Vladimir, 1970 [1928], *Morphologie du conte*, Paris, Seuil. (1978, *Morfologia do conto*, Lisboa, Vega).

RODRIGUES, Adriano, 1988, *O campo dos* media. *Discursividades, narratividades, máquinas*, Lisboa, Vega.

RODRIGUES, Adriano, 1991, *Dimensões pragmáticas do sentido*, Lisboa, Ed. Cosmos.

SAUSSURE, Ferdinand de, 1931, *Cours de linguistique générale*, Paris, Payot. (1978, *Curso de linguística geral*, Lisboa, Pub. D. Quixote).

SEBEOK, Thomas, 1986, *Encyclopedic Dictionary of Semiotics*, Berlin, New York, Amsterdam, Mouton de Gruyter, Vol. I, II, III. (O Vol. III é exclusivamente bibliográfico).

*****SEGRE, C., 1989, "Discurso", *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, n. 17, pp. 11-40.

*****SEGRE, C., 1989, "Texto", *Enciplopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, n. 17, pp. 152-175.

SILVA, V. Aguiar e, 1977, *Competência linguística e competência literária*, Coimbra, Almedina (especificamente, pp. 185-192; 214-218).

TASCA, Norma, s/d, "Da interacção e da génese do sentido", AA. VV., *Da semiótica* (Actas do Iº Colóquio Luso-Espanhol e do IIº Colóquio Luso-Brasileiro de semiótica), Lisboa, Vega, pp. 443-453.

TODOROV, T., 1981, *Mikhail Bakhtine - Le principe dialogique, suivi de Écrits du Cercle de Bakhtine*, Paris, Seuil.

TOUSSANT, B., s/d, *Introdução à semiologia*, Lisboa, Pub. Europa-América. (1978, *Qu'est-ce que la sémiologie?*).

TRABANT, J., 1976, *Elemente der semiotik*, Munique, C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung. (1980, *Elementos de semiótica*, Lisboa, Presença).

2. Revistas

Communication Research, Sage, London.

***** *Communications*, Paris, Seuil.

***** *Comunicação e Linguagens*, Cosmos, Universidade Nova de Lisboa.

***** *Comunicação e Sociedade*, Braga, CECS, Universidade do Minho.

Cruzeiro Semiótico, Revista da Associação Portuguesa de Semiótica.

European Journal of Communication, Sage, London.

Langages , Paris, Didier-Larousse (especificamente, ****** 1978, n. 49, "Saussure et la linguistique pré-saussurienne", pp. 5-23, 46-111; ****** 1980, n. 58, "La sémiotique de C. S. Peirce", pp. 9-23; 29-59).

Langue Française, Paris, Larousse (especificamente, ****** 1972, n. 15, "Langage et histoire", pp. 3-17; 18-28; 116-142).

Nouveaux Actes Sémiotiques, Limoges, Université de Limoges (especificamente, *****1990, "Entre herméneutique et sémiotique", pp. 3-19; ****** janvier 1991, "Le discours en perspective", pp. 9-34; *****septembre 1991, "La triade sémiotique, le trivium et la sémantique linguistique", pp. 5-39).

**Semiotica*, Journal of International Association for Semiotic Studies, Mouton, La Haye.

* *Trajectos*, Lisboa, ISCTE.

II. Sobre a enunciação e a racionalidade da linguagem humana

1. Bibliografia geral

ARMENGAUD, Françoise, 1985, *La pragmatique*, Paris, PUF ("Que sais-je?").

AUSTIN, John L., 1962, "Performatif-constatif", *Cahiers de Royaumont*, *Philosophie* n. 4, "La philosophie analytique", Ed. de Minuit, pp. 271-281. (1983, "Performativo e constativo", J. Pinto Lima (Org.), *Linguagem e acção. Da filosofia analítica à linguística pragmática*, Lisboa, Apaginastantas, pp.41-58).

Cahiers de linguistique française, 1986, n. 7, "Stratégies interactives et interprétatives dans le discours" (Actes du 3 ème Colloque de Pragmatique de Genève, 27-28 février et 1.er mars 1986).

***** CERVONI, J., 1987, *L' énonciation*, Paris, PUF. (1989, *A enunciação*, S. Paulo, Ática).

COQUET, J.-C., 1984 e 1985, *Le discours et son sujet*, I e II, Paris, Klincksieck.

DENNETT, Daniel, 1991, "Intencionalidade", *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*, Lisboa, D. Quixote, pp.181-198.

DUCROT, Oswald, 1984, "Actos linguísticos", *Enciclopédia Einaudi*, n. 2, Lisboa, pp. 439-457.

DUCROT, Oswald, 1984, "Enunciação", *Enciclopédia Einaudi*, n. 2, Lisboa, INCM, pp. 368-393.

GENINASCA, J., 1991, "Du texte au discours littéraire et à son sujet", *Nouveaux Actes Sémiotiques* ("Le discours en perspective"), Université de Limoges, pp. 9-34.

*****JOLY, André, 1982, "Pour une théorie générale de la signifiance", N. Mouloud e J. M. Vienne (Org.), *Langages, connaissance et pratique*, Lille, Université de Lille III, pp. 103-125.

LIMA, J. Pinto, 1983, "Uma linguística pragmática ou uma pragmática linguística?", J. Pinto Lima (Org.), *Linguagem e acção. Da filosofia analítica à linguística pragmática*, Lisboa, Apaginastantas, pp. 7-40.

PARRET, Herman, 1988, *Enunciação e pragmática*, Campinas, Unicamp.

RÉCANATI, F., 1979, *La transparence de l' énonciation*, Paris, Seuil.

RODRIGUES, Adriano Duarte, 1996, "A perspectiva conversacional da pragmática", *Dimensões pragmáticas do sentido*, Lisboa, Ed. Cosmos, pp. 101-128.

SEARLE, John, R., 1965, "What is a speech act?", Max Black (Ed.), *Philosophy in America*, Allen and Unwin, pp. 221-239. (1983, "O que é um acto linguístico?", J. Pinto Lima (Org.), *Linguagem e acção. Da filosofia analítica à linguística pragmática*, Lisboa, Apaginastantas, pp. 59-85).

SPERBER, Dan, e WILSON, Deirdre, 1989, "Les actes de parole", *La pertinence. Communication et cognition*, Paris, Ed. de Minuit, pp. 364-381. (1986, *Relevance, communication and cognition*).

Stratégies dicursives, 1978, Lyon, P. U. L. (Actes du Colloque du Centre de Recherches Linguistiques et Sémiologiques de Lyon, 20-22 mai 1977).

*****TOLLIS, Francis, 1991, *La parole et le sens. Le guillaumisme et l'approche contemporain du langage*, Paris, Armand Colin (especificamente, pp. 201-223).

2. Retórica e argumentação

ARMENGAUD, Françoise, 1985, "A partir de la pragmatique: portée philosophique d'une nouvelle approche du langage", *La pragmatique*, Paris, PUF, pp. 96-121.

*****BARTHES, Roland, 1964, "Rhétorique de l'image", *Communications*, n. 4, pp. 40-51.

BARTHES, Roland, 1970, "L'ancienne rhétorique", *Communications*, n. 16, pp. 172-229. (1987, "A retórica antiga. *Memorandum*", *A aventura semiológica*, Lisboa, Ed. 70, pp. 19-94).

CARRILHO, Manuel, 1990, "Verdade e argumentação", *Verdade, suspeita e argumentação*, Lisboa, Presença, pp. 29-80.

CARRILHO, Manuel, 1992, *Rhétoriques de la modernité*, Paris, PUF.

CARRILHO, Manuel, 1994, "Linguagens: formais e informais", *O que é filosofia?*, Lisboa, Ed. Cultural, pp. 69-79.

CARRILHO, Manuel, 1994, "Razão e racionalidades", *O que é filosofia?*, Lisboa, Ed. Cultural, pp. 81-90.

CARRILHO, Manuel, 1994, "Racionalidades", *Jogos de racionalidade*, Porto, Asa, pp. 81-131.

CASSIN, Barbara (Org.), 1986, *Le plaisir de parler*, Paris, Minuit.

COMETTI, Jean-Pierre, 1992, "Argumentação e legitimação", *Crítica*, n. 8, pp. 55-68.

DUCROT, Oswald, 1980 (1972), "Implicite et présupposition", *Dire et ne pas dire*, Paris, Hermann, pp. 1-24.

DUCROT, Oswald, 1980 (1972), "La notion de présupposition: présentation historique", *Dire et ne pas dire*, Paris, Hermann, pp. 25-67.

DUCROT, Oswald, 1980 (1972), "La notion de présupposition: l'acte de présupposer", *Dire et ne pas dire*, Paris, Hermann pp. 69-101.

DUCROT, Oswald, 1984, "Pressuposição e alusão", *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 2, Lisboa, IN-CM, pp. 394-417.

DUCROT, Oswald, 1984, *Le dire et le dit*, Paris, Minuit.

DUCROT, Oswald, 1986, *Titres et travaux*, Edição do autor.

DUCROT, Oswald, 1988, *Topoi et formes topiques* (Separata do *Bulletin d'études de linguistique française*, n. 22, Tokio).

DUCROT, Oswald, 1989, *Logique, structure, énonciation*, Paris, Minuit.

DUCROT, Oswald, 1990, *Polifonía y argumentación*, Cali, Universidad del Valle.

GRÁCIO, Rui A., 1992, "Historicidade, interpretação e argumentação, *Crítica*, n. 8, pp. 69-78.

IJSSLING, Samuel, 1976, "Rhétorique et philosophie", *Revue Philosophique de Louvain*, n. 72, pp. 193-209.

MEYER, Michel, 1988, "As figuras do humano", *Crítica*, n. 8, pp. 5-22.

MEYER, Michel, 1991, "Argumentação e questionamento", *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*, Manuel Carrilho (Org.), Lisboa, Dom Quixote, pp. 11-22.

MEYER, Michel, 1991, *A problematologia*, Lisboa, Dom Quixote.

MEYER, Michel, 1994, "A retórica da textualidade", *Linguagem e literatura*, Lisboa, Usus Editora, pp. 91-124. (1992, *Langage et littérature*, Paris, PUF).

MEYER, Michel, 1992, "Sintaxe, semântica, pragmática e os fundamentos da argumentação", *Lógica, linguagem e argumentação*, Lisboa, Teorema, pp. 110-128. (1982, *Logique, langage et argumentation*, Paris, Hachette).

MEYER, Michel, 1992, "A argumentação à luz da teoria do conhecimento", *Lógica, linguagem e argumentação*, Lisboa, Teorema, pp. 129-149. (1982, *Logique, langage et argumentation*, Paris, Hachette).

MEYER, Michel, 1992, "Para uma retórica da razão", *Crítica*, n. 8, pp. 39-53.

MEYER, Michel, 1993, "A quoi répond l'usage du langage?", *Questions de rhétorique - Langage, raison et séduction*, Paris, Librairie Générale Française (Col. Le livre de poche), pp. 73-95.

*****MEYER, Michel, 1993, "Logique du prédateur, logique du séducteur, logique du consensus", *Questions de rhétorique - Langage, raison et séduction*, Paris, Librairie Générale Française (Col. "Le livre de poche"), pp. 125-144.

MEYER, Michel, 1994, "As bases da retórica", Manuel Carrilho (Org.), *Retórica e comunicação*, Porto, Asa, pp. 31-70.

MEYNET, Roland, 1989, *L'analyse rhétorique*, Paris, Cerf.

OLERON, Pierre, s/d, "Os diversos tipos de argumentos", *A argumentação*, Lisboa, Europa-América, pp. 81-125. (1983, *L'argumentation*, Paris, PUF, Col. "Que sais-je?").

PERA, Marcello, 1991, *Scienza e retorica*, Roma-Bari, Gius. Laterza & Figli.

PERELMAN, Ch., 1958, *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique*, Paris, PUF.

PERELMAN, Ch., 1970, *Le champ de l'argumentation*, Ed. de l' Université de Bruxelles.

PERELMAN, Ch., 1977, *L'empire rhétorique. Rhétorique et argumentation*, Paris, Vrin. (1993, *O império retórico. Retórica e argumentação*, Porto, Asa).

*****PERELMAN, Ch., 1987, "Argumentação", *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, n. 11, pp. 234-265.

PLANTIN, Christian, 1996, *L'argumentation*, Paris, Seuil (Col. "Mémo", n. 23).

TOULMIN, Stephen, 1993, *Les usages de l' argumentation*, Paris, PUF. (1958, *The uses of the argument*).

TOULMIN, Stephen, 1994, "Racionalidade e razoabilidade", Manuel Carrilho (Org.), *Retórica e comunicação*, Porto, Asa, pp. 31-70.

*****VIDAL, M. Victoria E., 1993, "Anscombre y Ducrot y la teoría de la argumentación", *Introducción a la pragmática*, Barcelona, Anthropos, pp. 108-128.

III. Sobre filosofia da linguagem

AA. VV., 1992, *Lire Rorty - Le pragmatisme et ses conséquences*, Paris, L' Éclat.

APEL, Karl-Otto, 1987, "La sémiotique transcendantale et les paradigmes de la *prima philosophia*", *Revue de Métaphysique et de Morale*, n. 92, pp. 147-163.

APEL, Karl-Otto, 1988, "La rationalité de la communication humaine dans la perspective de la pragmatique transcendantale", *Critique*, n. 493-494, pp. 579-603.

APEL, Karl-Otto, 1989, "L'éthique de la discussion: sa portée, ses limites", *Encyclopédie Philosophique Universelle*, Vol. I, Paris, PUF, pp. 154-165.

APEL, Karl-Otto, 1990, *Penser Habermas contre Habermas*, Cahors, L'Éclat.

***** APEL, Karl-Otto, 1994, *Le logos propre au langage humain*, Cahors, L'Éclat.

AUSTIN, J. L., 1962, *How to do things with words*, Oxford, Oxford University Press. (1970, *Quand dire, c'est faire*, Paris, Seuil).

***** COMETTI, Jean-Pierre, 1991, "Racionalidade e legitimação", *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*, Manuel Carrilho (Org.), Lisboa, Dom Quixote, pp. 279-286.

DELEUZE, Gilles, 1969, *Logique du sens*, Paris, Minuit.

DERRIDA, Jacques, 1972, *La dissémination*, Paris, Seuil (especificamente, pp. 69-197).

FIDALGO, António, 1995, "A pragmática universal", *Semiótica - A lógica da comunicação*, Universidade da Beira Interior, Covilhã, pp. 93-107.

FOUCAULT, Michel, 1966, *Les mots et les choses*, Paris, Gallimard. (1988, *As palavras e as coisas*, Lisboa, Ed. 70).

FOUCAULT, Michel, 1969, *L'archéologie du savoir*, Paris, Gallimard.

GRICE, Paul, 1975, "Meaning", *The Philosophical Review*, n. 66, pp. 377-388. (1983: "Querer dizer", J. Pinto de Lima (Org.), *Linguagem e acção. Da filosofia analítica à linguística pragmática*, Lisboa, Apaginastantas, pp. 87-105).

HABERMAS, Jürgen, 1981, *Theorie des Kommunikativen Handels*, Verlag, Frankfurt. (1987, *Théorie de l'agir communicationnel*, I e II, Paris, Fayard).

HABERMAS, Jürgen, 1986, *Morale et communication - Conscience et activité communicationnelle*, Paris, Cerf (especificamente, pp. 63-130).

HABERMAS, Jürgen, 1987, *Logique des sciences sociales et autres essais*, Paris, PUF. (1982, *Logik der Sozialwissenschaften* , Frankfurt, Verlag).

HABERMAS, Jürgen, 1994, "Charles s. Peirce: à propos de la communication", *Textes et contextes. Essais de reconnaissance théorique*, Paris, Cerf, pp.9-30.

JACQUES, Francis, 1985, *L'espace logique de l' interlocution*, Paris, PUF.

JACQUES, Francis, 1987, *Différence et subjectivité*, Paris, Aubier Montaigne.

****** JACQUES, Francis, 1987, "De la signifiance", *Revue de Métaphysique et de Morale*, n. 2, pp. 179-217.

LIMA, José Pinto de, 1989, *Linguagem e acção - Da filosofia analítica à linguagem pragmática*, Lisboa, Apaginastantas.

LYOTARD, Jean-Fançois, 1979, *La condition post-moderne*, Paris, Minuit. (1989, *A condição pós-moderna*, Lisboa, Gradiva).

LYOTARD, Jean-François, 1987, *O pós-moderno explicado às criancinhas*, Lisboa, Dom Quixote.

MURPHY, John, 1990, *Pragmatism*, Westview Press. (1993, *O pragmatismo. De Peirce a Davidson*, Porto, Asa).

PEIRCE, Charles Sanders, 1877, "The fixation belief", *Popular Science Monthly* 12, pp. 1-15.

PEIRCE, Charles Sanders, 1878, "How to make our ideas clear", *Popular Science Monthly* 12, pp. 286-302. (1994, "Como tornar as nossas ideias claras", trad. de António Fidalgo, Covilhã, Universidade da Beira Interior).

RAULET, Gérard, 1996, "Critique de la raison communicationnelle", *Habermas, la raison et la critique*, Paris, Cerf, pp. 69-103.

RORTY, Richard, 1990, *Science et solidarité. La vérité sans le pouvoir*, Cahors, Éd. de l'Éclat.

RORTY, Richard, 1991, "Pragmatismo", *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*, Lisboa, D. Quixote, pp. 265-277.

RORTY, Richard, 1993, *Contingence, ironie et solidarité*, Paris, Armand Colin.

SÀÁGUA, João, 1991, "Epistemologia e linguagem", *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*, Lisboa, D. Quixote, pp. 67-90.

SEARLE, John R., 1969, *Speech acts*, Cambridge, Cambridge University Press. (1984, *Os actos de fala. Ensaio de filosofia da linguagem*, Coimbra, Almedina).

SEARLE, John R., 1979, *Expression and meaning*, Cambridge, Cambridge University Press. (1995, *Expressão e significado*, S. Paulo, Martins Fontes).

SEARLE, John R., 1983, *Intentionality*, Cambridge, Cambridge University Press.

STRAWSON, Peter, 1964, "Intention and convention in speech acts", *Philosophy Review*, 439 ss.

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1995 [1945], *Investigações filosóficas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

IV. Sobre semiótica e hermenêutica

AZEVEDO, José F. De Azevedo, 1995, *A teoria da cooperação interpretativa de Umberto Eco. Entre a ordem e a aventura*, Porto, Porto Ed.

BEHLER, Ernest, 1991, "Deconstruction versus hermeneutics", *Confrontations. Derrida, Heidegger, Nietzsche*, Stanford, Stanford University, pp. 137-157.

CARDOSO E CUNHA, T., 1988, "A ciência pós-moderna e a superação da dicotomia explicar/compreender", *Comunicação e Linguagens*, Lisboa, Univ. Nova, n. 6/7, pp. 273-278.

CARRILHO, Manuel M., 1995, *(A)venturas da interpretação*, Lisboa, Presença.

COLLINI, Stefan (Org.), 1992, *Interpretação e sobreinterpretação*, Lisboa, Presença.

DURAND, G., 1960, *Les structures anthropologiques de l' imaginaire*, Paris, Bordas. (1989, *As estruturas antropológicas do imaginário*, Lisboa, Presença).

*****DURAND, G., 1964, *L' imagination symbolique* , Paris, PUF. (1979, *A imaginação simbólica*, Lisboa, Arcádia, especificamente, pp. 9-22; 53-63; 112-117).

DURAND, G., 1979, *Figures mythiques et visages de l' oeuvre*, Paris, Berg International.

DURAND, G., 1980, "Structure et figure. Pour un structuralisme figuratif", *L'âme tigrée*, Paris, Denöel/Gonthier, pp. 117-149.

DURAND, G., 1982, *Mito, símbolo e mitodologia*, Lisboa, Presença.

DURAND, G., 1983, *Mito e sociedade - A mitanálise e a sociologia das profundezas*, Lisboa, A Regra do Jogo.

GADAMER, Hans-Georg, 1976, *Vérité et méthode*, Paris, Seuil.

GIDDENS, Anthony, 1994, "Hermeneutics and critical theory: Gadamer, Apel, Habermas", *New rules of sociological method*, Cambridge, Polity Press, pp. 59-99.

HABERMAS, Jurgen, 1987, *Dialéctica e hermenêutica. Para a crítica da hermenêutica de Gadamer*, Porto Alegre, L&PM Ed.

HERMAN, Susan J., 1990, *Hermenêutica e sociologia do conhecimento*, Lisboa, Ed. 70. (1986, *Hermeneutics and the sociology of knowledge*).

KRISTEVA, Julia, 1974, "Sémiotique et symbolique", *La Révolution du langage poétique*, Paris, Seuil, pp. 17-100.

***** MARTINS, Moisés de Lemos, 1991, "O regime das representações. A linguagem, a verdade e o poder", *Cadernos do Noroeste*, Braga, Vol. 4, pp. 177-192.

***** MARTINS, Moisés de Lemos, 1994, "A verdade e a função de verdade nas ciências sociais", *Cadernos do Noroeste*, Vol. 7 (2) , pp. 5-18.

MOURÃO, José Augusto, 1980, "A contribuição das ciências da linguagem (e do texto) para ler os textos cristãos e para revelar a revelação", AA. VV., *Nem todo o passado é só passado*, Lisboa, Instituto S. Tomás de Aquino, pp. 19-38.

MOURÃO, José Augusto, 1992, "Introdução" (a Marcel Proust), *Sobre a leitura*, Lisboa, Vega, pp. 5-20.

ORTIGUES, E., 1987, "Interpretação", *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, n. 11, pp. 218-233.

ORTIZ-OSÉS, Andrés, 1983, *Antropologia hermenêutica*, Braga, Ed. Eros.

PAISANA, João, 1991, "Hermenêutica", Manuel Carrilho e João Sàágua (Ed.), *Dicionário do pensamento contemporâneo*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 153-165.

RICOEUR, Paul, 1969, *Le conflit des herméneutiques. Essais d' herméneutique*, Paris, Seuil.

*****RICOEUR, Paul, 1970, "Qu'est-ce qu'un texte?", R. Bubner et al., *Hermeneutik und Dialektik*, Mohr, Tubingen, Vol. II, pp. 181-200.

*****RICOEUR, Paul, 1972, "La métaphore et le problème central de l'herméneutique", *Revue Philosophique de Louvain*, n. 70, pp. 93-112.

RICOEUR, Paul, 1975, *La métaphore vive*, Paris, Seuil. (1983, *A metáfora viva*, Porto, Rés, especificamente, pp. 103-152).

RICOEUR, Paul, 1977, "Expliquer et comprendre. Sur quelques connexions remarquables entre la théorie du texte, la théorie de l'action et la théorie de l' histoire", *Revue Philosophique de Louvain*, n. 75, pp. 127-147.

RICOEUR, Paul, 1987, *Teoria da interpretação*, Lisboa, Ed. 70. (1976, *Interpretation theory: Discourse and the surplus of meaning*).

RICOEUR, Paul, 1990, "Entre herméneutique et sémiotique", *Nouveaux Actes Sémiotiques*, Limoges, pp. 3-19.

SPERBER, Dan, 1974, *Le symbolisme en général*, Paris, Hermann (especificamente, pp. 13-96).

STAROBINSKI, J., 1971, *Les mots sous les mots. Les anagrammes de Ferdinand de Saussure*, Paris, Gallimard.

TODOROV, T., 1979, *Teorias do símbolo*, Lisboa, Ed. 70. (1977, *Théories dos symbole*).

V. Sobre sociologia da linguagem

1. Livros e artigos

ACHARD, Pierre, 1993, "Le langage comme activité sociale", *La sociologie du langage*, Paris, PUF (Col. "Que sais-je?"), pp. 72-92.

ACHARD, Pierre, 1993, "Énonciation et rationalité", *La sociologie du langage*, Paris, PUF (Col. "Que sais-je?"), pp. 93-117.

BELL, Alan, 1972, *The language of new media*, Oxford.

BENJAMIN, Walter, 1992, "Problemas da sociologia da linguagem", *Sobre arte, técnica, linguagem e política*, Lisboa, Relógio d' Água, pp. 197- 229. (1935, *Zeitschrift fur Socialforschung*).

BERNSTEIN, B., 1971, *Class, codes and control*, Vol. 1 - *Theoretical studies towards a sociology of language*, London, Routledge and Kegan Paul.

BERNSTEIN, B., 1973, *Class, codes and control*, Vol. 2 - *Applied studies towards a sociologie of language*, Routledge and Kegan Paul.

BOURDIEU, P., 1977, "L' économie des échanges linguistiques", *Langue Française*, n. 34, pp. 17-34.

* BOURDIEU, P., 1982 a, *Ce que parler veut dire*, Paris, Fayard.

BOURDIEU, P., 1982 b, *Leçon sur la leçon*, Paris, Minuit.

***** BOURDIEU, P., 1989, *O poder simbólico*, Lisboa, Difel (especificamente, pp. 7-16; 107-132).

BOURDIEU, P., 1992, *Réponses*, Paris, Seuil.

***** BOURDIEU, P., *et al*., 1977, "Table ronde 'linguistique et sociologie du langage'", *Langue Française*, n. 34, pp. 35-51.

BROWN, Richard, 1989 [1980], *Clefs pour une poétique de la sociologie*, Arles, Actes du Sud.

COHEN, Ira J., 1990, "Teoría de la estructuración social y praxis social", *La teoria social hoy*, Madrid, Alianza Universidad, pp. 351-397.

COTTEREAU, Alain, e LADRIÈRE, Jean (Eds.), 1992, *Pouvoir et légitimité. Figures de l' espace public*, Paris, Ed. de l' École des Hautes Études en Sciences Sociales (Col. "Raisons pratiques", 3).

FAIRCLOUGH, Norman, 1992, *Discourse and social change*, Polity Press, Cambridge.

FISHNAN, 1971, Joshua, *Sociolinguistique*, Paris-Bruxelles, Nathan-Labor.

FLOCK, Jean-Marie, 1990, *Sémiotique, marketing et communication - Sous les signes, les stratégies*, Paris, PUF.

*****FOUCAULT, Michel, 1971, *L'ordre du discours*, Paris, Gallimard.

FOUCAULT, Michel, 1976, *Histoire de la sexualité. I. La volonté de savoir*, Paris, Gallimard (especificamente, pp.107-135).

***** GIDDENS, Anthony, 1990, "El estructuralismo, el post-estructuralismo y la producción de la cultura", *La teoría social hoy*, Madrid, Alianza Universidad, pp. 254-289.

GIDDENS, Anthony, 1994, "Agency, act-identifications and communicative intent", *New rules of sociological method*, Cambridge, Cambridge Polity Press.

GREISCH, Jean, 1978, "Le pouvoir des signes et les insignes du pouvoir", in *Le Pouvoir*, Paris, Beauchesne, pp. 175-205.

HAGEGE, Claude, 1985, *L'homme de paroles. Contribution linguistique aux sciences humaines*, Paris, Fayard. (1990, *O homem dialogal. Contribuição linguística para as ciências humanas*, Lisboa, Ed. 70).

HALLIDAY, Michael A. K., 1970, "Language struture and language function", J. Lyons (Ed.), *New horizons in linguistics*, Harmondsword, Penguin.

HALLIDAY, Michael A. K., 1971, "Language in a social perspective", *Education Review*, Vol. 23 (3).

HALLIDAY, Michael A. K., e THIBAULT, P. J., 1987, "Interview avec Michael Halliday", *Sociétés*, n. 14, Paris, pp. 39-43.

HAMON, P., 1984, *Texte et idéologie*, Paris, PUF.

LABOV, William, 1976, *Sociolinguistique*, Paris, Minuit. (1973, *Sociolinguistic Patterns*).

LANDOWSKI, E., 1989, *La société réfléchie*, Paris, Seuil (especificamente, pp. 137-229).

MAGALHÃES, Rui, 1988, "A pós-modernidade e a ordem do sentido", *Comunicação e Linguagens*, n. 6/7, Lisboa, pp. 283-289.

MARCELLESI, J.-B., e GARDIN, B., 1974, *Introduction à la sociolinguistique. La linguistique sociale*, Paris, Larousse (especificamente, pp. 14-32; 237-251).

* MARTINS, Moisés de Lemos, 1990, *O olho de Deus no discurso salazarista*, Porto, Afrontamento (especificamente, pp. 11-34; 125-174).

*****MARTINS, Moisés de Lemos, 1993, "A epistemologia do saber quotidiano", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 37, Coimbra, pp. 79-100.

* MARTINS, Moisés de Lemos, 1996, *Para uma inversa navegação. O discurso da identidade*, Porto, Afrontamento.

*****MARTINS, Moisés de Lemos, "A escrita que envenena o olhar. Deambulação pelo território fortificado das ciências do homem", *in* Jorge, Vítor Oliveira & Iturra, Raúl (Ed.), *Recuperar o espanto: O olhar da Antropologia*, Porto, Afrontamento, pp. 169-192.

MUMBY, Dennis K. (Ed.), 1993, *Narrative and social control. Critical perspectives*, London, Sage Publications.

ORIOL, Michel, 1985, "Appartenance linguistique, destin collectif, décision individuelle", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. LXXIX, pp. 335-347.

PÊCHEUX, Michel, 1990, *O discurso. Estrutura ou acontecimento?*, Campinas, Pontes (especificamente, pp. 43-57).

PHARO, Patrick, e QUÉRÉ, Louis (Eds.), 1990, *Les formes de l' action. Sémantique et sociologie*.

PINTO, J. Madureira, s/d, "Para um encontro entre a sociologia e a semiótica", AA. VV., *Da semiótica* (Actas do I.º Colóquio Luso-Espanhol e do II.º Colóquio Luso-Brasileiro de Semiótica), Lisboa, Vega, s/d, pp. 261-268.

QUELQUEJEU, Bernard, 1978, "Démiurge de persuasion - Recherches sémantiques, rhétoriques et sophistiques sur les rapports entre langage et pouvoir, *Le Pouvoir*, Paris, Beauchesne, pp. 103-133.

QUÉRÉ, Louis, 1966, "Vers une anthropologie alternative pour les sciences sociales", Ch. Bouchindhomme e R. Rochlitz (Dir.), *Habermas, la raison et la critique*, Paris, Cerf, pp.105-138.

RODRIGUES, A. Duarte, 1990, *Estratégias da comunicação. Questão comunicacional e formas de sociabilidade*, Lisboa, Ed. Presença.

SANTOS, Boaventura, 1979, "O discurso e o poder. Ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica", *Boletim da Faculdade de Direito* da Universidade de Coimbra (Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Teixeira Ribeiro, Vol. II), pp. 227-341.

SANTOS, Boaventura, 1989, *Para uma ciência pós-moderna*, Porto, Afrontamento.

SOLLERS, Philipe, 1968, "L'écriture, fonction de transformation sociale", *Théorie d'ensemble*, Seuil, pp. 399-402.

2. Revistas

Comunicação e Linguagens, Cosmos, Universidade Nova de Lisboa.

Comunicação e Sociedade, Braga, CECS, Universidade do Minho.

Discourse and Society, Sage, London.

La Pensée, Paris (especificamente, * 1980, n. 209, "Langages et sociétés").

Langue Française, Paris, Larousse (especificamente, * 1972, n. 15, "Langage et histoire"; * 1977, n. 34, "Linguistique et sociolinguistique").

Dialectiques, Paris (especificamente, * 1977, n. 20, "La politique des langages").

Media, Culture & Society, Academic Press, London.

I. Plano de estudos do Curso de Comunicação Social

ANO	DISCIPLINAS	REGIME
1º	Semiótica	A
	Técnicas de Expressão	A
	Métodos de Investigação I	A
	Informática e Telecomunicações	A
	Sociologia	A
	Língua Estrangeira I	A
2º	Teorias da Comunicação	A
	Psicologia Social	A
	Métodos de Investigação II	A
	Economia	A
	Geografia Humana	A
	Língua Estrangeira II	A
3º	Teoria e Análise do Discurso	A
	Sociologia da Comunicação	A
	Filosofia Social e Política	A
	Mais três das disciplinas seguintes:	
	O Processo Informativo	A
	Jornalismo	A
	Produção e Realização Audiovisual	A
	Teoria e Técnicas de Publicidade	A
	Teoria e Métodos de Relações Públicas	A
4º	Deontologia da Comunicação	A
	História e Semiótica das Artes Visuais	A
	História do Século XX	A
	Opção I	A
	Mais duas das disciplinas seguintes:	
	Laboratório de Jornalismo	A
	Laboratório de Audiovisual	A
	Laboratório de Publicidade	A
	Laboratório de Relações Públicas	A
5º	Informação Internacional	Iº S
	Questões Aprofundadas de Investigação	Iº S
	Mentalidades e Cultura Portuguesa	Iº S
	Princípios de Gestão	Iº S
	Opção II	Iº S
	Estágio	IIº S

Fonte: Despacho RT-66/91, publicado na IIª Série do *Diário da República*, de 8 de Outubro de 1991.

II. Enunciados de exercícios escritos

Enunciado nº 1

EXAME DE SEMIÓTICA

Iº ANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Prof. Moisés Martins

N.B.

Responda apenas a três das quatro perguntas, a seguir formuladas.

I. "[1] Existe uma relação entre a forma dos signos complexos (enunciados) e a forma do pensamento, quer dizer, existe uma relação entre a *ordem semiótica* e a *ordem lógica*;
[2] existe uma relação entre os signos simples e as coisas denotadas por eles através da mediação dos conceitos, quer dizer existe uma relação semiótica entre *signo* e *conceito*, o qual por sua vez é signo de *coisa*;
[3] existe uma relação entre a forma dos signos complexos (enunciados) e a forma dos factos que eles descrevem, quer dizer, existe uma relação entre a *ordem semiótica*, de um lado, e a *ordem ontológica*, do outro;
[4] existe uma relação entre a forma do signo simples e a forma do objecto a que ele se refere, porque o *objecto* é de algum modo causa do *signo*;
[5] existe uma relação funcional entre o signo e *o objecto a que ele se refere de facto*, a qual, não existindo, faz com que o signo seja privado de qualquer valor denotativo, ou não se preste a afirmações dotadas de sentido".

A) Tome estas cinco hipóteses de U. Eco sobre as relações que o signo estabelece com a realidade, como outros tantos modos de formular o problema do *referente*, e discuta-os resumidamente.

B) Diga em que medida esta formulação de U. Eco contende ou não com o projecto linguístico definido por Saussure.

II. "Num dispositivo de enunciação tudo acontece como se o cálculo e as manhas que cruzam o discurso fossem 'mascarados pela própria verdade na sua explicação necessária' e como se o discurso fosse esse elemento transparente ou neutro em que a política se pacifica. Nada nos é dado a saber dessa prodigiosa máquina que condena e exclui, dessas malhas de que o desejo e o poder simultaneamente se alimentam e

consomem. A verdade constrangente do discurso é-nos assim mascarada. Ao mesmo tempo 'batalha e arma, estratégia e choque, luta e troféu ou ferida, conjunturas e vestígios, encontro irregular e cena repetível' (como assinala Foucault), não espanta, pois, que o discurso seja um dos lugares onde a política exerce, de forma privilegiada, algumas das suas mais temíveis violências".

Aludindo ao 'policiamento' que se exerce tanto ao nível interno como ao nível externo do discurso, e acentuando o seu carácter de prática social, o texto em epígrafe remete para o conceito de discurso de M. Foucault.
Atenha-se a este conceito, e diga o que é que entende por uma prática social policiada que nos policia.

III. "A secção de perguntas sobre o texto só pretende avaliar a capacidade de compreensão de leitura - ou seja, a capacidade de extrair de um texto, a informação nele contida".
(Extracto do artigo publicado pelos vogais demissionários do Júri da P. G. A., no jornal *Público* de 26 de Fevereiro de 1992, onde são defendidas as soluções apresentadas na correcção da prova).

"A leitura 'compreensiva' consiste sempre em encadear um discurso novo no discurso do texto e, nesse sentido, não tem uma 'estrutura prévia', não é a captação sem pressupostos de algo previamente dado. Neste sentido, é completamente errado pretender que há algo no texto que está ali realmente e é auto-evidente".
(Extracto do artigo publicado por António Guerreiro no *Expresso/R* de 7 de Março de 1992, onde é contestada a concepção hermenêutica defendida pelo Júri da P. G. A).

Com base nas conquistas da hermenêutica moderna, que de Gadamer a Ricoeur e a Durand desmentem a hipótese de uma compreensão sem interpretação, e fazem da compreensão e da explicação momentos relativos de um processo complexo a que se pode chamar interpretação, identifique as diferentes concepções hermenêuticas presentes num e noutro artigo.

IV. Tendo presente o obra de Austin, *How to do things with words*, compare a enunciação constativa e a enunciação performativa, e diga o que são actos locucionários e actos ilocucionários.

Enunciado nº 2

EXAME DE SEMIÓTICA

1.º ANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Prof. Moisés Martins

I. Coquet e Ricoeur dizem que o estruturalismo analisa o discurso da mesma forma que analisa a língua, estabelecendo entre ambos uma analogia.
Em que é que consiste exactamente este procedimento? (Lembre-se que Coquet se refere a Greimas, e que Ricoeur pensa em Lévi-Strauss).

II. "No decorrer da última década, a atenção deslocou-se do discurso, entendido como enunciado discursivo, para a instância enunciativa, para a competência discursiva, ou para o sujeito que estas supõem necessariamente [...] A linguística desenvolveu-se no sentido da pragmática".

Está implícita neste texto de Geninasca a ideia de esgotamento do estruturalismo e de regresso ao indivíduo.
Responda à seguinte questão: acha que a produção do sentido se confina ao poder instituinte de uma intencionalidade e ao poder representativo de uma experiência? (Tenha presente na sua resposta os pontos de vista de Francis Jacques, de Pierre Bourdieu e de Michel Foucault).

III. Diga o que é que Ricoeur entende por discurso.

IV. O que é que distingue, fundamentalmente, a racionalidade argumentativa, de M. Meyer por exemplo, da sociologia do discurso de P. Bourdieu?

Enunciado nº 3

EXAME DE SEMIÓTICA

Iº ANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Prof. Moisés Martins

I. "A semiótica é a ciência do signo e da forma; a semântica é a ciência do discurso e da significação".

O texto em epígrafe é de Émile Benveniste. Comente-o, respondendo explicitamente às seguintes questões:

1) O que é o discurso em Benveniste?

2) Acha que a formulação de Benveniste se acomoda à ideia de que a semiótica é a ciência dos sistemas de significação? Justifique a resposta.

II. Diz Roland Barthes que é no cruzamento do marxismo, da psicanálise e do estruturalismo que o texto surge como uma realidade estruturalmente diferente da frase, e como uma realidade associada aos conceitos de prática significante, significação e significância, fenotexto e genotexto, intertexto, produto e produtividade, estrutura e estruturação.

Responda às seguintes questões:

1) Que sentido tem dizer que o texto é uma realidade estruturalmente diferente da frase?

2) O que é que entende pelos conceitos de prática significante e de intertextualidade?

3) O que é que distingue, por um lado fenotexto e genotexto, por outro significação e significância, e ainda estrutura e estruturação?

III. "Se tratarmos a linguagem como um objecto autónomo, aceitando a separação radical que Saussure fez entre a linguística interna e a linguística externa, entre a ciência da língua e a ciência dos usos sociais da língua, condenamo-nos a procurar nas palavras o poder das palavras, isto é, condenamo-nos a procurá-lo lá onde ele não está. Com efeito, a força de elocução das expressões (*illocucinary force*) não está nas próprias palavras, não está nos actos da linguagem 'performativa'. Ela é nestes indicada, ou melhor, representada, no duplo sentido. O poder das palavras é apenas o poder delegado do porta-voz. A autoridade chega de fora à linguagem; esta apenas a representa, a manifesta, a simboliza".

Este texto é de Pierre Bourdieu. Responda às seguintes questões:

1) Porque é que o acto de separar a língua dos usos sociais da língua é acompanhado de um efeito ideológico de *naturalização* da língua?

2) O que é em Bourdieu um enunciado *aceitável*?

3) Como é que em Bourdieu se concretiza o primado da relação na produção do sentido?

Enunciado nº 4

EXAME DE SEMIÓTICA

Iº ANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Prof. Moisés Martins

I. "Sinal, índice ícone, símbolo e alegoria são", diz Roland Barthes, "os principais rivais do signo".

Responda às seguintes questões:

1. Diga o elemento comum a todos estes termos;

2. Aponte os diferentes traços que, segundo Roland Barthes, permitem distingui-los;

3. Em que critério insiste Gilbert Durand para distinguir signo, símbolo e alegoria?

4. Explique por que é que, segundo as palavras de Paul Ricoeur, a ênfase posta no significante do signo conduz a uma hermenêutica arqueológica, ao passo que a ênfase colocada no significado do signo convoca uma hermenêutica escatológica.

II. "A famosa distinção entre significante e significado só é segura na ordem semiótica. Talvez até, só aí é que ela se impõe. Na ordem semiótica, o signo é definido pelos outros signos que o delimitam do exterior, e não pelo que significa intrinsecamente. Nestas condições, ser significativo reduz-se a ser distintivo. Mas o articulado e o distintivo não fazem ainda a linguagem. Fazem apenas a língua, cuja existência é afinal de contas meramente virtual. Em contrapartida, para a ordem semântica, o que importa é a instância do discurso. Nela se combinam virtualidade e actualidade, quer dizer, estrutura e acontecimento. É aqui e não em qualquer outro lado que se coloca a grande questão da referência extra-linguística".

Distinguindo uma ordem semiótica e uma ordem semântica, o texto em epígrafe remete para uma teoria do sentido que precipitou o fim do imanentismo linguístico.

Responda às seguintes questões:

1. A que é que correspondem a ordem semiótica e a ordem semântica?

2. Na perspectiva de Benveniste, a frase é uma unidade de ordem semiótica ou uma unidade de ordem semântica? Motive a resposta.

3. Por que é que no texto em exergo a distinção estabelecida por Saussure entre significante e significado só parece pertinente na ordem semiótica?

4. Tendo ainda em atenção o texto acima referido, diga qual dos três enunciados traduz com exactidão o conceito de significação: i) a significação está numa frase enunciada em contexto; ii) a significação está numa frase enunciada em contexto e com uma referência; iii) a significação está numa frase que tem uma referência. Motive a sua resposta.

5. Por que é que a língua tem uma existência apenas virtual, enquanto que o discurso combina a existência virtual com a existência actual?

III. Diga para quem remete a teoria triádica do signo e quais são os seus princípios básicos.

Enunciado nº 5

EXAME DE SEMIÓTICA

Iº ANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Prof. Moisés Martins

I. "A linguagem não se contenta em ir de um primeiro a um segundo, de alguém que viu a alguém que não viu, mas vai necessariamente de um segundo a um terceiro, nem um nem outro tendo visto".

Esta frase em epígrafe reflecte a ideia de que a linguagem parece supor sempre a linguagem, não sendo possível fixar um ponto de partida não linguístico. E a razão estaria no facto de a linguagem não se estabelecer entre alguma coisa vista (ou sentida) e alguma coisa dita. Pelo contrário, a linguagem andaria sempre de dizer em dizer.

Responda às seguintes questões:

1) A ideia de que a linguagem representa o mundo é cara a Francis Jacques ou a André Joly? Justifique a resposta.

2) A teoria do sentido de André Joly insiste na relação intersubjectiva ou na experiência individual? Motive a resposta.

3) Do ponto de vista de Francis Jacques, há significações prévias que antecedem a linguagem? Diga porquê.

4) O que é que se entende, em André Joly, por *relação de dizibilidade* e por relação de *saber-dizer*?

5) Em que é que consiste, segundo Francis Jacques, a estrutura originária da significância?

II. "Você não deveria atribuir tanta importância à comunicação: é que ela é aquilo que partilhamos com os animais. Aquilo que está em jogo na linguagem humana são as proposições. É nelas que assenta a excepcional faculdade humana de apresentar a verdade do mundo real".

Responda às seguintes questões:

1) O que é uma teoria pragmática da significação?

2) Nos termos de uma teoria pragmática da significação, tem sentido dizer o texto em epígrafe? Porquê?

3) Por que razão as teorias pragmáticas e argumentativas do discurso dissolvem o entendimento fundacionista e representacionista da significação?

4) Diga por que é que um entendimento pragmático da linguagem contraria a leitura sociológica do discurso, própria de Bourdieu.

Enunciado nº 6

EXAME DE SEMIÓTICA

Iº ANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Prof. Moisés Martins

I. Diga, em termos sucintos, o que é a semiótica, na dupla tradição desta disciplina, linguística e lógico-matemática.

II. O que é que entende, numa teoria bipolar do signo, pelos conceitos de sincronia e de diacronia, de paradigma e de sintagma.

III. A ideia de "acontecimento" é central no entendimento que Gilbert Durand e Michel Foucault têm do discurso. Mas nada aproxima o ponto de vista destes investigadores.
Diga o que é então o "acontecimento" para Durand e para Foucault.

IV. "Não mexas no cão, que é porcaria" - ordena o pai ao seu rapaz, que corre para o cão no intuito de lhe fazer uma festa.

Nos termos da teoria argumentativa de Ducrot, responda às seguintes questões:

1) O que é que significa para o rapaz a expressão "que é porcaria"?

2) Porque é que podemos dizer que "porcaria" é uma palavra que, antes de designar um conceito, remete para um *topos*, ou então, para um conjunto de *topoi*?